



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



RITA ISABEL FIGUEIRA COSTA

**VOCABULÁRIO CONTROLADO E RELAÇÕES
SEMÂNTICAS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
CONSTRUÇÃO DE UM MODELO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIA DE INFORMAÇÃO, ORIENTADA PELA PROFESSORA
DOUTORA MARIA CRISTINA VIEIRA DE FREITAS E PELO PROFESSOR DOUTOR DANIEL MARTÍNEZ
ÁVILA, APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO, DA
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.

DEZEMBRO DE 2020

FACULDADE DE LETRAS

VOCABULÁRIO CONTROLADO E RELAÇÕES SEMÂNTICAS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONSTRUÇÃO DE UM MODELO

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Vocabulário Controlado e Relações Semânticas sobre Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Construção de um Modelo
Autor/a	Rita Isabel Figueira Costa
Orientadora	Prof. Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas
Coorientador	Prof. Doutor Daniel Martínez Ávila
Júri	Presidente: Prof. Doutora Maria Manuel Marques Borges Vogais: 1. Prof. Doutora Benildes Coura Maculan 2. Prof. Doutor Daniel Martínez Ávila
Identificação do Curso	2º Ciclo em Ciência da Informação
Área científica	Ciência da Informação
Especialidade/Ramo	Biblioteconomia
Data da defesa	14-12-2020
Classificação	18 valores



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



“Não existe revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma como trata as suas crianças.”

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

Sempre que abraçamos um novo projeto, precisamos infindavelmente do apoio dos que nos querem bem e sempre cuidaram de nós. Daqueles, que nos fizeram voar, e acreditar, que com persistência e humildade, conseguiremos sempre tudo o que desejamos alcançar.

À Doutora Maria da Graça Simões, que infelizmente já não se encontra entre nós, agradeço todo o carinho com que sempre me recebeu, todo o apoio e orientação, mesmo quando tudo parecia estar perdido. Deixou em mim uma tristeza e saudade imensa, mas também uma vontade, ainda maior, de continuar e concluir mais uma etapa da minha vida.

À Doutora Maria Cristina Freitas, agradeço por ter dado continuidade ao trabalho da Doutora Maria da Graça Simões, e por tê-lo feito com a maior dedicação e sempre com um sorriso.

Ao Doutor Daniel Martínez Ávila, o meu coorientador, agradeço toda a disponibilidade e a forma exímia com que me orientou, mesmo estando a muitos quilómetros de distância.

À minha avó Odete, a minha segunda mãe, que acompanhou presencialmente o início deste projeto, e que aplaude, hoje, do céu, o seu término. “Espero que estejas orgulhosa da tua caçulinha!”

À minha irmã Joana, por ter sido isso mesmo, uma IRMÃ para mim.

Aos meus pais, Elisabete e Alfredo, pelo exemplo que são para mim e por me incentivarem sempre a continuar!

Aos meus padrinhos, Maria Clara e José António, por me ajudarem e cuidarem sempre tão bem de mim.

Ao meu namorado, João, por estar sempre ao meu lado e pela paz que me transmite.

Aos meus restantes familiares, por me apoiarem incondicionalmente.

À minha “grupeta” de faculdade, Daniela, Beatriz e Leonor, pela amizade!

A todos eles, que tornaram este percurso mais “leve”, um grande BEM-HAJA!

RESUMO

Vocabulário Controlado e Relações Semânticas sobre Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Construção de um Modelo

Tratando-se a violência doméstica contra crianças e adolescentes de um tema muito controverso, que representa um flagelo social que tem acompanhado a história, tem todo o interesse desenvolverem-se sistemas de organização do conhecimento, como é o caso dos vocabulários controlados, que permitam dar resposta às necessidades atuais dos utilizadores interessados nesses assuntos. No que à informação diz respeito, a sociedade contemporânea coloca enfoque em três processos: tratamento, armazenamento e recuperação. É, sobretudo, na fase de recuperação célere da informação que os vocabulários controlados desempenham um papel crucial potenciando a acessibilidade eficiente aos conteúdos documentais. O objetivo geral da presente dissertação é construir um modelo de um vocabulário controlado no que concerne à violência doméstica contra crianças e adolescentes, tomando como base as relações de equivalência, de hierarquia e associativas entre termos, descritas na ISO 25964-1:2011. O estudo segue uma metodologia qualitativa e apresenta um caráter exploratório e descritivo. Quanto à estratégia metodológica adotada trata-se de um estudo de caso. O público-alvo são os profissionais especializados, que tenham interesse sobre o tema. Consultou-se o quadro teórico de referência sobre o tema da violência doméstica contra crianças e adolescentes e realizou-se uma revisão de literatura sobre os vocabulários controlados e as relações semânticas entre os termos. Construiu-se um modelo de vocabulário controlado sobre o tema, no qual a seleção da terminologia a incluir foi legitimada pelas garantias literária, cultural e ética. Constatou-se que o vocabulário controlado sobre o tema reflete os referenciais socioculturais e éticos e só faz sentido quando enquadrado num tempo e num espaço.

Palavras-Chave: violência doméstica, crianças, adolescentes, vocabulário controlado, relações semânticas, garantia

ABSTRACT

Controlled Vocabulary and Semantic Relationships of Domestic Violence against Children and Adolescents: Construction of a Model

Considering that domestic violence against children and adolescents is a very controversial topic, which represents a social problem that has been present along history, this research is interested in the development of knowledge organization systems, such as a controlled vocabulary, to meet the current needs of the users interested in these issues. The information on the topic points out that contemporary society focuses on three processes: processing, storage, and retrieval. It is mainly in the stage of information retrieval that controlled vocabularies play a crucial role while enhancing an efficient access to the contents of the documents. The aim of this thesis is to develop a model of a controlled vocabulary related to domestic violence against children and adolescents based on the equivalence and hierarchical relationships between terms as expressed in the ISO 25964-1:2011 standard. The study is exploratory and follows a qualitative methodology. As for the methodological strategy, it is a case study. It is aimed specialized professionals interested in the topic. A theoretical framework on domestic violence against children and adolescents was consulted and a literature review on controlled vocabularies and the semantic relations between the terms. A controlled vocabulary on the topic was developed, and the selection of terminology to be included was justified by literary, cultural, and ethical warrants. It was found that the controlled vocabulary reflects on the socio-cultural and ethical references and only makes sense when framed in a specific time and space.

Key Words: domestic violence, children, adolescents, controlled vocabulary, semantic relationships, warrant

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	IX
LISTA DE TABELAS.....	X
LISTA DE QUADROS	XI
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	XII
INTRODUÇÃO	1
1. Apresentação do estudo.....	4
1.1. Justificação	4
1.2. Objetivos	4
1.3. Metodologia adotada	5
1.3.1. Regras e/ou princípios de orientação na construção de um vocabulário controlado... 6	
PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2. Violência Doméstica	13
2.1. Violência doméstica contra crianças e adolescentes	17
2.1.1. Causas da violência doméstica contra crianças e adolescentes.....	23
2.1.2. Consequências da violência doméstica contra crianças e adolescentes	26
2.2. O papel das bibliotecas no combate à violência doméstica.....	30
3. Vocabulários Controlados	33
3.1. Definição	33
3.2. Tipologia	35
3.2.1. Taxonomias.....	35
3.2.2. Esquemas Alfanuméricos de Classificação.....	36
3.2.3. Mapas conceituais, mapas de tópicos e ontologias	37
3.2.4. Listas controladas.....	39
3.2.5. Cabeçalhos e cabeçalhos de assunto	40
3.2.6. Anéis de sinónimos	41
3.2.7. Tesouros	42
3.3. Relações semânticas entre os termos.....	43
3.3.1. Relações de equivalência	45
3.3.2. Relações Hierárquicas.....	47
3.3.3. Relações Associativas.....	49
3.4. Instrumento de construção de um vocabulário controlado: Software TemaTres..	52

PARTE II – ESTUDO DE CASO	56
4. Resultados e Discussão	57
4.1. O processo de construção do modelo de vocabulário controlado sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes	57
4.1.1. Descritores e Não Descritores	58
4.1.1.1. Descritores abuso	58
4.1.1.2. Descritores adolescentes e crianças	59
4.1.1.3. Descritores apoio.....	60
4.1.1.4. Descritores crença	61
4.1.1.5. Descritores ambiente doméstico	62
4.1.1.6. Descritores medo, vergonha, tristeza e isolamento.....	63
4.1.1.7. Descritores perturbação.....	65
4.1.1.8. Descritores violência.....	65
4.1.1.9. Descritores manipulação	66
4.1.1.10. Descritores dependência.....	67
4.1.1.11. Descritores delinquência	68
4.1.1.12. Descritores hematomas	69
4.1.2. Termos Genéricos e Termos Específicos	70
4.1.3. Termos Relacionados	73
4.2. Reflexão sobre a utilidade do modelo de vocabulário controlado construído	75
CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
APÊNDICES E ANEXOS	93

Lista de Figuras

Figura 1 – Cartaz eletrónico que assinalou o Dia Mundial para a Prevenção do Abuso contra as Crianças.....	14
Figura 2 – Dr. Henry Kempe.....	18
Figura 3 – Modelo teórico do impacto emocional da violência doméstica contra crianças.....	28
Figura 4 – Estrutura de uma linguagem de indexação. SH=Subject Heading	34
Figura 5 – Mapa de conceitos sobre elefantes.....	38
Figura 6 – As principais classes de uma ontologia do veículo e as suas relações.	39
Figura 7 – Lista controlada para o campo Classificação num registo de obra.....	40
Figura 8 – Exemplificação de um Anel de sinónimos.	41
Figura 9 – Diagrama de tipos de vocabulários controlados	43
Figura 10 – Esquema das funcionalidades do software TemaTres	53
Figura 11 – Anúncio publicitário com mensagem secreta visível apenas para crianças.....	107
Figura 12 – Anúncio publicitário contra a violência infantil	107

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Crimes cometidos contra crianças: violência doméstica em sentido lato e em sentido estrito.	19
Tabela 2 – Tipos de relações associativas.	50

Lista de Quadros

Quadro 1 – Caracterização dos Sistemas de Classificação	37
Quadro 2 – Exemplificações da recorrência do descritor abuso na literatura sobre VD	59
Quadro 3 – Exemplificações da recorrência dos descritores adolescentes e crianças na literatura	60
Quadro 4 – Exemplificações da recorrência do descritor apoio na literatura	61
Quadro 5 – Exemplificações da recorrência do descritor crença na literatura.....	62
Quadro 6 – Exemplificações da recorrência do descritor ambiente doméstico na literatura ...	62
Quadro 7 – Exemplificações da recorrência dos descritores medo, vergonha, tristeza e isolamento na literatura	64
Quadro 8 – Exemplificações da recorrência do descritor perturbação na literatura	65
Quadro 9 – Exemplificações da recorrência do descritor violência na literatura.....	66
Quadro 10 – Exemplificações da recorrência do descritor manipulação na literatura.....	67
Quadro 11 – Exemplificações da recorrência do descritor dependência na literatura	68
Quadro 12 – Exemplificações da recorrência do descritor delinquência na literatura.....	69
Quadro 13 – Exemplificações da recorrência do descritor hematomas na literatura	69
Quadro 14 – Exemplificações da relação de hierarquia entre violência emocional e abuso, manipulação, medo e perturbação	70
Quadro 15 – Exemplificações da relação de hierarquia entre violência física e abuso	71
Quadro 16 – Exemplificações da relação de hierarquia entre violência financeira e dependência.....	72
Quadro 17 – Exemplificações da relação de hierarquia entre violência sexual e abuso	72
Quadro 18 – Exemplificações da relação de hierarquia entre perseguição e medo	73

Lista de Siglas e Acrónimos

- ANSI** – American National Standards Institute
- APA** - American Psychological Association
- ASGVCV** – Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida
- APAV** – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- ARS** – Administração Regional de Saúde
- ASPCA** – American Society for the Prevention of Cruelty to Animals
- CDC** – Convenção sobre os Direitos das Crianças
- CDD** – Classificação Decimal de Dewey
- CDU** – Classificação Decimal Universal
- CEJ** – Centro de Estudos Judiciários
- CI** – Ciência da Informação
- CP** – Código Penal Português
- DGS** – Direção Geral da Saúde
- DUDH** – Declaração Universal dos Direitos Humanos
- EMAV** – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Vítima
- GI** – Gestão da Informação
- GIF** – Global Information Justice
- HHS** – Health & Human Services
- IPQ** – Instituto Português de Qualidade
- ISKO** – International Society for Knowledge Organization
- ISO** – International Organization for Standardization
- KOS** – Knowledge Organization Systems
- NCADV** – National Coalition Against Domestic Violence
- NISO** – National Information Standards Organization
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- TIC** – Tecnologias de Informação e Comunicação
- UNICEF** – United Nations International Children’s Emergency Fund
- U.S.** – United States
- VC** – Vocabulário(s) Controlado(s)
- VD** – Violência Doméstica

INTRODUÇÃO

Desde os tempos remotos que o Homem rivaliza com os que lhe estão mais próximos. A violência no seio familiar tem acompanhado séculos de existência humana, podendo considerar-se um fenómeno histórico. Felizmente, à luz do que são os padrões mediadores das sociedades atuais, este tipo de comportamento é punível. Presentemente, é moralmente inaceitável e recriminatório que alguém agrida em alguma instância outra pessoa. Considera-se este ato tão mais desprezível quando é praticado contra um ser manipulável e indefeso como uma criança.

Indubitavelmente, a violência no contexto familiar é uma realidade global contemporânea, e não é ao acaso que “violência doméstica” foi eleita pelos portugueses, no site da Porto Editora, a “palavra” do ano de 2019. Foram diversos os casos conhecidos que resultaram em vítimas mortais. Notícias que se reportam a esse mesmo ano de 2019, apontam para um número total de 35 pessoas, entre mulheres, homens e crianças que foram assassinadas em Portugal, no contexto de violência doméstica (VD) (Porto Editora, 2020)¹.

Tratando-se a violência doméstica contra crianças e adolescentes de um problema que carece de urgência de atuação, a gestão da informação (GI) tem cada vez mais um papel preponderante na difusão do conhecimento relativo ao tema. Uma sociedade informada é uma sociedade capaz de criticar fundamentadamente e de evoluir no sentido de minimizar os efeitos a longo prazo da violência, que até então, tanto se tem mostrado inter-geracional.

Os avanços de cariz tecnológico e científico verificados nas últimas décadas impulsionaram o que Vannevar Bush, nos anos 40, designou por explosão de informação à escala mundial, que por sua vez, motivou a criação urgente de sistemas de gestão de informação (Saracevic, 1996, p.42). Os vocabulários controlados (VC), podendo ser desenvolvidos em *softwares* dedicados, como é o caso do TemaTres, são uma das formas de gerir a informação, permitindo estruturá-la claramente, simplificando o acesso mais rápido e eficaz à mesma. Esta forma de organização do conhecimento permite sistematizá-lo, dando resposta às necessidades humanas que demonstram ser cada vez mais exigentes.

¹ Informação disponível no site da Porto Editora: <https://www.portoeditora.pt/noticias/violencia-domestica-eleita-pelos-portugueses-palavra-do-ano-reg-2019/159107>

A linguagem natural presente no conteúdo documental é transformada pelo indexador em linguagem de indexação, que se pretende que seja desprovida de ambiguidade e representativa do assunto que se está a analisar (Rubi & Fujita, 2003, p.67).

Os conceitos estão presentes na linguagem natural. Relativamente ao que se entende por conceito, existem várias teorias que explicam o seu significado e que seguem linhas de pensamento diferentes. De acordo com o trabalho de Hjørland² (2009), que segue uma linha pragmática, os conceitos, ou os termos pelos que são representados, podem ter mais do que uma interpretação, porque são inevitavelmente influenciados por fatores teóricos, culturais e sociais e devem ser enquadrados num tempo e num espaço. Em oposição, Dahlberg³ (1970), seguindo uma linha racionalista, defende que os conceitos são unidades de conhecimento e representam abstrações da realidade, no sentido em que são produtos e instrumentos desenvolvidos pelo Homem com o intuito de comunicar (Machado, Martínez-Ávila & Simões, 2019).

As garantias, designadamente a literária, a cultural e a ética, são princípios orientadores pelos quais os indexadores devem reger-se no processo de seleção da terminologia (Gil Leiva & Fujita, 2012, pp.146-147).

A nossa escolha recaiu sobre o problema da violência doméstica contra crianças e adolescentes, primeiro, porque consideramos ser este um tema muito sensível, que nos desperta um sentimento altruísta e uma curiosidade imensa para o compreender melhor; segundo, porque acreditamos que com a construção de um modelo de um vocabulário

² Desde 2001, Birger Hjørland é professor de Organização do Conhecimento na *Royal School Library and Informations Science* em Copenhaga, atualmente University of Copenhagen. Hjørland foi presidente do Conselho Consultivo Científico da Sociedade Internacional para Organização do Conhecimento (ISKO) até 2020 e membro de conselhos editoriais de diversas jornais, como por exemplo a *Knowledge Organization*, o *Journal of the American Society of Information Science and Technology* (ASIST) ou o *Journal of Documentation*. Junto com Hanne Albrechtsen desenvolveu a teoria da Análise de Domínio em 1995. (Hjørland & Albrechtsen, 1995, pp.400-425).

³ Dr. Ingetraut Dahlberg nasceu em 20 de fevereiro de 1927 na Colónia. Estudou filosofia, teologia católica e inglês e, ocasionalmente, biologia em Frankfurt e Würzburg. Em 1948/49, ela passou um ano académico nos Estados Unidos no Mary Manse College em Toledo, Ohio. Em 1959, Ingetraut Dahlberg veio para o Instituto Gmelin de Química Inorgânica, em Frankfurt, cujo diretor Erich Pietsch era presidente da Associação Alemã de Documentação (DGD) na época. Aqui ela editou bibliografias para a Documentação de Energia Atômica (AED). Ingetraut Dahlberg introduziu e moldou o termo organização do conhecimento. Foi o principal motor da fundação das associações científicas Society for Classification e International Society for Knowledge Organization, bem como dos periódicos International Classification and Knowledge Organization. A autora faleceu em 2017 em Bad König, Odenwald (Ohly, 2020).

controlado (VC) sobre o tema, podemos dar o nosso contributo para ajudar, ainda que indiretamente, a mitigar esta chaga da sociedade.

Esta dissertação é composta por quatro capítulos. No capítulo 1, realizou-se uma apresentação do estudo, onde se explica a sua justificação, os objetivos propostos e a sua metodologia.

De acordo com o desenho metodológico traçado, houve a necessidade de dividir o estudo em duas partes, sendo a primeira, a Fundamentação Teórica, e a segunda, o Estudo de Caso, no qual se constrói um modelo de um VC sobre a violência doméstica contra crianças e adolescentes, seguindo uma pesquisa exploratória e descritiva.

Na parte I, organizada em três capítulos, procurou-se enquadrar o tema da violência doméstica contra crianças e adolescentes e explicar o papel das bibliotecas no combate à VD (capítulo 2), aprofundar a definição e a tipologia dos VC, compreender as relações semânticas entre termos e ainda apresentar a utilidade do *software* TemaTres na construção de tesouros (capítulo 3) Neste leque de informação base, houve uma preocupação com a consulta de referências nacionais e internacionais, com o intuito de se obter uma visão abrangente sobre os diversos assuntos, confrontando perspectivas discordantes e concordantes. A bagagem teórica adquirida na parte I, facilita o processo seguinte de seleção dos termos que se devem incluir no VC, assim como das possíveis relações semânticas que se podem estabelecer entre os mesmos.

A parte II, inclui um capítulo (capítulo 4), onde é apresentado o processo de construção do modelo do VC e onde são discutidas detalhadamente as justificações que legitimam a seleção dos termos pertencentes ao mesmo. Ainda neste capítulo, é também realizada uma reflexão sobre a utilidade do modelo construído.

Na presente dissertação as citações em texto, as figuras, as tabelas e as referências bibliográficas são apresentadas segundo a 7ª edição da norma American Psychological Association (APA)⁴.

⁴ Trata-se de um manual onde estão indicadas as regras de referenciação bibliográfica que devem ser utilizadas em trabalhos científicos. A 7ª edição é a mais recente e foi apresentada em outubro de 2019. <https://apastyle.apa.org/products/publication-manual-7th-edition>

1. Apresentação do estudo

1.1. Justificação

O desenvolvimento exponencial das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) teve de ser obrigatoriamente acompanhado pela criação de *softwares* que permitissem gerir a informação (Sabbag & Galdino, 2017, p. 2566). Os tesauros permitem não só organizar a informação, para que mais eficaz e rapidamente seja recuperada, mas também consultar termos relacionados (Campos et al., 2006, p. 69)

Em última análise, o objetivo maior de um VC é padronizar a informação. Este ideal de *standardização* só é alcançável graças à preocupação internacional e local de criação de um conjunto de normas orientadoras da construção de VC que facilitam a partilha de informação.

Face a esta evidente imposição de se sistematizar a informação e à carência de VC centrados especificamente na VD nas faixas etárias mais baixas, formulamos a seguinte premissa para este trabalho: os VC são construídos com base em relações semânticas que se regem por orientações *standard*.

1.2. Objetivos

Atentando para a premissa que sustenta a existência deste estudo, pode-se apontar como objetivo geral construir um modelo de um VC no âmbito da violência doméstica contra crianças e adolescentes, tomando como base as relações de equivalência, de hierarquia e associativas entre termos segundo a ISO 25964-1:2011.

Delineamos também os objetivos específicos que vão orientando o estudo no sentido de se concretizar o objetivo geral: a) traçar os contornos do tema da violência doméstica contra crianças e adolescentes; b) apresentar uma revisão sobre os tipos de VC usados para a organização do conhecimento; c) compreender os tipos de relações semânticas que se podem estabelecer entre termos de um VC; d) conhecer as orientações *standard* voltadas para a construção de um VC; e) perceber a utilidade do *software* TemaTres na construção de tesauros; f) selecionar os termos a incluir no VC a construir, com base nas garantias, nomeadamente, a literária, a cultural e a ética; g) estabelecer relações de equivalência, de hierarquia e associativas entre os termos selecionados para compor o VC a construir, segundo a ISO 25964:2011.

1.3. Metodologia adotada

O presente estudo baseia-se no paradigma qualitativo da investigação porque, ao invés de mensurar um problema como dita o paradigma quantitativo, pretende, antes, apresentar um conjunto de ideias teórico-metodológicas para o explicar, contribuindo desta forma para a sua compreensão.

Tendo em conta os seus objetivos, o estudo apresenta um caráter exploratório e descritivo. Exploratório, porque pretende levantar questões sobre um determinado assunto que ainda não está muito explorado do ponto de vista científico, de forma a determinar um conjunto de recomendações que possam orientar outros estudos futuros. As inferências apontadas servirão como fio condutor para se alcançar uma solução para um determinado problema. Descritivo, na medida em que, a partir da exploração do tema, descrevemos os procedimentos utilizados para se construir um VC.

Nos estudos exploratórios o objetivo é “proceder ao reconhecimento de uma dada realidade pouco ou deficientemente estudada e levantar hipóteses de entendimento dessa realidade” (Carmo & Ferreira, 2008, p.49).

Um estudo diz-se descritivo quando “a intenção é descrever rigorosa e claramente um dado objeto de estudo na sua estrutura e no seu funcionamento” (Carmo & Ferreira, 2008, p.49).

No que diz respeito às estratégias metodológicas adotadas, estamos perante um estudo de caso. A violência doméstica contra crianças e adolescentes é o nosso caso para estudo.

A recolha de dados para compor o estudo de caso foi realizada por meio de pesquisa documental e de pesquisa bibliográfica. Optamos por dividir a presente dissertação de mestrado em duas partes. Com o intuito de cumprir o objetivo do estudo, na parte I, designada por fundamentação teórica, pretendemos fazer uma revisão da literatura, com recurso a livros, artigos científicos e recursos eletrónicos.

A fundamentação teórica engloba o tema da violência doméstica contra crianças e adolescentes onde versam ideias de alguns autores de referência. Como se pretende com o presente estudo construir um modelo de um VC, não houve apenas a necessidade de aprofundar conhecimentos acerca do tema da violência doméstica contra crianças e adolescentes, também foi imprescindível fazer uma revisão bibliográfica no que toca aos tipos de VC que existem e consultar a norma ISO 25964:2011, onde estão expressas as orientações

de padronização para a construção de um VC. Ainda na parte I, fez-se uma breve descrição de um software comumente utilizado na construção de tesouros – o software TemaTres.

Carmo & Ferreira (2008, p.236) afirmam que

“Uma rigorosa análise de dados é fundamental em qualquer investigação e no caso de um estudo de caso qualitativo o investigador deverá proceder à análise dos dados à medida que procede à sua recolha. O produto final é uma descrição “rica” e rigorosa do caso que constitui o objeto de estudo.”

A partir da reflexão sobre o estado da arte relativamente ao objeto de estudo, que é a violência doméstica contra crianças e adolescentes, foi possível obter uma bagagem de conhecimento teórico que permitiu fazer a seleção dos conceitos pilares sobre o tema que serão utilizados no estudo de caso, para constituir os termos a usar no modelo de VC que se propõe construir.

Na parte II é apresentado o modelo de VC sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes, e justifica-se, com base em garantias, a inclusão dos descritores e dos não descritores, bem como se explicam as relações semânticas estabelecidas entre os termos do tesouro construído.

1.3.1. Regras e/ou princípios de orientação na construção de um vocabulário controlado

Os termos pertencentes a um determinado VC devem seguir determinadas formas gramaticais. Segundo a ANSI/NISO⁵ z39-19-2005, a forma gramatical que um termo deve ter é um nome. No caso dos nomes contáveis, estes devem ser apresentados no plural (ex. crianças, adolescentes, jovens); ao invés, no caso dos nomes incontáveis que representam conceitos abstratos, estes devem ser apresentados no singular (ex. sujeição, tristeza, violência). A norma adverte ainda para a não utilização de verbos no infinitivo, e no caso da necessidade de inclusão de adjetivos, estes devem ser colocados na forma nominal (ANSI/NISO z39-19-2005, R2010, p.25-29).

⁵ A National Information Standards Organization (NISO) é uma associação sem fins lucrativos, credenciada pelo American National Standards Institute (ANSI), com a função de identificar, desenvolver, manter e publicar normas técnicas para a gestão de informação adequadas ao ambiente digital em constante mudança.
https://www.bad.pt/noticia/wp-content/uploads/2017/04/Guia_VocabulariosControlados_final-1.pdf

Em relação às demais normas consultadas para a realização do presente estudo, a ISO 25964 veio introduzir algo de novo que viabiliza a utilização de dados e a informatização da informação: a diferenciação entre conceito e termo.

Teoricamente, a cada conceito deveria corresponder um termo, e esse termo deveria por si só ser uma unidade de conhecimento. Simões (2008, p.82) acrescenta que “o termo tem um significado próprio, restrito, fixo e normalizado, que lhe permite elaborar construções linguísticas limitadas e restritas a nível semântico”.

A propósito da explicação da utilidade de um termo na construção de um VC, Simões (2008, p.81) afirma que “Os termos não são mais do que representações simbólicas do mundo conceptual. Neste sentido constituem uma linguagem”.

Na prática nem sempre se verifica que quando se retira um termo do contexto, ele signifique o mesmo conceito, por isso muitas vezes opta-se por estabelecer relações de equivalência entre termos, com o intuito de controlar esta ambiguidade (Simões, 2008, p.82; ANSI/NISO z39-19-2005, R2010, p.12-13). Nesta dissertação, pretende-se estabelecer relações de equivalência entre termos, de forma a restringir o significado dos mesmos e a fortalecer o objetivo do VC, que em última instância é tornar a informação acessível aos utilizadores que a procuram e de uma forma célere.

Os descritores são responsáveis por delimitar qualquer pesquisa, permitindo que a informação não se perca e que esteja disponível quando algum pesquisador necessite de aceder à mesma. A adequada seleção dos descritores e a sua hierarquização potencia uma rápida e eficaz recuperação da informação (Brandau et al., 2005, p. VII-VIII).

Importa ressaltar que o termo descritor é aquele que é selecionado pelo construtor do VC como sendo o termo preferido e o qual deve ser utilizado para fazer qualquer pesquisa relativa a um determinado tema. O termo não descritor, também designado por termo preterido não é mais do que um sinónimo ou quase-sinónimo do termo descritor (Simões, 2008, p.87).

Para conferir algum grau de organização e estrutura ao VC que resulta da concretização do presente estudo, optou-se por se estabelecerem também relações hierárquicas entre os termos. São este tipo de relações que distinguem um tesouro de uma simples lista de termos e permitem que o utilizador decida se pretende uma pesquisa mais genérica ou mais específica (Simões, 2008, p.116).

Gil Leiva e Fujita (2012, p.145) realçam a importância das relações hierárquicas:

A hierarquização dos termos permite realizar uma representação de assunto condizente com as ideias do autor. Por sua vez, a elaboração de uma estratégia de busca a partir de termos genéricos ou específicos propicia a obtenção de respostas satisfatórias em relação às necessidades de pesquisas dos usuários.

Por fim, mas não menos importantes, estabeleceram-se relações associativas entre os termos. Estas relações são as que conferem identidade a um tesouro, sendo responsáveis por conferir um grau superior de coesão ao VC.

A inclusão e a exclusão de termos nos VC também não é aleatória, deve ser regida por garantias, que não são mais do que as justificativas necessárias, porque legitimam o processo de seleção dos termos. O conceito de garantia foi introduzido pela primeira vez em 1911, por Hulme, para explicar mais especificamente do que se tratava a garantia literária. Não retirando o mérito ao autor precedente, deve referir-se que foi em 1986, que a autora Beghtol conferiu um sentido mais genérico ao conceito de garantia (Barité, 2011, p.3).

No âmbito da organização do conhecimento, uma garantia apresenta um estatuto de autoridade, na medida em que é o elemento de referência para o indexador determinar quais os termos a incluir em qualquer VC, mas também selecionar os descritores eleitos como os representativos de determinado tema. Barité (2011, p.3) propõe ainda dois níveis distintos de uso de uma garantia: numa fase inicial é o que permite justificar a escolha de um determinado “termo candidato”, e numa segunda fase permite verificar que o mesmo termo foi corretamente incorporado num VC.

A fase inicial do processo de construção de um VC inclui a pesquisa detalhada de um quadro de referência teórico que possa ser o veículo para o levantamento de conceitos representativos do tema que se pretende. A seleção dos termos, por sua vez, segue o que se designa por garantia literária, que não é mais do que a revisão aprofundada do conteúdo dos documentos que refletem com clareza o tema da violência doméstica contra crianças e adolescentes e a análise dos termos que são utilizados com maior supremacia na literatura de referência (ANSI/NISO z39-19-2005, R2010, p.16). Deste modo, a escolha dos descritores do presente estudo recaiu sobre os termos que são mais utilizados no site da Associação Portuguesa de

Apoio à Vítima (APAV)⁶, da Direção Geral da Saúde (DGS)⁷, do Centro de Estudos Judiciários (CEJ)⁸ e da United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF)⁹. Estas são as entidades que se consideram de referência a nível nacional e internacional e que, portanto, melhor retratam este tema.

Tratando-se a violência doméstica contra crianças e adolescentes de um tema tão sensível, são diversos os conceitos com uma conotação muito negativa que surgem no pensamento humano, e naturalmente expressos de uma forma crua na literatura. Na construção deste VC, procurou-se não utilizar eufemismos e por isso a seleção dos termos recaiu sobre aqueles que demonstram, sem filtros, a agressividade do próprio tema e desta forma chamar a atenção e sensibilizar o público-alvo para este problema emergente nas sociedades atuais.

A garantia literária torna-se limitativa para justificar alguns termos em diferentes contextos. No palco de duas culturas distintas, o próprio conceito de violência ganha sentidos igualmente distintos embora as “personagens” (leia-se: as crianças) sejam as mesmas. Senão vejamos, aos olhos de um europeu, o casamento infantil praticado, por exemplo em diversos países em África, é visto como um acto de violência e abuso de menores. Segundo os padrões sociais de um europeu, este é um acto deplorável, porque é culturalmente inaceitável que se infrinjam os direitos e a liberdade das crianças. No entanto, no caso concreto de África é social e culturalmente aceite, porque está enraizado nos costumes do povo e é encarado como algo

⁶ a) A APAV é “uma organização sem fins lucrativos e de voluntariado, que apoia, de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais. Fundada em 25 de Junho de 1990, é uma instituição de âmbito nacional, localizando-se a sua sede em Lisboa” (APAV, 2020). https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/apav-1/quem-somos

b) Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir
https://www.apav.pt/pdf/Manual_Crianças_Jovens_PT.pdf

c) Consequências da Vitimação <https://www.apav.pt/musas2/edu/edu1a.html>

⁷ Maus Tratos em Crianças e Jovens - Guia Pártico de Abordagem, Diagnóstico e Intervenção (2011)
https://www.dgs.pt/accao-de-saude-para-criancas-e-jovens-em-risco/ficheiros-externos/doc-guia_maus-tratos_2-marco-2011-12h-pdf.aspx

⁸ a) <http://www.cej.mj.pt/cej/home/home.php>

b) Violência Doméstica: implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno
http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ_p02_rev2c-EBOOK_ver_final.pdf

⁹ “Criado em 1979, o Comité Português para a UNICEF é uma organização não-governamental com o Estatuto de Associação de Utilidade Pública. Faz parte da rede de 34 Comités Nacionais para a UNICEF estabelecidos em países desenvolvidos e que integram a organização global da UNICEF. O Comité Português para a UNICEF tem como missão a promoção e a defesa dos direitos das crianças, sensibilizando o público e decisores políticos quanto aos Direitos da Criança e em especial para que as crianças mais desfavorecidas e vulneráveis que continuam a viver na pobreza, em situação de conflito ou desastre, a sofrer de abusos ou exploração, não caiam no esquecimento”. <https://www.unicef.pt/unicef/em-portugal/>

natural. Depreende-se deste exemplo, que indivíduos pertencentes a diferentes culturas, naturalmente necessitam de informação diferente.

Neste sentido, esta dissertação também teve que levar em linha de conta na validação dos descritores a garantia cultural. Foi Lee, que em 1976, fundou este conceito, e que abriu um leque de considerações relativamente à importância do contexto cultural em que um sistema de organização do conhecimento é criado e que nos remete inevitavelmente para uma reflexão sobre a capacidade de nos colocarmos no lugar do outro e repensarmos o mesmo termo sob outro ponto de vista (Barité, 2011, p.6).

Beghtol (2002, p.511) esclarece-nos com uma definição muito clara o que vem a ser garantia cultural:

Cultural warrant means that any kind of knowledge representation and/or organization system can be maximally appropriate and useful for the individuals in some culture only if it is based on the assumptions, values, and predispositions of that culture.

Quando há aquilo a que se pode chamar de uma descentralização do eu e um esquecimento da bagagem cultural que temos, ficamos numa posição legítima para focar a atenção num termo através de outra perspectiva. Este exercício de aceitação da diversidade e de tolerância aos valores, às crenças e ao conhecimento intrínseco de um povo, é o que Beghtol (2002) apelida de hospitalidade cultural.

Criar um sistema universal, válido em qualquer lugar, tempo ou religião é uma utopia. Mas há diversos autores que propõem um sistema de organização do conhecimento que seja mais permeável a estas variáveis culturais e que concomitantemente não destrua as identidades dos povos.

Neste sentido, Barité (2011, p.6) refere que:

Parece de sentido común considerar que individuos que pertenecen a diferentes culturas, cuentan con diferentes necesidades de información y formas diversas de interpretación del conocimiento establecido. De hecho, gran parte de la investigación aplicada tiene referencias locales, y hay segmentos de conocimiento que son relevantes sólo en un espacio geográfico (que es también una dimensión cultural) y no en otro, tanto si se habla de la música, los usos y las costumbres sociales o el Derecho que tiene una configuración particular en cada Estado o país, dependiendo de sus condiciones históricas y sus tradiciones sociales. Como expresan García Aguilar & Villén Rueda (2000, p. 295), “cada sociedad establece y determina los

símbolos y significados de su cultura (...) que le son esenciales y que le distinguen de otras”. La garantía cultural, entonces aporta a construir una identidad, a través de elementos de diferenciación de la interpretación y la vivencia de la realidad.

A par com a garantia cultural, tem que necessariamente se falar da garantia ética. A ética é o que nos permite distinguir entre o bem e o mal. No campo da Ciência da Informação (CI), a garantia ética é um conjunto de considerações que protegem a própria informação de sofrer um processo de desrespeito pela dignidade humana, de desestruturação de valores e de discriminação cultural.

A título de exemplo, no contexto do presente estudo, fere muito mais a suscetibilidade humana utilizar o termo “violada”, do que o termo composto “abuso sexual” quando se pretende referir o acto de violar sexualmente um menor.

Os Sistemas de Organização do Conhecimento - SOC (Knowledge Organization Systems - KOS) e de GI adquirem cada vez mais importância nos tempos que correm (Golub et al., 2019, p. 205). Existem uma série de temas que surgem como orientações éticas que mediam a construção desses mesmos sistemas. Smith (2001, pp.520-524) apresentou o conceito de global information justice¹⁰ (GIJ), que se baseia na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Beghtol (2002, p.518) acrescenta que a justiça global da informação é um ideal a perseguir:

A theoretical framework for the practical development of globally acceptable and ethically based knowledge representation and organization, then, needs ideally to be able to admit every point of view and every assumption that cultures and the individuals within them can make, and, at the same time, to remain valid and acceptable for individuals in entirely different, perhaps conflicting or antithetical, cultures. Like other ideals, this ideal serves as a goal and as a yardstick for evaluation, even though it may not be completely achievable in practice.

Apesar de ser um ideal, a autora refere a hospitalidade cultural como um excelente regulador ético que os profissionais que trabalham com a informação devem perseguir, de forma a procurarem a imparcialidade cultural e disponibilização de informação globalizada (Beghtol, 2002, p.519).

¹⁰ “Global information justice, broadly speaking, is the notion that preserving humanity and conserving the natural world must be the controlling focus of new information and communications technologies” (Smith, 2001, p.522).

PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2. Violência Doméstica

A agressão tem sido definida como um padrão de comportamento, que se traduz por actos ou palavras, que visam controlar e manipular o comportamento de outra pessoa provocando a sensação de medo e intimidação (National Coalition Against Domestic Violence [NCADV]¹¹ 2006, citado por Doak, 2007, p. 1). Quando a agressão é realizada no seio familiar podemos falar em VD.

Idealmente, a família é o lugar dos afetos, da compreensão, da entreajuda, da preparação para a vida em sociedade e considerada o porto seguro (McKie, 2005, p.14). No entanto, os papéis que se desempenham no seio familiar e as obrigações e responsabilidades que cada membro deve acarretar podem por vezes gerar conflitos e discussões, que caso não sejam bem geridos podem culminar em situações de violência. (Dias, 2010, pp.247-248)

A VD é um fenómeno que acompanha as mais diversas sociedades há vários séculos (Dias, 2010, p.45). As agressões no seio familiar têm sido tradicionalmente legitimadas por dogmas religiosos e políticos e aceites pela sociedade. Os dogmas criados em relação à família ideal têm mascarado muitos problemas no seio familiar, entre os quais, a VD, a delinquência e a toxicod dependência que muitas vezes são negados por profissionais. Esta decadência intrafamiliar tem repercussões a nível social e vice-versa. Os papéis idealizados pela sociedade referentes a cada membro da família originam uma certa tolerância relativamente a alguns crimes, como a agressão e os maus tratos, quando praticados como forma de condenar um acto, que segundo as normas socialmente construídas, deveriam ser puníveis (Blackman, 1989 citado por Dias, 2010, p.247). A título de exemplo, alguns pais consideram como motivo para agredir uma criança quando ela não cumpre o seu dever familiar de ter sucesso a nível escolar.

Straus e Gelles citados por Doak (2007, p.1) preocuparam-se em definir, com base nos trabalhos National Family Violence Survey de 1975 e National Family Violence Resurvey de 1985, os actos específicos associados à violência conjugal. O resultado deste trabalho tão inovador para a época foi a criação de uma escala, denominada Escala de Táticas de Conflitos, que ainda hoje é a medida mais amplamente utilizada para estimar a extensão do

¹¹ “The National Coalition Against Domestic Violence (NCADV)'s mission is to lead, mobilize and raise our voices to support efforts that demand a change of conditions that lead to domestic violence such as patriarchy, privilege, racism, sexism, and classism. We are dedicated to supporting survivors and holding offenders accountable and supporting advocates”. <https://ncadv.org/>

abuso conjugal. De acordo com a interpretação tradicional da escala, um cônjuge pode ser considerado abusivo se atirar algo ao parceiro, forçar algum acto, agarrar ou empurrar com intenção de exercer poder e magoar, esbofetear, chutar, morder ou esmurrar o parceiro, atirar um objeto ao parceiro, bater ou ameaçar com uma faca ou uma arma, usar uma faca ou disparar uma arma contra o parceiro. Hoje em dia a interpretação da escala e do que é a VD é mais abrangente e tem em linha de conta não só o acto de agredir fisicamente, mas também outros actos associados a controlo, intenção e poder e que possam provocar danos sexuais e psicológicos, como por exemplo, a violação matrimonial e o isolamento forçado (Doak, 2007, p.1).

A violência é um fenómeno social transversal ao sexo e à idade, quer isto dizer, que ao longo dos tempos, homens e mulheres, crianças e idosos têm sido alvo de violência no seu seio familiar. A agressão física ou verbal e o abuso sexual, emocional e psicológico são considerados crime, à luz dos padrões atuais de valores inerentes às sociedades modernas ocidentais. É amplamente aceite que este tipo de comportamentos que ocorrem no seio familiar devem ser punidos pela lei (Dias, 2010, pp.245-246). A título de exemplo da responsabilidade social que todos devemos ter sobre este assunto, observe-se a Figura 1 que representa o cartaz eletrónico alusivo ao tema, que assinalou em 2012 o Dia Mundial para a Prevenção do Abuso contra as Crianças.



Figura 1 – Cartaz eletrónico que assinalou o Dia Mundial para a Prevenção do Abuso contra as Crianças.

Fonte: <https://www.ordemenfermeiros.pt/noticias/conteudos/dia-mundial-para-a-preven%C3%A7%C3%A3o-do-abuso-contra-as-crian%C3%A7as/>

Segundo o relatório mundial¹² sobre violência e saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) (Krug et al., 2002, p.5), a VD é definida como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Ainda no referido relatório mundial sobre violência e saúde, Nelson Mandela citado por Krug et al. (2002, p.ix) profere que “O século vinte será lembrado como um século marcado pela violência. Em uma escala jamais vista e nunca antes possível na história da humanidade, ele nos oprime com seu legado de destruição em massa, de violência imposta.”

Segundo a APAV (2012), a VD é qualquer ação ou omissão de natureza criminal, que pode ser praticada num contexto doméstico ou fora dele desde que as pessoas sejam “cônjuge ou ex-cônjuge, unido/a de facto ou ex-unido/a de facto, namorado/a ou ex-namorado/a ou progenitor de descendente comum em 1.º grau, quer haja ou não coabitação”. A agressão pode ser veiculada de diversas formas e infligir na vítima sofrimentos físicos sexuais, psicológicos e económicos (APAV, 2012).

A VD caracteriza-se por diferentes comportamentos, razão pela qual a APAV sistematiza a VD em: perseguição e violência emocional, social, física, sexual e financeira. A perseguição é qualquer comportamento que visa intimidar ou atemorizar o outro, como por exemplo seguir o companheiro para o seu local de trabalho. A violência emocional ou psicológica engloba comportamentos por parte do agressor que provoquem sentimentos de culpa e medo na vítima. Um exemplo deste tipo de violência é a humilhação em público. A violência social caracteriza-se por comportamentos de controlo e impedimento da vida social da vítima, como por exemplo não permitir que a vítima visite amigos. A violência física é, talvez, o tipo de violência mais fácil de se observar por parte de terceiros e o mais difícil de se intervir, dado o facto de muitas vezes se encontrar presente um medo aterrorizante por parte da vítima que se submete ao agressor. Em muitos casos traduz-se em comportamentos como esmurrar, pontapear, estrangular, entre outros de ofensa física. Este tipo de comportamento pode ser uma acção única ou repetida praticada de forma intencional. A violência sexual está presente quando um companheiro força o outro a protagonizar actos sexuais contra a sua vontade. A

¹² <https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>

violência financeira engloba qualquer comportamento que intente controlar o dinheiro do companheiro sem que este o deseje (APAV, 2012).

Definir a VD de forma objetiva não é uma tarefa fácil, pois além das múltiplas características que compõem o conceito, este encontra-se estritamente relacionado com a cultura de cada sociedade, que o interpreta de forma distinta de acordo com as suas próprias regras e normas. Neste sentido, o artigo 152º da Lei nº 59/2007 de 04-09-2007 do Código Penal Português¹³ (CP) entende por VD:

Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais [...] punido com pena de prisão de um a cinco anos (...) 2- No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

A lei vigente em Portugal ainda prevê que possam ser aplicadas penas acessórias ao agressor, que podem incluir a proibição do contacto com a vítima, a obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da VD, e nos casos em que a violência é sobre um descendente em 1º grau, o agressor pode ser “(...) inibido do exercício de poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de 1 a 10 anos” (CP, Lei nº 59/2007, 04-09-2007, Artigo 152º).

O impacto, ainda que possa ser indireto, da VD na vida das crianças e jovens não poderá ser afastado nem esquecido, designadamente no que ao plano da tutela jurídica diz respeito. Neste sentido, pese embora os assinaláveis esforços tendentes a uma maior eficiência e celeridade da tutela penal aplicável a casos de VD, urge colmatar falhas estruturais do sistema jurídico-familiar que versam sobre esta matéria. Exemplo disso é a regulação das responsabilidades parentais e da proteção dos vários aspetos da vida de crianças e jovens menores de idade, onde se incluem, entre outros, a continuidade da frequência de estabelecimentos de ensino e a sua inserção num ambiente familiar e social saudável.

Têm sido várias as alterações à legislação em Portugal, motivadas, entre outras razões, pela gritante falta de articulação entre as instâncias penais (tanto nas Procuradorias do Ministério

¹³ Disponível no site oficial do Diário da República Eletrónico:
<https://dre.pt/home/-/dre/640142/details/maximized>

Público, como nos tribunais judiciais onde correm termos os processos pela prática de crimes de VD) e as instâncias de família e menores (onde são reguladas as responsabilidades parentais), o que nos parece que tem resultado numa abordagem pouco integrada e global do problema, do ponto de vista dos interesses dos filhos menores envolvidos.

2.1. Violência doméstica contra crianças e adolescentes

A preocupação com o abuso infantil começou nos Estados Unidos em 1874, com o caso de Mary Ellen Wilson. Esta criança tinha sido abandonada pela mãe e o seu pai tinha falecido na Guerra Civil. Mary Ellen Wilson ficou sob os cuidados da madrasta e do marido. Durante vários anos sofreu de maus-tratos físicos e de negligência. Esta vítima de VD, foi protegida pela American Society for the Prevention of Cruelty to Animals¹⁴ (ASPCA), sob o argumento que fazia parte do reino animal. Naquela época não existia nenhuma entidade que defendesse os direitos das crianças. A VD era um tema muito pouco debatido e com o qual a sociedade era bastante conivente (Jackson, 2007, p. 22).

A violência doméstica contra crianças e adolescentes é um fenómeno enraizado na sociedade ao longo da história, e envolve valores culturais, religiosos e pessoais. Só em 1940 é que a criança ganhou um estatuto tal na sociedade, que permitiu ser um sujeito com direitos, havendo a partir de então uma distinção efetiva do mundo adulto. A criança passou a ser considerada um individuo frágil que tem direito à dignidade humana e que carece de afeto (Albuquerque et al., 2015, p. 453).

A VD é um problema social que foi silenciado durante anos. Só em 1960 é que a sociedade Americana se começou a preocupar com esta questão, a reconhecê-la como crime e a incentivar a denúncia às autoridades (Doak, 2007, p.8).

O grande despertar para este flagelo decadente da sociedade ocorreu no ano de 1962, com a publicação do artigo “*The battered child syndrome*” de Henry Kempe (Dias, 2010, p.245-246; Doak, 2007, p.11). Este médico radiologista pediátrico descreveu as alterações patológicas resultantes das sevícias que crianças e adolescentes sofriam em contexto familiar. Kempe, cuja ilustração se encontra de seguida (Figura 2), enumerou detalhadamente uma série de

¹⁴ “The American Society for the Prevention of Cruelty to Animals (ASPCA) was the first humane society to be established in North America and is, today, one of the largest in the world. Our organization was founded on the belief that animals are entitled to kind and respectful treatment at the hands of humans and must be protected under the law”. <https://www.aspc.org/>

sinais e sintomas que permitem suspeitar de maus tratos à criança (Kempe et al., 1962, pp.17-18). O contributo deste médico foi essencial para a sensibilização da consciência dos profissionais da área da saúde, para a violação dos direitos humanos destas crianças, permitindo uma identificação mais eficaz dos casos e o respetivo acompanhamento (Dias 2004 citado por Dias, 2010, p.246).



Figura 2 – Dr. Henry Kempe.

Fonte: <http://www.kempe.org/about/history/>

De acordo com dados do U.S. (United States) Department of Health & Human Services¹⁵ (HHS) citados por Doak (2007, p.8), “(...) in 2004 state child protective services (CPS) agencies received about three million reports of child maltreatment involving about 5.5 million children”.

As crianças são as principais vítimas da VD, no entanto, como são seres moldáveis e facilmente silenciáveis, torna-se uma tarefa árdua realizar estudos referentes à violência doméstica contra crianças e adolescentes. Os casos que existem nos diversos países são de difícil identificação, pelo facto de parte da sociedade ainda omitir este crime e não o denunciar.

Figueiredo et al. (2004) realizaram o primeiro estudo retrospectivo em Portugal, no qual avaliou a prevalência de abuso físico e sexual infantil numa amostra de 1000 pais portugueses. Os resultados deste estudo revelam que a prevalência de abuso foi de 73% para

¹⁵ “It is the mission of the U.S. Department of Health & Human Services (HHS) to enhance and protect the health and well-being of all Americans. We fulfil that mission by providing for effective health and human services and fostering advances in medicine, public health, and social services”. <https://www.hhs.gov/>

ambos os sexos. O abuso físico mais severo que envolveu sequelas/injúrias foi relatado por 9,5% da amostra. A média de idade foi de 13 anos e a violência sexual foi observada em 2,6% da amostra, sem diferença de género ou idade (Figueiredo et. al, 2004, p. 669, 674-676).

A APAV (2012) distingue a VD em sentido estrito e a VD em sentido lato. A VD em sentido estrito inclui todos os “actos criminais enquadráveis no art. 152º: maus tratos físicos; maus tratos psíquicos; ameaça; coacção; injúrias; difamação e crimes sexuais”. A VD em sentido lato inclui crimes como a

(...) violação de domicílio ou perturbação da vida privada; devassa da vida privada (imagens; conversas telefónicas; emails; revelar segredos e factos privados; etc. violação de correspondência ou de telecomunicações; violência sexual; subtracção de menor; violação da obrigação de alimentos; homicídio: tentado/consumado; dano; furto e roubo) (APAV, 2012).

Na tabela 1 estão representados os crimes de VD em sentido lato e em sentido estrito cometidos contra crianças e adolescentes durante o período de 2013 a 2016. Relativamente à VD em sentido lato, o crime mais cometido ao longo dos três anos em análise é o abuso sexual de crianças e o menos cometido é a violação de correspondência. Relativamente à VD em sentido estrito, o crime mais cometido durante o período em análise é o de maus-tratos psíquicos e o menos cometido é o de natureza sexual (APAV, 2017).

Tabela 1 - Crimes cometidos contra crianças: violência doméstica em sentido lato e em sentido estrito.

	Crimes contra crianças								
	Violência Doméstica	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Violência doméstica: sentido lato	Abuso sexual de crianças	14	0,9	21	1,2	10	0,5	23	1,7
	Abuso sexual de menor dependente	8	0,5	9	0,5	3	0,2	2	0,1
	Coacção sexual	2	0,1	4	0,2	1	0,1	2	0,1
	dano	10	0,6	4	0,2	4	0,2	4	0,3
	Homicídio consumado	2	0,1	--	--	--	--	2	0,1
	Furto/roubo	--	--	3	0,2	1	0,1	0	0,0
	Homicídio tentado	--	--	2	0,1	--	--	1	0,1
	Outros crimes	13	0,8	4	0,2	7	0,4	5	0,4
	Subtracção de menor	4	0,3	6	0,3	3	0,2	1	0,1
	Violação	5	0,3	--	--	1	0,1	0	0,0
	Violação da obrigação de alimentos	14	0,9	6	0,3	3	0,2	3	0,2
	Violação de correspondência	1	0,1	1	0,1	4	0,2	1	0,1
Violação de domicílio ou perturbação da vida privada	15	0,9	8	0,5	10	0,5	9	0,6	
Violência Doméstica: sentido estrito	Ameaças	156	9,8	169	9,6	183	9,2	88	6,3
	Maus tratos físicos	287	17,9	261	14,8	332	16,7	203	14,6
	Maus tratos psíquicos	726	45,4	766	43,3	791	39,7	484	34,8
	Injúrias/difamação	56	3,5	73	4,1	85	4,3	50	3,6
	Natureza sexual	13	0,8	10	0,6	10	0,5	10	0,7
	Outros crimes	79	4,9	42	2,4	53	2,7	26	1,9
	total	1405	87,8	1389	78,5	1501	75,8	914	65,8

Fonte: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Crianças_Jovens_2013-2016.pdf

Diversos estudos demonstram que há evidências científicas de que uma criança que sofra de violência, direta ou indiretamente, durante o seu crescimento pode desenvolver uma necessidade de reiterar este comportamento ao longo da sua vida, perpetuando desta forma, aquilo a que Walker em 1979 batizou de ciclo de violência, e que ao longo de décadas outros autores têm explorado. (Doak, 2007, pp.50-51; Dias, 2010, p.255; Jackson, 2007, p.62). O referido ciclo é alimentado por comportamentos que confundem a vítima e que promovem a protelação da denúncia.

Dias (2010, p.255) acrescenta que:

Eles [especialistas] salientam o “ciclo de violência” a que as mulheres estão sujeitas, bem como os seus traços psicológicos (e.g., fraca auto-estima, sentimento de culpa pelo fracasso da relação conjugal, tendência para se responsabilizarem pela violência que as vitima, etc.), o que as conduz a verem a violência como inevitável e para sempre. O medo que elas sentem, inclusive pelos filhos e familiares próximos, a ausência de recursos financeiros são, de igual modo, factores que se inscrevem na referida síndrome [“síndrome da mulher batida”] e que conduzem à explicação do sentimento de incapacidade da mulher pôr termo a uma relação violenta.

Os protagonistas da agressão contra crianças podem ter sido vítimas diretas ou indiretas de VD na sua própria infância, desenvolvendo um comportamento semelhante na fase adulta. (Black et al., 2010, pp.1023-1025; Lobato et al., 2012, p.1752) Esta tendência de reprodução do comportamento agressivo nas relações intrafamiliares futuras foi estudada por Kalmuss (1984, p.11) que a designou por transmissão inter-geracional da violência.

A violência intrafamiliar manifesta-se frequentemente em violência física, sexual, psicológica e em abandono ou negligência. A violência física ocorre quando o agressor recorre ao uso da força, de armas brancas ou de fogo, ou de simples instrumentos podendo causar lesões ou danos físicos na vítima. A violência sexual ocorre quando o agressor intimida a vítima forçando-a a ter relações sexuais, nem que para tal tenha que recorrer à violência física ou até mesmo ao uso de substâncias ilícitas entorpecentes. A violência psicológica é toda a ação ou omissão que possa intimidar a vítima, estabelecendo uma relação de superioridade e poder. Este tipo de violência influencia o desenvolvimento biológico e psicológico da criança e a sua representação do mundo, podendo causar problemas de construção de identidade ou baixa auto-estima. A negligência ou abandono é o desleixo propositado relativamente às responsabilidades inerentes ao papel de cuidador que alguém desempenha no seio familiar. A

vítima pode necessitar de cuidados, atenção, educação ou simplesmente carinho, em função da sua idade ou da sua condição de saúde, permanente ou temporária (Day et al., 2003, pp. 10-11).

A violência doméstica contra crianças e adolescentes é uma pertinente questão social e de saúde pública, porque pode haver um comprometimento do desenvolvimento infantil que se repercute na vida adulta e nas vivências em sociedade. Quando se fala em violência física existe alguma dificuldade em diferenciar aquilo que é a agressão física considerada, por muitos, importante para inculcar disciplina, e a agressão física severa que ultrapassa os fins disciplinares e que entra no campo da VD. A educação tradicional, socioculturalmente aceite, até então, no nosso país, defende que para se disciplinar uma criança pode ser necessário recorrer ao uso de punições físicas e psicológicas. (Andrade et al., 2011, p. 149).

Podemos considerar a violência doméstica contra crianças e adolescentes como um problema de saúde pública presente em qualquer classe social, qualquer sexo, qualquer etnia, qualquer cultura, qualquer religião ou qualquer idade. Esta multiplicidade de fatores influenciadores dificulta o trabalho dos profissionais, nomeadamente da área da saúde, na deteção do problema e consequente atuação. (Lobato et al., 2012, pp. 1749, 1752). A violência ganha, portanto, contornos muito graves quando as vítimas pertencem às faixas etárias da infância e da terceira idade, pelo simples facto de serem alvos completamente indefesos e manipuláveis.

Segundo a APAV, as crianças podem ser consideradas vítimas de VD quando testemunham comportamentos violentos, como por exemplo, a agressão física do pai sobre a mãe. No entanto, se o pai ameaça maltratar o filho, caso a mãe não obedeça a algo que ele quer, como por exemplo ter relações sexuais forçadas, também estamos perante uma situação de VD contra a criança porque esta é utilizada como instrumento para abusar da vítima. Os casos mais óbvios de VD acontecem quando as próprias crianças são vítimas diretas de abuso por parte do agressor (APAV, 2011, pp. 15-17).

O agressor que pratica VD contra uma criança, pode ser qualquer membro da família, nomeadamente pais, avós, tios, sobrinhos, madrastas, padrastos, irmãos ou até mesmo pessoas que não pertencendo à família, frequentam o espaço doméstico, como o cuidador, designadamente a ama, ou amigos, vizinhos, etc. Considera-se VD todos os comportamentos violentos que o agressor tenha fora ou dentro do espaço doméstico. “A violência doméstica distingue-se da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função

parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados(as), pessoas que convivem esporadicamente, agregados” (Brasil. Ministério da Saúde, 2002, p.15).

Os maus-tratos caracterizam-se como “o abuso físico, emocional e sexual e a negligência contra a criança, bem como a sua exploração, seja ela comercial ou de outro tipo”. A criança, devido à fase do desenvolvimento humano em que se encontra, não é capaz de se defender e lutar pelos seus direitos. Numa situação de maus-tratos, o agressor assume uma posição de superioridade em relação à vítima violando a sua dignidade. (World Health Organization, International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect, 2006, citadas por Patrian et al., 2013, p. 43).

O abuso físico engloba comportamentos como “bater, espancar, chutar, morder, estrangular, esgaldar, queimar, intoxicar e sufocar” (Carmo & Haranda, 2006; Gomes et al., 2002; Padilha & Williams, 2004 citados por Patrian et al., 2013).

O abuso traduz-se igualmente em ações explícitas de violência contra a criança, contrariamente à negligência, que também se trata de uma forma de maus-tratos, mas que se manifesta mais implicitamente. Considera-se uma situação de negligência quando há um incumprimento contínuo daquelas que deveriam ser as funções do cuidador. Todo o acompanhamento, seja ele educacional, físico ou emocional que uma criança exige, não é assegurado, e conseqüentemente deixam de existir as condições que garantem o crescimento saudável da criança. Alguns exemplos de negligência são falta de cuidados de higiene, de alimentação, de medicação, entre outros (Algeri, Souza, 2006, p. 627).

As situações de maus-tratos contra crianças são consideradas crime. Podem não só prejudicar a saúde da criança, mas também colocar em risco a sua própria vida. A violência doméstica contra crianças e adolescentes influencia negativamente e irreversivelmente o desenvolvimento da criança. A partir do momento em que pai e filho se tornam, respetivamente vítima e agressor, deixam de existir laços de responsabilidade, confiança e amor, que deveriam ser a base de crescimento em família.

Minayo (1994, p.12) descreveu uma pesquisa realizada num hospital de Medellín (Colômbia), nos anos de 1987 e 1988, onde a maioria das crianças que sofriam de maus-tratos e que recorreram aos serviços de saúde pertenciam a famílias que dependiam de menos de um salário mínimo. Com este estudo, o autor estabelece a ponte entre a violência estrutural e a VD.

Subentende-se que a violência estrutural que está relacionada com a impossibilidade de se assegurar os direitos e a satisfação das necessidades básicas à sociedade, pode impulsionar comportamentos de violência no seio familiar, resultantes da frustração de não ter meios de reverter a situação precária em que a família se encontra.

Minayo (1994, p.8) explica mais detalhadamente o conceito de violência estrutural:

Entende-se como aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas económicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte.

No contexto dos direitos das crianças, o grande início da reversão do papel que as mesmas tinham na sociedade ocorreu em 1959, quando as Nações Unidas proclamaram a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Neste documento, vigoram em dez princípios, os direitos fundamentais das crianças, menores de 18 anos. Os direitos das crianças englobam desde aspetos sociais, culturais, civis a aspetos económicos e até mesmo políticos. Em 1989, a Assembleia das Nações Unidas publicou a Convenção sobre os Direitos das Crianças¹⁶ (CDC), passando as mesmas a ser consideradas como um sujeito de direitos. Sempre que estes direitos sejam violados, as leis jurídicas têm o dever de contemplar a adequada condenação (UNICEF citada por Albuquerque et al., 2015, p. 453).

2.1.1. Causas da violência doméstica contra crianças e adolescentes

Não existem causas inequivocamente definidas da violência doméstica contra crianças e adolescentes, mas sabe-se que existem alguns fatores de risco que podem, embora não necessariamente, resultar naquilo que Strauss e Smith (1989 citados por Doak, 2007, p.43) designam por “combinações explosivas”. Por outras palavras, raramente um fator individual

¹⁶ “A CDC é o tratado de direitos humanos internacionais mais amplamente ratificado de sempre. A CDC (...) representa um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderem, os quais devem adequar as normas de Direito interno às da Convenção, para a promoção e protecção eficaz dos direitos e Liberdades nela consagrados. Este tratado internacional é um importante instrumento legal devido ao seu carácter universal e também pelo facto de ter sido ratificado pela quase totalidade dos Estados do mundo. Apenas um país, os Estados Unidos da América, ainda não ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança. Portugal ratificou a Convenção em 21 de Setembro de 1990”. <https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>

representa um elevado risco de VD, mas antes a conjugação de vários fatores pode culminar em actos violentos contra as crianças.

Quando os pais não compreendem o desenvolvimento da criança e não adotam estratégias no sentido de acompanharem o seu crescimento de forma saudável, pode haver uma tendência para recorrer ao uso da força e da violência, encarada por muitos pais como forma de educar. Associado a este comportamento que muitos pais consideram ser educativo, o risco de uma criança poder sofrer de maus-tratos aumenta se tiver alguma doença ou distúrbio mental e tiver necessidades especiais, porque os pais e/ou familiares podem não saber lidar com esse facto, partindo por um caminho mais fácil que é usar a violência. Em alguns casos, em vez de descarregarem a sua fúria em actos físicos e psicológicos que são violentos, optam por uma atitude de indiferença, descuido total e não supervisionam adequadamente os seus filhos. Este tipo de atitude pode-se designar por negligência. Portanto, existem algumas características intrínsecas à criança, como por exemplo a sua idade, se sofre de hiperatividade, de deficiência física ou mental, de patologias congénitas, de epilepsia ou por vezes o simples facto de ser um filho adotivo que a tornam um alvo vulnerável à violência (Doak, 2007, p.43-46; Franzin et al., 2013, p.7).

Antagonicamente, os próprios pais também podem sofrer de depressão, de algum outro problema mental ou serem viciados em drogas ilícitas. Estas situações decadentes podem ter origem noutros fatores, nomeadamente económicos e sociais (Franzin et al., 2013, p.6). Por exemplo, se uma família vive em pobreza extrema, não sendo capaz de satisfazer as necessidades básicas nem de encontrar suporte social, esta situação pode representar por si só uma causa contextual de violência familiar.

Como explica Doak (2007, pp.45-46), outro fator que influencia a violência infantil é o consumo de drogas:

According to the U.S. Department of Health and Human Services, about one-third to two-thirds of substantiated child maltreatment reports (those having sufficient evidence to support the allegation of maltreatment) involve substance abuse.

O relatório supracitado permitiu ainda concluir que a maioria dos casos em que isto acontece a vítima é um bebé. A VD neste contexto é mais provável passar por actos de negligência do que por actos de abuso. Esta negligência pode ser dentro do espaço doméstico, quando a figura parental não cuida da criança porque está sob o efeito de drogas ou álcool e se encontra

psicologicamente indisponível, ou fora desse contexto, quando a criança é abandonada em casa porque a figura parental está na rua à procura de substâncias ilícitas (Doak, 2007, p.46).

Albuquerque et al. (2015, p.453) apontam como causas da VD alguns flagelos sociais como o desemprego, o consumo de substâncias nocivas, nomeadamente o álcool e as drogas, condições precárias de vida e ainda os conflitos de poder em relação ao género e à geração. Os autores acrescentam ainda, que é necessário repensarem-se as políticas relativas a esta problemática para que esta seja superada. A cultura de subordinação que estava tão imbricada na nossa sociedade deve ser combatida com a ajuda política.

A ideia mítica de que a mulher deve ser submissa ao homem está desenquadrada da sociedade atual, no entanto a diferença de gerações e as influências religiosas ainda não permitiram mudar completamente este paradigma, que alimenta indiretamente a incidência de VD.

O tipo de estrutura familiar pode, por si só, ser um fator de risco de VD contra a criança. Uma família monoparental é constituída por um dos pais, o qual arca com a responsabilidade de educar e criar o filho. Esta situação ocorre quando existe divórcio, quando um dos pais falece ou quando um dos pais não reconhece o filho. A vida familiar pode criar uma pressão psicológica elevada, que se pode traduzir no recurso à violência contra a criança ou o adolescente como sendo a forma mais fácil de subterfúgio (Doak, 2007, p.44).

Alguns autores referem que outro fator importante que pode estar associado a um maior risco de VD é a idade dos pais. Os pais mais jovens têm uma maior tendência a ser os protagonistas de VD contra os próprios filhos. (Doak, 2007, p.44; Franzin et al., 2013, p.7) Algumas mães, ainda durante a gravidez, fazem com que os seus filhos sejam vítimas de violência, pelo simples facto de consumirem substâncias ilícitas durante o período de gestação (Doak, 2007, p. 45). Esta tendência pode estar associada a uma falta de maturidade para lidar com a responsabilidade intrínseca de serem pais.

Existem também fatores sociais associados a uma maior probabilidade de existir VD contra a criança, como por exemplo o facto de uma família viver isolada socialmente ou o facto de a comunidade envolvente em que vive ser particularmente violenta (Doak, 2007, p.44).

Sintetizando, as causas da VD podem estar relacionadas com as características da própria criança, como o facto de ter algum distúrbio psicológico ou incapacidade física ou mental, ou com características dos pais, como o facto de serem jovens, consumirem substâncias ilícitas,

estarem divorciados e serem famílias monoparentais ou terem problemas mentais que os levam a serem negligentes. Outras causas associadas à violência doméstica contra crianças e adolescentes estão indiretamente relacionadas com fatores sociais e culturais, como a pobreza extrema, a prostituição, o isolamento e a crença aceita de que a mulher deve ser submissa ao homem.

A VD é um problema de saúde pública. Com os problemas do mundo atual e a sociedade em que estamos inseridos são vários os aspetos que podem ser considerados causas da VD, concorrendo, deste modo, para graves consequências individuais que se repercutem na sociedade.

2.1.2. Consequências da violência doméstica contra crianças e adolescentes

A família representa o primeiro contacto com a vivência em sociedade. Espera-se que no seio familiar sejam inculcados valores, crenças e educação que forneçam aos indivíduos ferramentas para se relacionarem com os pares. Das relações intrafamiliares espera-se “protecção, carinho, transmissão de culturas e práticas educativas para seus descendentes” (Leite et al., 2016, p.2). No entanto, o seio familiar é para muitas crianças fonte de medo, desprezo e ameaça.

As consequências nefastas para a vítima de maus-tratos e negligência dependem do “tipo de violência, severidade da mesma, frequência, sexo e idade da criança” (Franzin et al., 2013, p.7), da sua capacidade de reação, sobretudo psicológica, do grau de parentesco ou de relacionamento entre a vítima e o protagonista da agressão e do suporte social ou familiar que conseguem encontrar como refúgio. Todas estas variáveis fazem com que as consequências da VD possam ter efeitos na vida das crianças a curto prazo e a longo prazo.

Caroline McGee, no seu livro “Childhood Experiences of Domestic Violence” (2000), reporta os resultados de um trabalho de pesquisa que desenvolveu, no qual, através de entrevistas a crianças, a adolescentes e às suas mães vítimas de VD por parte da figura parental, ilustra as percepções das suas próprias experiências, recorrendo muitas vezes a citações de relatos incríveis na primeira pessoa em que utiliza nomes fictícios. De seguida é apresentado um exemplo destes relatos:

A 17-year-old discussed how when she was 11 the abuser used to threaten to kill her mother and all the family. She said it made her feel:

constantly on edge. Never free, never safe. It was like, there was no safe [place] ...

being at home wasn't safe at all, it was just that's the place where you are and you're constantly alert. You don't sleep properly, you just sit there and wait for something to happen. (Mona, aged 17) (McGee, 2000, p.72).

As crianças vítimas de VD vivem em constante stress e ansiedade, lidam diariamente com a incógnita do desconhecido, do que pode acontecer a qualquer momento, com o medo de represálias e temem muitas vezes pela sua vida. Como qualquer coisa pode ser, para o agressor, um motivo para ser violento, estas crianças desenvolvem medo de ser crianças e de viver.

O medo é um sentimento negativo que não deixa de existir pelo simples facto da criança não estar em contacto direto com o agressor. O medo persiste porque a criança pode a qualquer momento confrontar-se novamente com o agressor. Muitas vezes estas crianças são proibidas de estar em contacto com o agressor, podendo ser acolhidas em instituições ou ficarem à guarda de outro familiar próximo. As crianças e os adolescentes desenvolvem medo de não conseguirem assegurar nem a sua segurança nem a dos que lhes são mais próximos. Este sentimento tem repercussões a longo prazo na vida da criança (McGee, 2000, pp.71-72; Cooper & Vetere, 2005, p.53; Herrenkohl et al., 2008, pp.88-89).

Uma das consequências emocionais resultantes da VD é o isolamento da criança relativamente ao mundo exterior, fechando-se sobre si própria e sofrendo em silêncio (Herrenkohl et al., 2008, p.88-89). Quando uma criança é vítima de agressão pode desenvolver perturbações psicológicas, entre elas, o stress pós-traumático que se caracteriza por sintomas como os pesadelos, a dificuldade de enfrentar situações que relembrem a situação de violência que sofreram no passado. O trauma que viveu acompanha-a para o resto da sua vida e pode prejudicá-la na forma como lida com os problemas do quotidiano (Cooper & Vetere, 2005, p.53). A violência infantil promove a carência de ferramentas psicológicas que ajudam na construção da inteligência emocional. Na Figura 3, está representado o modelo teórico do impacto emocional da violência doméstica contra crianças.

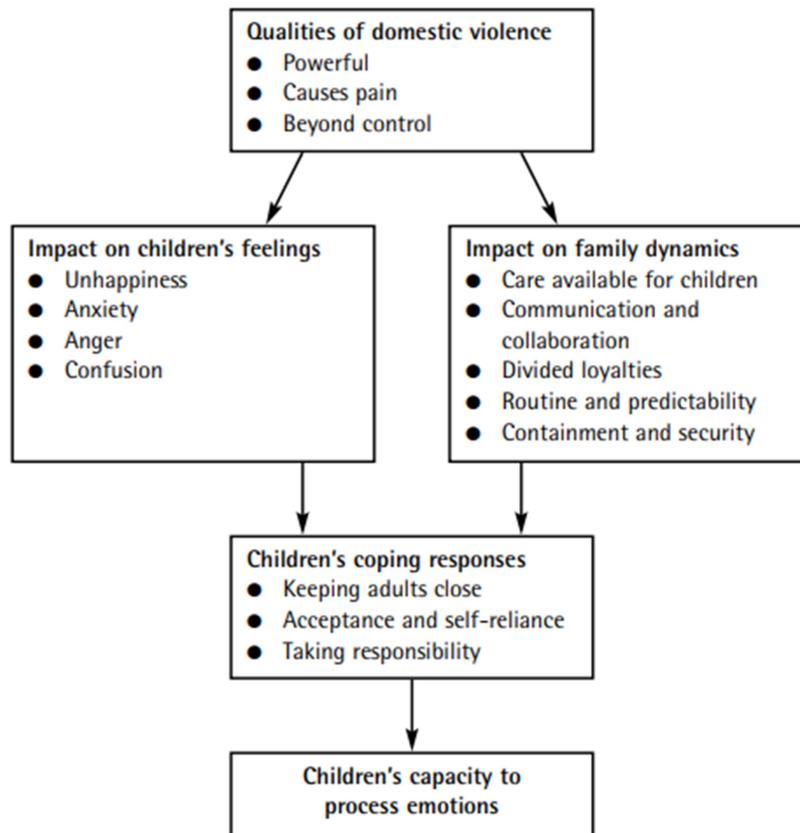


Figura 3 - Modelo teórico do impacto emocional da violência doméstica contra crianças.
Fonte: Thornton, 2014, p.90.

O trauma, decorrente da situação de maus-tratos que sofreram, acompanha muitas vezes estas crianças ao longo da sua vida adulta. Muitas culpabilizam-se pela situação de agressão, escondem o sofrimento por medo de olhares indiscretos e julgamentos por parte do seu núcleo familiar, mas também do núcleo social, entrando por vezes em depressões profundas. São crianças que crescem acompanhadas de uma baixa autoestima e que precisam de ajuda psicológica para evitar alterações na formação da sua identidade, interrompendo desta forma a perpetuação do ciclo de violência.

As crianças que são vítimas diretas ou indiretas de VD podem, ainda, sofrer de consequências comportamentais, como por exemplo, “eating disorders, teen pregnancy, school dropout, suicide attempts, delinquency, violence, and substance abuse”. As crianças vítimas de maus-tratos podem também sofrer de consequências relacionais, ou seja, podem ter uma maior dificuldade na resolução de conflitos do quotidiano com os pares, porque psicologicamente não estão bem com elas próprias nem com o mundo, descarregando a frustração nos que as rodeiam (Herrenkohl et al., 2008, p.85).

Browne e Herbet (1997) (citados por Cooper et al., 2005, p.53) realizaram uma revisão da literatura em que sistematizaram os efeitos da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Salienta-se dois efeitos muito importantes, na medida em que influenciam diretamente a vida social e familiar das crianças que serão os adultos de amanhã. O primeiro efeito é a visão distorcida, que as crianças aprendem, de como se deve gerir um conflito numa relação interpessoal, favorecendo o ciclo de violência. O segundo efeito está intimamente relacionado com o primeiro, na medida em que se uma criança aprende a reagir violentamente perante situações adversas, pode cair num processo de dessensibilização perante a violência o que culmina num comportamento adquirido e integrante da sua vida.

De entre os efeitos nocivos promovidos por este flagelo social, destacam-se os problemas sociais, psicológicos, cognitivos e emocionais. A VD pode promover lesões e traumas físicos como “lesões abdominais, oculares, fratura do crânio, dos membros superiores e inferiores, queimaduras causadoras de invalidez permanente ou temporária”, hematomas e contusões. Os maus-tratos provocam também alterações “mentais, emocionais e espirituais”, como problemas no desenvolvimento cognitivo e afetivo, ansiedade constante, depressão, stress pós-traumático (Franzin et al., 2013, p.7). Em última instância, a VD pode ser responsável pela perda da vida de uma criança.

Estas crianças perdem, com muita frequência, a confiança nelas próprias e no mundo que as rodeia, tornando-se apáticas. A disciplina que recorre à punição corporal faz com que estas crianças se tornem indivíduos pouco autónomos e criativos, o que os pode prejudicar em termos laborais. (Franzin et al., 2013, p.7) A sociedade não precisa de pessoas que apenas saibam ser comandadas, a sociedade precisa de pessoas proactivas que saibam ter um peso no contributo para o desenvolvimento científico, cultural e social.

As crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual podem tornar-se adultos psicologicamente frágeis, porque há um sentimento de culpa, de medo de represálias e de condenação que muitas vezes os acompanha ao longo da vida. Um indivíduo violado sexualmente na infância tem uma maior probabilidade de ter problemas de crescimento e no desenvolvimento físico, emocional e cognitivo em virtude do trauma que sofreu.

Algumas destas vítimas optam por seguir o caminho mais fácil, que às vezes passa pela delinquência ou pela prostituição (Franzin et al., 2013, p.12). As consequências da VD podem ser marcantes e fatais para o percurso de vida da criança.

Existem algumas características comportamentais observadas em crianças que testemunham VD, das quais se destacam as manifestações negativas como a agressividade perante os que as rodeiam, a desconfiança que sentem nas suas relações íntimas e os problemas relativos à autoridade, no sentido de que dificilmente se tornam pessoas capazes de serem autoritárias, devido à sua baixa autoestima, nem conseguem lidar com pessoas autoritárias porque lhes traz recordações da subordinação a que estiveram sujeitas (Szyndrowski, 1999, p.10).

A sociedade evolui acompanhada pela cultura e pela ciência, no entanto a problemática da VD infantil não deixa de estar presente, particularmente as coletividades afetadas pelas diferenças sociais, resultando consequências como a “baixa escolaridade, a exploração no trabalho, a gravidez precoce, o abuso e a exploração sexual, e tantas outras” (Albuquerque et al., 2015, p.453).

Por outro lado, além dos vários fatores de risco já mencionados e as possíveis consequências resultantes da violência doméstica contra crianças e adolescentes, existem também fatores de proteção, que são peças chave no desenvolvimento de estratégias de *coping*. Os fatores de proteção individuais estão relacionados com a própria personalidade da vítima, com as suas características individuais, com o facto de ter uma boa autoestima e uma forte inteligência emocional. Os fatores de proteção familiares e sociais estão relacionados com a coesão intrafamiliar e com a capacidade da vítima, pedir ajuda e encontrar suporte emocional, junto da sua rede de amigos e das entidades sociais indicadas. Desta forma, a vivência de uma situação de violência que deixa a vítima vulnerável a uma série de problemas, que podem advir do trauma, pode ser superada. A pessoa pode ser mais resiliente e encarar o futuro de uma forma mais positiva (Crosson-Tower, 2012, p.57; Hildebrand et al., 2015, p. 213-214; Borges & Zingler, 2013, p.455).

2.2. O papel das bibliotecas no combate à violência doméstica

Uma biblioteca pública pode fornecer informações eficazes e serviço de referência às vítimas de VD. Os bibliotecários têm um papel fundamental em facilitar o acesso à informação que o utilizador procura, uma vez que têm formação especializada e treino na utilização de técnicas de entrevista para ajudar as pessoas a “pensarem o que não sabem”, isto significa que estes profissionais fazem um conjunto de questões ao utilizador, com o intuito de objetivar a informação de que necessita e encaminhá-lo na sua pesquisa. Os bibliotecários também possuem diversas diretivas éticas que os orientam no cumprimento do seu trabalho,

garantindo que as necessidades dos utilizadores são satisfeitas, sem que, no entanto, interfiram com a privacidade dos mesmos. Muitas vezes as vítimas de VD recebem informação fragmentada, ou seja, recebem informação sobre a perspectiva de cada órgão social que intervém, como por exemplo, da polícia, da segurança social, do médico etc. Os bibliotecários têm a capacidade de obter e explicar a informação de uma forma integrada, podendo a vítima obter uma visão muito mais abrangente do tema (Westbrook, 2009, p.111).

Com o propósito de apresentar um exemplo, faz-se referência a um estudo intitulado “*Assisting Rural Domestic Violence Victims: The Local Librarian’s Role*” (Benson, 2016) realizado em áreas rurais na América e na Inglaterra que demonstrou que as bibliotecas são um porto de abrigo para muitas vítimas de VD, isto porque os agressores proíbem as vítimas de estar em locais privados, mas por vezes são condescendentes com o acesso das mesmas a locais públicos, inclusivamente com o acompanhamento dos filhos. Dentro da biblioteca, junto dos bibliotecários, as vítimas encontram o apoio que precisam, e estes profissionais qualificados e treinados para a abordagem às vítimas agem em parceria com outras entidades no combate à VD nas áreas rurais. Os bibliotecários têm um papel fundamental na otimização do acesso à informação atualizada relacionada com a VD, nomeadamente, formas que têm para se afastarem do agressor, as proteções legais que existem, os abrigos e os recursos locais que têm disponíveis etc. As bibliotecas possuem um leque alargado de informação relacionada com o tema, que pode ser consultada nos livros, mas também na internet. O estudo revela que ter acesso a um computador público tem uma importância vital para a confidencialidade das vítimas de VD nas áreas rurais, porque os computadores privados, através dos *cookies*, podem ser controlados pelos agressores (Benson, 2016, pp. 246-247).

A biblioteca pode ter uma importância imperial para as vítimas de VD no desenvolvimento de estratégias de *coping*, que não são mais do que mecanismos psicológicos que podem adotar para lidar com o problema e ultrapassá-lo, tornando-se resilientes. O acesso ao conhecimento, através da leitura de livros e artigos aconselhados pelo bibliotecário podem ter um papel impulsionador para combaterem o crime de que são vítimas. Testemunhar ou ter acesso aos relatos de outras vítimas também pode ser encorajador. A biblioteca pode e deve ser um elo de ligação entre as vítimas e as várias entidades competentes, para que o sistema formal de ajuda realmente funcione e se combata este crime. A biblioteca como entidade pública tem o dever de prestar vários serviços à comunidade, e pode ser a chave para que haja uma comunicação efetiva entre as várias entidades legais de forma a estarem facilmente acessíveis

a que precisa de ajuda. Os bibliotecários podem dar auxílio às vítimas, se se preocuparem em manter a informação relativa às entidades locais disponíveis, acessível e atualizada. (Harris et al, 2001, pp.135, 138-139) Desta forma, a barreira entre o medo do futuro e a coragem para enfrentar o problema, pode ser mais facilmente quebrada.

No caso de violência doméstica contra crianças e adolescentes, uma ludoteca pode desempenhar um papel fundamental não só na identificação do caso, mas também na superação do trauma. Uma ludoteca é um espaço para as crianças, onde as mesmas têm a oportunidade de aprender com brinquedos, livros, jogos e outros materiais lúdicos adequados à sua fase de desenvolvimento. As experiências lúdicas vividas possibilitam um maior conhecimento do mundo que as rodeia e ajudam na construção de significados. O acto de brincar permite à criança construir a sua realidade, interagir com a sociedade e desenvolver-se cognitivamente, socialmente e psicologicamente. A mediação da leitura é fundamental para a aprendizagem das crianças (Costa & Neto, 2016, p.361).

No Brasil, o Instituto Sabin¹⁷ e o Instituto Aliança¹⁸ (Instituto Sabin & Instituto Aliança, 2017, pp.24-27) desenvolveram um projeto no qual foram criadas ludotecas, onde trabalham equipas multidisciplinares de profissionais especializados para lidar com violência sexual infantil, desenvolvendo uma escuta humanizada e protetora da criança. As crianças vítimas de violência sexual silenciam muitas vezes o problema. É no ambiente descontraído da fantasia e do brincar que elas acabam por expressar a violência de que são vítimas, confirmando a suspeita de violação.

Este projeto desenvolvido pelo Instituto Sabin e pelo Instituto Aliança é um exemplo da promoção das ludotecas como um local público, acessível a qualquer criança ou adolescente e que pode ter um papel crucial na identificação e superação da VD, mas também de outros problemas sociais como a prostituição, a utilização de substâncias ilícitas etc. Uma ludoteca pode representar um lugar seguro e acolhedor para a criança, vítima de VD, porque é onde pode ser ela própria e onde usufrui verdadeiramente do direito fundamental de brincar.

¹⁷ “O Instituto Sabin foi criado em 2005 com a missão de coordenar as ações de responsabilidade social já existentes no Grupo Sabin. Atuou com diversas áreas temáticas, as quais foram sendo mais concentradas e alinhadas às áreas de atuação do Grupo Sabin. Desde 2014 a missão do Instituto Sabin é a de “contribuir com a melhoria da qualidade de vida de comunidades onde o Grupo Sabin atua, nas áreas de saúde, esporte e inovação social””. <https://institutosabin.org.br/site/>

¹⁸ O Instituto Aliança é uma organização sem fins lucrativos, sediada no Brasil e que tem como missão “Educar pessoas, organizações e comunidades para o desenvolvimento humano sustentável em âmbito nacional”. <http://www.institutoalianca.org.br/>

3. Vocabulários Controlados

3.1. Definição

A indexação é um processo no qual a linguagem natural, que é utilizada pelos autores dos documentos, é transformada através de uma análise intelectual em linguagem documental. Segundo a Norma Portuguesa 3715 (1989, p.4), o processo de indexação divide-se em três etapas. Na primeira etapa, o indexador analisa detalhadamente o documento e preocupa-se em entender e inteirar-se do seu conteúdo essencial (Rosas, 2001, p. 1). Para tal, recomenda-se que a sua atenção se debruce sobre o título, o resumo, e os parágrafos iniciais e finais, que deverá ser onde se encontra representado o assunto de uma forma mais sintética. O indexador só deve recorrer à leitura integral do texto do documento, caso não consiga retirar a informação de que necessita apenas com a leitura das partes já referidas. Na segunda etapa deste processo, o profissional identifica objetivamente os conceitos do documento e os extrai. A representação destes conceitos em linguagem de indexação é a terceira etapa do processo (Arrimar, 1992, pp.62-63 citado por Arrimar, 2010, p.1; Norma Portuguesa 3715, 1989, p.4).

Tradicionalmente utilizava-se a linguagem natural para indexar documentos, e a verdade é que ainda hoje se pode indexar desta forma, para tal só é necessário que o indexador selecione e defina os termos de indexação que lhe pareçam mais relevantes. Na indexação com recuso a linguagem natural, também se podem utilizar sistemas de indexação automática ou *softwares* simples de análise de texto. A linguagem natural está provida de algumas vantagens, nomeadamente, a facilidade de aprendizagem e utilização, os novos termos serão integrados à medida que ocorrem na literatura, os termos que já caíram em desuso também desaparecem naturalmente e há alguma probabilidade de os termos selecionados corresponderem aos que os utilizadores procuram (Broughton, 2006, p.38-39).

No entanto, a utilização da linguagem natural para indexar, também apresenta algumas desvantagens, porque se trata de um processo subjetivo, munido de pouca exatidão e dependente da interpretação do indexador. Alguns estudos demonstram que o mesmo documento, analisado pelo mesmo indexador, mas em diferentes alturas temporais, resulta numa discordância dos termos selecionados (Fernández, et. al., 2013). Quando o utilizador necessita de pesquisar sobre algum assunto, e recorre a uma pesquisa na Internet, os mecanismos de pesquisa só têm a capacidade de selecionar termos de pesquisa que correspondem ao conteúdo textual utilizado, o que significa que as ortografias variantes e os

sinónimos têm que ser pesquisados manualmente *a posteriori*, para que haja uma recuperação de toda a informação relevante sobre o tema. Deste modo, para que haja uma probabilidade de haver uma maior correspondência entre os termos de pesquisa usados pelos utilizadores e os termos de indexação, criou-se o VC, que não é mais do que uma lista padrão de termos à qual o indexador deve recorrer no acto de indexar, utilizando desta forma uma linguagem artificial e controlada (Broughton, 2006, p.38-39).

Na última etapa do processo de indexação, quando o indexador traduz a linguagem natural, utilizada no documento, em linguagem artificial, está a recorrer a um instrumento que se designa por VC.

Cesarino e Pinto (1978, p.271) explicam que:

Todo procedimento de Recuperação de Informações é ligado à manipulação de “classes”. Quando indexamos um documento, estamos colocando-o em uma classe determinada. Para facilitar o processo, cada classe recebe um “nome”, que é chamado “termo indexador”. Ao conjunto de termos indexadores chamamos Linguagens de Recuperação de Informações ou Linguagens de Indexação.

À semelhança das restantes linguagens naturais, utilizadas no quotidiano, a linguagem de indexação obedece a uma semântica e uma sintaxe (Broughton, 2006, p.13). A semântica está relacionada com o significado do vocabulário, ou seja, dos termos que se podem utilizar para a indexação do documento. A sintaxe está relacionada com as regras relativas à forma e à estrutura da construção da linguagem de indexação, permitindo, por exemplo, controlar a relação entre os termos e o número de termos utilizados (Sarkhel, 2017, p.34). A Figura 4 explica, em linhas gerais, a estrutura de uma linguagem de indexação.

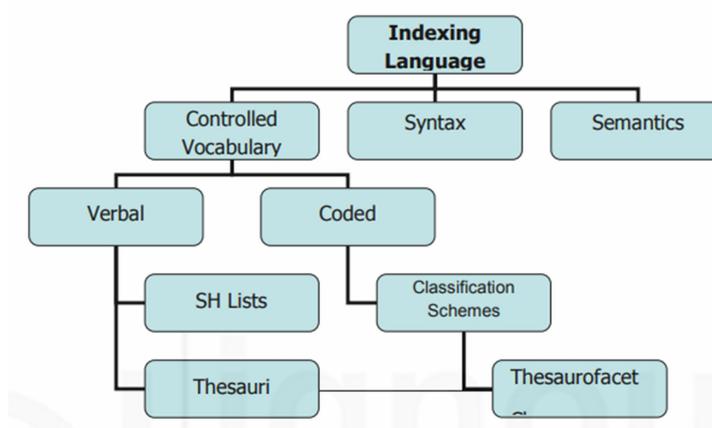


Figura 4 – Estrutura de uma linguagem de indexação. SH=Subject Heading
Fonte: Sarkhel, 2017, p.36

Quando o indexador define os termos de indexação de determinado documento, deve reger-se pelos princípios orientadores da indexação, designadamente a especificidade e a exaustividade. A especificidade é o princípio orientador do grau de exatidão na atribuição dos termos, ou seja, está relacionada com o nível de abrangência que o indexador pretende que o assunto seja representado. Por exemplo, um livro que aborda assuntos exclusivamente relativos a tulipas pode ser indexado com o termo flores que, embora seja um termo geral demais, pode ser útil dependendo do contexto da biblioteca (o tamanho da mesma) e do público-alvo a que se destina. A exaustividade está relacionada com o número de termos que o indexador atribui como representativos do tema do documento, ou seja, é o princípio orientador do grau de profundidade e abrangência que o indexador utiliza na descrição. A indexação é tão mais exaustiva quanto maior o número de termos utilizados para representar os assuntos principais e periféricos. O grau de exaustividade na atribuição de termos deve ser maior em bibliotecas que tenham um público variado, na medida em que os utilizadores com diferentes graus de conhecimento necessitam de pesquisar a mesma informação utilizando termos diferentes (Harpring, 2016, p.200; Fujita et al., 2009, p.85; Broughton, 2015, p. 76-81; Keyser, 2012, p.11-14).

A utilização do VC permite organizar a informação, facilitando, deste modo, a troca e a recuperação muito mais eficaz da mesma, na medida em que tem em linha de conta as várias relações entre os termos, assegurando que todos os termos que representam a mesma ideia estejam acessíveis ao utilizador e evitando a sobreposição e a confusão no uso de conceitos semelhantes (Broughton, 2006, p.13).

3.2. Tipologia

3.2.1. Taxonomias

A taxonomia é uma linguagem estruturada do tipo classificativo, que tradicionalmente é utilizada pela área científica da biologia, a qual se dedicava a classificar organismos biológicos, sejam eles animais ou plantas. Este tipo de linguagem controlada tem como principal característica a facilidade expor as relações hierárquicas entre entidades, porque apresenta um aspeto visual semelhante a uma árvore, dividida em classes e subclasses, ou classes subordinadas, superordenadas e coordenadas. Para a construção de uma taxonomia não é necessário utilizar-se códigos de notação, no entanto a estrutura taxonómica obedece a

uma relação pai/filho (mais genérico/mais específico) (Broughton, 2006, p.16; Keyser, 2012, p.125; Harpring, 2016, p. 48).

A taxonomia era uma ferramenta de organização da informação muito utilizada na biblioteconomia clássica (Keyser, 2012, p.125). Atualmente, esta ferramenta de organização da informação é comumente utilizada no sector comercial, nomeadamente nas intranets das empresas e trata-se de um instrumento de forte poder de negócio, na medida em que simplifica a procura do que o cliente necessita (Broughton, 2006, p.16).

Antiteticamente aos tesauros, a taxonomia não permite a inclusão de relações de equivalência nem associativas, apresenta menos níveis hierárquicos e uma estrutura mais simples (Harpring, 2016, p.278).

3.2.2. Esquemas Alfanuméricos de Classificação

Os esquemas de classificação, representados no Quadro 1, são códigos controlados que representam conceitos ou cabeçalhos e designam-se por alfanuméricos porque utilizam letras ou números, ou ambos para a organização da informação. Quando consultamos um sistema de classificação depreendemos pela análise dos códigos que está implícita uma taxonomia na sua construção (Harpring, 2016, p. 49; Keyser, 2012, p.2).

Segundo Barbosa (1969, p.41) este tipo de VC surgiu no século XIX, devido à necessidade de se organizar toda a informação, resultante da difusão das bibliotecas.

Zhonghong et al. (2006, pp.164-165) acrescentam que desde então, se difundiu pela comunidade académica e pelas bibliotecas e mantém-se restrito a estes ambientes, uma vez que não é viável na Internet.

Quadro 1 - Caracterização dos Sistemas de Classificação

SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO	ESTRUTURA
CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY-CDD Criador: Melvil Dewey Ano de criação: 1876	Compreende em 9 grandes classes de assuntos, a notação é construída de números decimais e foi usado um mínimo de três algarismos, tais como 100 e 200. O único sinal gráfico utilizado é um ponto após o terceiro algarismo, sendo que o único valor deste sinal é facilitar a leitura.
CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL-CDU Criadores: Paul Otlet e Henri LaFontaine Ano de criação: 1892	Esta classificação é baseada na CDD, havendo um detalhamento das subdivisões dos assuntos e com notação mista com sinais gráficos, letras ou palavras o que representa os conceitos na classificação e expressa sua ordenação. Assim como a CDD a CDU também possui 9 grandes classes do conhecimento.
CLASSIFICAÇÃO DE CUTTER Criador: Charles Ammi Cutter Ano de criação: 1876	A classificação expansiva é mista, constituída de letras maiúsculas, algarismos arábicos e ponto.
CLASSIFICAÇÃO BIBLIOTECA DO CONGRESSO Criador: a própria Biblioteca Ano de criação: 1800	Classificação mista, constituída de letras maiúsculas, algarismos arábicos, de 1 a 9999, em ordem aritmética, e um sinal gráfico o ponto. O conhecimento está dividido em 20 classes, indicados por letras maiúsculas. Classificação que permite expansão.
CLASSIFICAÇÃO DE BROWN Criador: James Duff Brown e John Henry Quinn Ano da criação: 1894	Como outras este modelo de classificação possui notação mista, constituindo-se de letras de A a X, algarismos na ordem aritmética, letras minúsculas e sinais gráficos. As classes são divididas em 11 grandes classes, algumas vezes representando as ciências como subdisciplinas outras vezes grandes divisões destas.
CLASSIFICAÇÃO DE BLISS Criador: Henry Evelyn Bliss Ano da criação: 1908	O autor dividiu o conhecimento em quatro grandes classes, que fazem saber: Filosofia Ciência, História e Tecnologia e Artes. Seu sistema e notação eram mistos, constituídos por letras maiúsculas e minúsculas, algarismos arábicos e sinais gráficos. Para Bliss, sua notação não era inteiramente facetada, mas permitia a ampliação de síntese.
CLASSIFICAÇÃO DE RANGANATHAN Criador: Shiyali Ramamrita Ranganathan Ano da criação: 1924	A notação da classificação de dois pontos é mista, utilizando algarismos arábicos, letras minúsculas e maiúsculas, letras gregas e sinais gráficos, somando cerca de 70 caracteres. O conhecimento humano é dividido em 41 classes principais, representadas em textos de Ranganathan pela sigla (MC).

Fonte: Pontes et al., 2013, p. 9 adaptado de Piedade, 1983.

3.2.3. Mapas conceituais, mapas de tópicos e ontologias

Os mapas conceituais e as ontologias apresentam alguma restrição na sua representação gráfica, motivo pelo qual abordam apenas um assunto, área ou domínio e os vários tópicos relacionados (Broughton, 2006, p.17).

A estrutura de representação visual, do mapa conceitual, varia consoante o nível de complexidade entre os conceitos abordados. A Figura 5 demonstra a representação gráfica de um mapa de conceitos simples. Quando as relações entre os conceitos são mais restritas e específicas, o grau de complexidade aumenta e este tipo de organização é mais conhecida por mapa de tópicos (Broughton, 2006, p.17).



Figura 5 - Mapa de conceitos sobre elefantes
Fonte: Broughton, 2006, p.18

É difícil distinguir linearmente os mapas de tópicos das ontologias, porque ambos têm como objetivo identificar os conceitos, estabelecer relações entre eles e torná-las bem explícitas para o utilizador. Pode dizer-se que o grau de abstração aumenta quando falamos em ontologias, porque estas permitem que os conceitos sejam tão fragmentados que podem até mesmo ser manipulados matematicamente, por conseguinte podem ser legíveis por máquinas (Broughton, 2006, p.19; Harpring, 2016, p.50). O grau de complexidade formal da ontologia, faz com que seja frequentemente utilizada na ciência da computação (Harpring, 2016, p.50).

Comparativamente às taxonomias, estes tipos de mapas permitem formalizar relações mais amplas do que as hierárquicas (Broughton, 2006, p.18). Estas relações definidas na ontologia, exemplificadas na Figura 6, não são limitadas a nenhuma previamente definidas, contrariamente às utilizadas num tesouro. Enquanto a preocupação maior de quem constrói uma ontologia é objetivar as relações entre os conceitos e secundariamente permitir a indexação de documentos, a preocupação de quem constrói um tesouro é fundamentalmente indexar os documentos (Keyser, 2012, p.131).

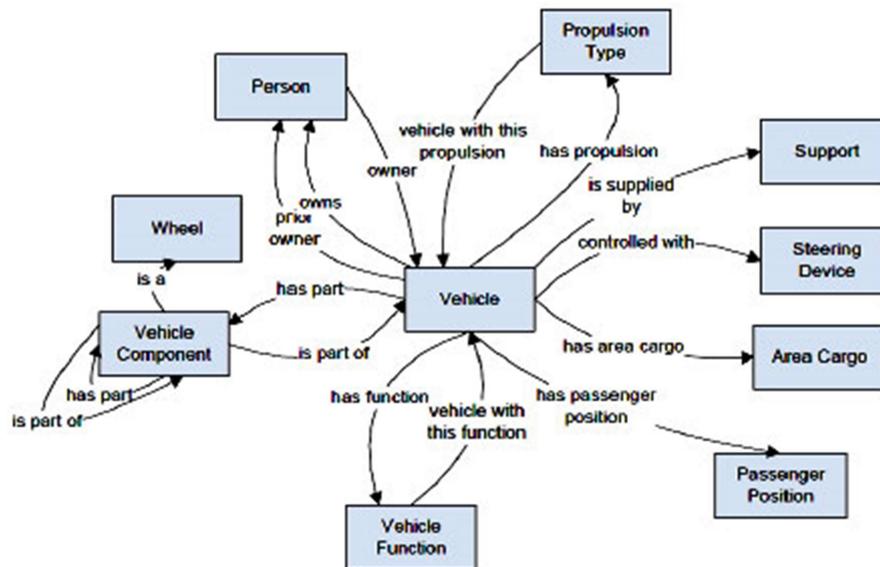


Figura 6 – As principais classes de uma ontologia do veículo e as suas relações.

Fonte: Freitas et al., 2010, p.119

Salienta-se que o facto de a ontologia ser mais flexível do que o tesauro não significa que não deva obedecer a uma linguagem lógica e estruturada, e são várias as que competiam entre si na viragem do século. Talvez a mais conhecida seja a *Web Ontology Language (OWL)*¹⁹, que seria uma das bases da “Web semântica”, também designada por alguns como “Web 3.0” (Keyser, 2012, p.132). Keyser (2012, p. 133) refere que

“The final goal of the Semantic Web is a web in which machines can understand the content of the documents in order to decide if this content is relevant to be used as part of the answer to the question the searcher formulates. The role of ontologies in this is to ‘formally describe the meaning of terminology used in web documents’.”

A terminologia utilizada na ontologia apresenta algumas variações relativamente ao tesauro, porque lida com conceitos como classe e subclasse, propriedade, domínio, intervalo e individual (Keyser, 2012, p. 133).

3.2.4. Listas controladas

Harpring (2016, p.45) aponta uma definição para lista controlada e as suas respetivas características intrínsecas

¹⁹ Linguagem ontológica criada pela *World Wide Web Consortium* <http://www.w3.org>

Em uma lista controlada bem construída, isto é verdadeiro: cada termo é único; termos não se sobrepõem no seu significado; todos os termos são membros da mesma classe (isto é, eles possuem o mesmo nível hierárquico em um sistema de classificação); termos são iguais em relação à granularidade e especificidade; e termos são organizados em ordem alfabética ou em outra ordem lógica.

As listas controladas têm pouca extensão e são executadas para serem utilizadas em contextos muito específicos, e muitas vezes descontextualizadas deixam de ter utilidade. Como se trata de uma lista curta de termos, a consistência da indexação é maior, porque não há tanta probabilidade de erros na definição dos termos que representam determinado assunto, facilitando também a consulta das mesmas por parte dos utilizadores, principalmente dos não especialistas (Harpring, 2016, pp.45-46).

O exemplo seguinte (Figura 7) trata-se de uma lista controlada para o campo Classificação num registo de obra:

armadura	livros
arquitetura	local de instalação
artes decorativas	manuscritos
desenhos	miscelânea
escultura	moedas
fotografias	pinturas
implementos	recipientes
joias	textos

Figura 7 - Lista controlada para o campo Classificação num registo de obra.
Fonte: Harpring, 2016, p.45

3.2.5. Cabeçalhos e cabeçalhos de assunto

Os cabeçalhos de assunto são listas de palavras ou frases representativas da informação contida num determinado documento. Neste tipo de VC os termos estão organizados por ordem alfabética e têm “referências cruzadas entre os cabeçalhos preferidos, não preferidos e outros cabeçalhos relacionados” (Harpring, 2016, p. 42).

A existência dos cabeçalhos de assunto facilita a tarefa árdua do indexador, de organizar informação que nem sempre faz parte da sua área do saber, ou seja, este tipo de VC permite

ao indexador ter como referência uma série de termos que inclui sinónimos que são os mais adequados para representarem um assunto específico.

Uma das particularidades subjacente ao cabeçalho de assunto é o facto de haver uma pré-coordenação dos termos, no momento da indexação de um assunto composto (Harpring, 2016, p. 44; Keyser, 2012, p.1). As várias combinações entre os termos que o indexador considera possíveis são listadas naquilo a que se chama de listagens de subcabeçalhos padronizados (Harpring, 2016, p. 44).

Um pouco por todo o mundo, são várias as bibliotecas que utilizam com frequência os cabeçalhos de assunto que se encontram nos *Library of Congress Subject Headings* (LCSH), no entanto há países que construíram os seus próprios cabeçalhos de assuntos (Broughton, 2006, p.21).

3.2.6. Anéis de sinónimos

Os anéis de sinónimos (Figura 8) são um conjunto de listas simples de termos equivalentes e permitem a ampliação da recuperação da informação, isto é, o utilizador encontrará de uma forma mais fácil e eficaz os termos relacionados com aquele que procura. As relações de equivalência devem ser estabelecidas unicamente entre termos e substantivos que apresentem legítima sinonímia ou significados semelhantes. Este tipo de VC, muito raramente é utilizado para indexar documentos e é útil nas estruturas internas de um sistema eletrónico de informação. Os anéis de sinónimos, são tão mais bem-sucedidos quanto maior for o grau de especialização em relação ao assunto documental do responsável pela sua elaboração. O especialista tem a tarefa de tentar especular relativamente a todas as possibilidades de pesquisa sobre determinado tema que os utilizadores irão procurar, visando satisfazer as expectativas dos mesmos (Harpring, 2016, p. 46).

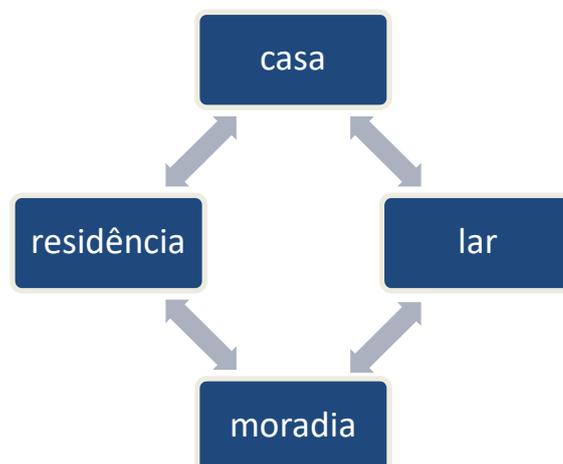


Figura 8 – Exemplificação de um Anel de sinónimos.

3.2.7. Tesouros

Segundo Broughton (2006, p.13) um tesouro é “apenas uma das várias ferramentas que são usadas para indexar ou etiquetar documentos com a finalidade de armazenamento e recuperação da informação” (traduzido).

O tesouro surge para dar resposta ao empolgante e desmedido desenvolvimento da CI, que lado a lado com o exponencial desenvolvimento dos sistemas informáticos passa a exigir uma nova forma de organizar a informação.

Arrimar (2010, p.6) explica o valor acrescentado desta linguagem documental no âmbito do seu surgimento, da seguinte forma:

(...) uma linguagem que permitisse, por um lado, a uma maior acessibilidade à informação e disponibilidade da mesma e, por outro, que facultasse a comunicação, sem ruídos e silêncios, entre o documento e o utilizador.

Desde 1960 até então, foram desenvolvidas várias normas, nas quais estão explícitas as regras de orientação para construção de um tesouro. As diretrizes ISO, nomeadamente a ISO 2788-1986 “Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de thesauri monolíngues” e a ISO 5964-1985: “Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de thesauri multilíngues”, foram criadas oficialmente em 1980 e já sofreram algumas atualizações (Keyser, 2012, p.7).

Este tipo de VC é o mais complexo, permitindo não só hierarquizar os termos, como acontece numa taxonomia, ou estabelecer relações de sinonímia entre os termos, como acontece nos anéis de sinónimos, mas também incluir relações associativas entre os termos e informações adicionais periféricas ou explicativas (Harpring, 2016, p.50).

O objetivo de um tesouro é eliminar a ambiguidade, por isso cada termo passa por um processo de seleção, através do qual adquire a designação de descritor. Um descritor é o termo mais representativo de determinado conceito dentro do contexto do tesouro que se pretende construir. Trata-se de um elemento fundamental num tesouro, porque permite que o significado de cada conceito dentro do tesouro seja unívoco, evitando assim os problemas de homonímia, sinonímia e polissemia (Gavilán, 2009, p.22).

Um tesouro compila a informação numa rede complexa e organizada de termos, que se relacionam num grau tão elevado que o utilizador que procura informação pertinente sobre

determinado tema dificilmente não a encontra de uma forma intuitiva, sem ter que navegar exaustivamente neste tipo de VC.

Este controlo versátil e dinâmico do vocabulário é de extrema importância em bases de dados relacionadas com diversas áreas do saber. Os tesouros são um exemplo de utilização de linguagem pós-coordenada, na qual os conceitos são combinados, utilizando indicadores booleanos (E, OU, NÃO), no momento da pesquisa, em função da necessidade do utilizador (Harpring, 2016, p.50; Keyser, 2012, p.1, p.20).

A Figura 9 sistematiza e organiza por grau de complexidade os diversos tipos de vocabulários abordados neste capítulo e sita os tesouros (junto às ontologias) no topo da pirâmide em função da complexidade de suas relações.

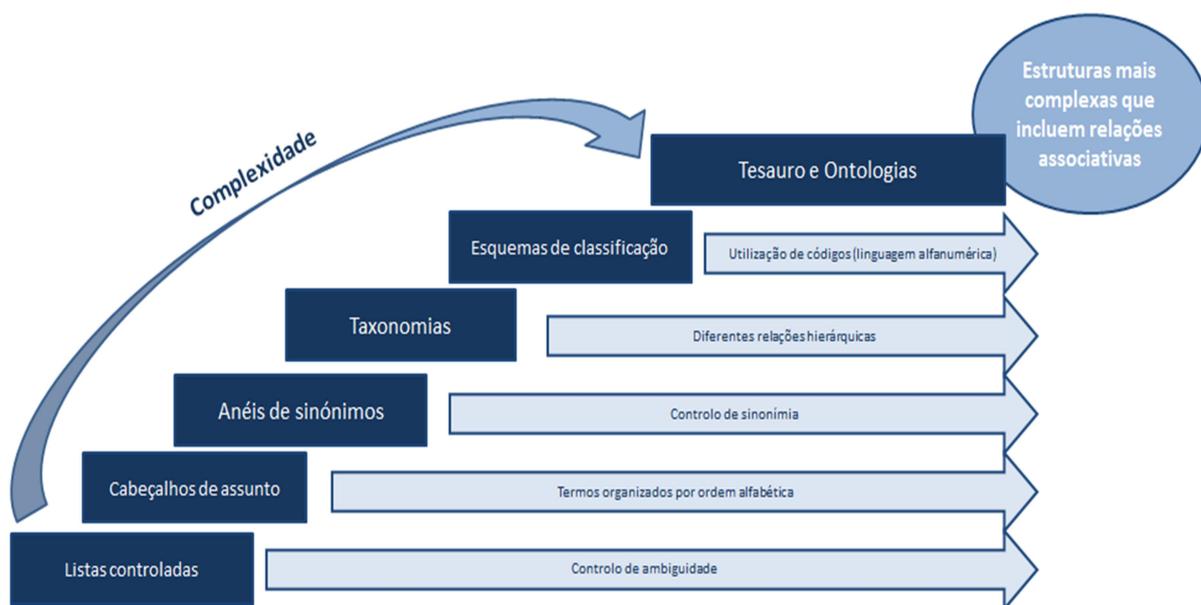


Figura 9 - Diagrama de tipos de vocabulários controlados
Fonte: Construção de autoria própria com base em Zaharee (2012/2013)

3.3. Relações semânticas em tesouros

A analogia feita por Khoo e Na (2006, para. 1) ilustra na perfeição o papel das relações quando se fala em conceitos: “While concepts are the building blocks of knowledge, relations act as the cement that links up concepts into knowledge structures”.

De facto, ao longo de todo o nosso processo de desenvolvimento humano, intuitivamente vamos sentindo a necessidade de categorizar o mundo que nos rodeia, atribuindo conceitos e

relacionando-os constantemente. De outra forma, não teríamos desenvolvido as estruturas lógicas de sistematização do conhecimento que hoje conhecemos e que designamos por VC.

Ainda nesta linha de pensamento de explicação objetiva do que são as relações entre os termos, importa clarificar o significado de semântica. A semântica não é mais do que o estudo e a interpretação do significado das palavras (Safavi, 2000 citado por Mehrad & Ahmadasab, 2012, p.136). Quando o significado das palavras se entrecruza de alguma forma, estabelecem-se relações entre as mesmas, que se designam por relações semânticas (Murphy & Koskela, 2010 citado por Mehrad & Ahmadasab, 2012, p.136).

Num VC, como é o caso do tesauro, podem existir três tipos de relações semânticas entre os termos: relações de equivalência, relações hierárquicas e relações associativas (Bean & Green, 2001, p.56). As orientações *standard* para o estabelecimento deste tipo de relações num tesauro estão detalhadamente descritas na Parte 1 da ISO 25964.

A ISO é uma federação mundial, da qual fazem parte diversos organismos nacionais de padronização e que se dedica a estabelecer Normas Internacionais que são construídas e discutidas em comités técnicos, nos quais podem participar as mais variadas organizações interessadas, sendo elas, internacionais, governamentais ou não-governamentais. No presente estudo, seguiram-se as orientações da ISO 25964, que surge em 2011, como resultado de “sucessivas revisões da norma internacional ISO 2788, bem como da ANSI/NISO Z39.19” (Jorge et al., 2017, p.13). A ISO 25964 encontra-se dividida em duas partes. A primeira parte foi publicada em 2011 e descreve os padrões para construção de tesouros e a interoperabilidade com outros vocabulários. Nesta parte estão explícitas as orientações que se devem seguir, para que se possa recuperar informação sobre todos os tipos de recursos. Na segunda parte, publicada em 2013, são apresentadas as recomendações para o estabelecimento e manutenção de mapeamentos entre vários tesouros, ou entre tesouros e outros tipos de VC (Gabriel & Laipelt, 2017, p.125; Jorge et al., 2017, p.13).

Esta norma é amplamente utilizada a nível mundial, porque permitiu uma desconstrução de barreiras na CI. A ISO 25964:2011 vem facilitar a recuperação da informação, porque determina várias orientações que convergem para a interoperabilidade entre um tesauro e os diversos VC permitindo a sistematização na organização do conhecimento.

Em Portugal, a entidade que representa a ISO, traduzindo e adaptando os *standards*, é o Instituto Português de Qualidade [IPQ]²⁰ (Jorge et al., 2017, p.11).

Neste contexto, no que a tesaurus diz respeito, importa assinalar a distinção que esta norma estabelece entre conceitos e termos. Os conceitos são unidades de pensamento, enquanto os termos são a designação do conceito, por outras palavras, num tesouro o termo é a unidade mais simples de representação de um conceito (Will, 2012, p.48). Simões (2008, p.85) afirma que os termos podem ser simples ou compostos.

Pretende-se com esta dissertação explorar as relações semânticas já citadas, designadamente as relações de equivalência, as relações hierárquicas e as relações associativas num tesouro monolíngue.

3.3.1. Relações de equivalência

As relações de equivalência apresentam uma disparidade relevante, que as diferencia inequivocamente das relações hierárquicas e associativas. No que concerne às relações de equivalência, existe sempre um termo que tem permissão para ser utilizado na indexação, e que se designa por termo preferido ou descritor. No entanto, outros termos que representem o mesmo conceito podem ser registados no tesouro, tratando-se de termo(s) equivalente(s) que não têm permissão para serem utilizados na indexação e que se designam por termo(s) preterido(s) ou não-descritor(es) (Gavilán, 2009, p.23). A principal função dos termos preteridos é servirem de referências cruzadas, ou seja, encaminham o investigador para o correspondente descritor autorizado no respetivo tesouro (Bean & Green, 2001, p.56).

Na relação de equivalência, um não descritor está obrigatoriamente ligado ao descritor correspondente através do operador USE, enquanto o descritor se liga ao não descritor através do operador UP (usado por) (Simões, 2008, p.112).

Quando se pretende construir um tesouro, deve ter-se em consideração o público-alvo a que se destina, e consoante o mesmo, seleccionar os descritores mais adequados. Deve também ser mantida a consistência sintática no tesouro, utilizando ao longo do mesmo impreterivelmente sempre o mesmo descritor (ISO 25964-1, 2011, p.52). Se o público-alvo de um tesouro sobre saúde forem os cidadãos comuns, então os descritores devem ser os termos que se utilizam no

²⁰ <http://www1.ipq.pt/PT/IPQ/Pages/IPQ.aspx>

senso comum. Se, por oposição, o tesouro se destina a profissionais de saúde, conseqüentemente os termos descritores selecionados devem ser os nomes científicos.

Vários autores classificam os termos equivalentes como sendo verdadeiros sinónimos, quase-sinónimos, variantes lexicais ou termos compostos (Aitchison et al., 2005, p.48; Bean & Green, 2001, p.56; ISO 25964-1, 2011, p.50).

Os verdadeiros sinónimos são termos cujos significados podem ser considerados os mesmos, em diversos contextos, de modo que são mutuamente substituíveis. Na linguagem do senso comum, os sinónimos não ocorrem com tanta frequência quando comparamos com a linguagem científica. Há, portanto, mais sinónimos em linguagem controlada do que em linguagem natural, pelo simples facto de o que se pretende em linguagem controlada é limitar os significados dos termos. Alguns exemplos característicos de verdadeiros sinónimos são: (Aitchison et al., 2005, p.48-49; ISO 25964-1, 2011, p.49)

- nomes populares / nomes científicos – Exemplo: aranhas / aracnídeos
- nomes com diferente origem linguística – Exemplo: época (grego) / período (latim)
- nomes comuns / nomes comerciais – Exemplo: gesso cartonado / pladur
- nomes atuais / nomes desatualizados – Exemplo: países em desenvolvimento / países do Terceiro Mundo
- nomes com origens culturais diferentes que partilham uma língua comum – Exemplo: hospedeira (Portugal) / aeromoça (Brasil)
- abreviaturas ou acrónimos / nomes completos – Exemplo: UNICEF / Fundo das Nações Unidas para a Infância

Os termos quase sinónimos, representam conceitos intimamente relacionados entre si e apresentam uma sobreposição significativa. Na linguagem natural, do senso comum, estes conceitos têm um significado completamente antagónico e são denominados por antónimos. No entanto, para fins de indexação pode ter interesse tratar estes termos como sinónimos, mediante o assunto que se pretende abordar no tesouro (Aitchison et al., 2005, p.50-51). Debruçando-se a atenção sobre o exemplo do par de termos humidade/secura, se o objetivo for construir um tesouro sobre “cheias em Portugal”, talvez não haja interesse em tratar os termos referidos como sinónimos, porque se pretende que o tesouro seja bastante específico e preciso sobre o tema. Por oposição, se o tesouro que se pretende construir for sobre o tema

“fatores abióticos”, o tema é mais geral, e o investigador pode necessitar de procurar documentos que abordem tanto a *secura* quanto a *humidade*, então estes termos devem ser tratados como quase sinónimos.

Bean e Green (2001, p.57) defendem a existência de um “*special case*” na relação de equivalência entre termos quase sinónimos: os termos compostos. Quando se utiliza o operador “E”, estamos a assumir que o termo composto pode ser quase sinónimo do somatório (+) dos termos individuais. Observemos o exemplo “ativismo ecológico”, poderíamos referir que este termo composto é mais ou menos equivalente a "ativismo" E "ecológico" / "ativismo" + "ecológico" / "ativismo" AND "ecológico". É importante fazer a ressalva de que os termos individuais não são equivalentes exatos, mas antes aproximações.

Por outro lado, é necessário distinguir o tipo de equivalência referido de outra mais "exacta", que abrange os termos múltiplos equivalentes (Bean & Green, 2001, p.57) Por exemplo, casa - lar - moradia - residência. Poderíamos dizer casa OU lar OU moradia OU residência. Existem diferenças concetuais entre estes termos, no entanto não são tão substanciais como nos quase-sinónimos dos termos compostos.

Segundo Harpring (2016, p.55) as variantes lexicais são “formas diferentes de palavras para a mesma expressão”. Incluem-se nas variantes lexicais as palavras com diferente ortografia, as variações gramaticais, os plurais irregulares, os nomes completos, as abreviaturas (Harpring, 2016, p.55; Aitchison et al., 2005, p.49-50) e as variações regionais.

Exemplos:

Cão (singular) /cães (plural)

Pintar (verbo) / pintura (substantivo) / pintado (particípio passado do pintar)

Romania/ ROM (abreviatura)

3.3.2. Relações Hierárquicas

Diversos autores definem a relação hierárquica como a que se estabelece entre um par de termos descritores, os quais representam conceitos, no qual existe níveis de superordenação e de subordinação (Chatterjee, 2016, p.158; ISO 25964-1, 2011, p.62; Mehrad & Ahmadasab, 2012, p.141). O termo subordinante é um termo mais genérico e num tesauro deve estar acompanhado pelo prefixo TG (termo genérico). O termo subordinado é um termo mais

restrito, devendo, por isso, num tesouro estar antecedido do prefixo TE (termo específico) (ISO 25964-1, 2011, p.62; Gavilán, 2009, p.23; Mehrad & Ahmadasab, 2012, p.141).

Chatterjee (2016, p.158) argumenta que “This type of relationship is considered to be the basic relationship which differentiates a thesaurus from other controlled lists of terms”.

A existência das relações hierárquicas num tesouro é fundamental porque permite que o utilizador possa selecionar o grau de especificidade da sua pesquisa, sem que perca informação que lhe possa ser útil (ISO 25964-1:2011, p.62).

As relações hierárquicas e associativas são definidas entre conceitos (Bean & Green, 2001, p.56).

Há consenso na literatura no que toca à definição dos três tipos de relações hierárquicas: a relação genérica, a relação partitiva ou de todo-parte e a relação de instância (Chatterjee, 2016, pp.158-159; ISO 25964-1, 2011, p.62; Mehrad & Ahmadasab, 2012, p.141; Will, 2012, p.49).

A relação genérica é a ligação que se estabelece entre uma classe ou categoria e os seus membros ou espécies (Chatterjee, 2016, pp.158-159; ISO 25964-1, 2011, p.62; Mehrad, Ahmadasab, 2012, p.141). O exemplo que se segue tem por base o apresentado na ISO 25964-1, 2011 (p.63).

Exemplo: TG animais /

TE aves

A relação partitiva ou de todo-parte abrange diversas situações em que, de uma forma lógica, a parte está incluída no todo em qualquer circunstância, mesmo que não seja de uma forma física (ISO 25964-1, 2011, p.64; Mehrad & Ahmadasab, 2012, p.141). A aceitação das relações partitivas como inclusivas nas relações hierárquicas foi controversa, passando a ser aceite sob determinadas circunstâncias. As relações partitivas devem ser utilizadas em contextos típicos, nomeadamente quando se pretende construir uma hierarquia que inclua disciplinas ou campos do conhecimento, localizações geográficas, sistemas e órgãos do corpo e estruturas sociais hierárquicas (Bean & Green, 2001, pp.59, 61; Chatterjee, 2016, p.159; ISO 25964-1, 2011, p. 64; Mehrad & Ahmadasab, 2012, p.141; Will, 2012, p.49).

O exemplo que se segue tem por base outros apresentados na ISO 25964-1:2011 (p.64).

Exemplo: Sistema respiratório

Brônquios

Bronquíolos

Alvéolos

A relação de instância estabelece-se entre um termo que define uma categoria geral e que habitualmente se trata de um nome comum e os restantes termos que definem uma instância dessa categoria geral são representados por nomes próprios. Nesta aceção, os termos subordinados “são um exemplo” dos termos subordinantes (Bean & Green, 2001, p.58; ISO 25964-1, 2011, p. 65; Mehrad & Ahmadasab, 2012, p.141; Aitchison et al., 2005, p.56).

O exemplo que se segue foi transcrito da ISO 25964-1:2011 (p.65).

Exemplo: Os Himalaias são um exemplo de uma região montanhosa

Inicialmente, nas diretrizes criadas para a construção de um tesouro, um termo genérico só poderia estabelecer uma relação com um único termo específico. Atualmente, a noção de poli-hierarquia é uma realidade aceite. As orientações *standard* referem que os termos podem pertencer a mais do que uma hierarquia ou sub-hierarquia, mais ainda, acrescentam que as relações hierárquicas podem ser do mesmo tipo (cf. Exemplo 1) ou de diferentes tipos (cf. Exemplo 2) (ISO 25964-1, 2011, pp. 65-66; Bean & Green, 2001, p.60; Aitchison et al., 2005, p.56).

Os exemplos que se seguem foram transcritos da ISO 25964-1:2011 pp.65-66).

Exemplo1: TG órgãos são TE instrumentos de teclado e TE instrumentos de sopro/ TG
Instrumentos musicais são TE instrumentos de teclado e TE instrumentos de sopro

Exemplo 2: crânio é um osso e é uma parte da cabeça

3.3.3. Relações Associativas

As relações associativas são a identidade de um tesouro, por outras palavras, são o tipo de relação que o caracteriza e que o diferencia face ao demais VC existentes. A maioria dos autores define este tipo de relações por exclusão, ou seja, definem-na como qualquer relação

entre descritores que não pode ser classificada como hierárquica ou de equivalência. Este tipo de linguagem de estrutura combinatória, estabelece reciprocidade entre termos preferidos relacionados horizontalmente, o que quer isto dizer que se qualquer descritor está relacionado associativamente com outro, o inverso é obrigatoriamente verdadeiro. Neste tipo de relações utiliza-se o operador TR (termo relacionado) (Bean & Green, 2001, pp.61-62; Gavilán, 2009, p.23).

Will (2012, p.50) refere que

Similarly, associative relationships can optionally specify the nature of the relationship, such as cause/effect, process/product or person/discipline, while allowing these all to be treated as the catch-all “related concept” (RT/RT) when necessary. This allows a thesaurus to come closer to the approach taken in ontologies, where the nature of all relationships is specified.

Na tabela 2 estão descritas algumas das possíveis relações associativas que se podem estabelecer entre termos. Salienta-se que os dois primeiros itens da tabela, representam relações associativas entre termos da mesma hierarquia, enquanto as restantes representam relações entre termos de diferentes hierarquias (Bean & Green, 2001, p.61).

Tabela 2 - Tipos de relações associativas.

Kind of association	Example
Siblings with overlapping meanings	boats RT ships
Familial/derivational	children RT parents
Discipline and object of study	zoology RT animals
Operation/process and its agent/instrument	heating RT furnaces
Thing and its counter agent	plants RT herbicides
Action and its product	weaving RT cloth
Action and its target	harvesting RT crops
Concepts and their unique properties	perception RT acuity
Concepts related to their origins (ISO only)	Dutch RT Netherlands
Concepts linked by causal dependence	bereavement RT death
Concept and its unit of measurement	length RT meter (measure)
Phrases in which the noun is not a true broader term	heart RT artificial hearts

Fonte: Bean & Green, 2001, p.61.

A ISO 25964-1:2011 (pp. 66-70) apresenta, detalhadamente, alguns exemplos de relações que devem ser consideradas associativas num tesauro. Esses exemplos estão transcritos de seguida:

Exemplo 1: uma disciplina ou campo de estudo e os objetos ou fenómenos estudados.

Silvicultura **TR** Bosques

Bosques **TR** Silvicultura

Exemplo 2: uma operação ou processo, e o seu agente ou instrumento.

Controlo de Temperatura **TR** Termostatos

Termostatos **TR** Controlo de temperatura

Exemplo 3: uma ação e o produto da ação.

Confeção **TR** Roupa

Roupa **TR** Confeção

Exemplo 4: uma ação e o seu destinatário ou objetivo.

Colheita **TR** Cultivos

Cultivos **TR** Colheita

Exemplo 5: objetos ou materiais e as suas propriedades definidas.

Venenos **TR** Tóxico

Tóxico **TR** Venenos

Exemplo 6: um artefacto e as suas partes, se não qualificam para a relação hierárquica de todas as partes.

Instrumentos óticos **TR** Lentes

Lentes **TR** Instrumentos óticos

Exemplo 7: conceitos ligados por uma dependência casual.

Doenças **TR** Patogénicos

Patogénicos **TR** Doenças

Exemplo 8: um objeto ou processo e o seu “contra-agente”.

Plantas **TR** Herbicidas

Herbicidas **TR** Plantas

Exemplo 9: um conceito e a sua unidade de medida.

Corrente Elétrica **TR** Amperes

Amperes **TR** Corrente elétrica

Exemplo 10: um termo composto e o nome que constitui o seu foco, se ambos estão ligados por uma relação hierárquica autêntica.

Fósseis de répteis **TR** Répteis

Répteis **TR** Répteis Fósseis

Exemplo 11: um organismo criado por outro ou uma substância derivada de outra.

Mulas **TR** Burros

Burros **TR** Mulas

3.4. Instrumento de construção de um vocabulário controlado: Software TemaTres

A Norma ISO 25964, que é a utilizada como referência no presente estudo, recomenda o uso de *software* de gestão de tesouros para a sua construção e manutenção, como é o caso do *software* TemaTres. A utilização de dados em formato digital evita erros comuns no Homem, como por exemplo a repetição de termos ou de relações semânticas entre os mesmos. Esta norma deixa a ressalva de que os *softwares* selecionados com este intuito, devem ser capazes de gerir, importar e exportar dados (Fujita et al., 2017, p.67).

Fujita et al. (2017, p.67) referem que:

Na avaliação das normas atuais, além das concepções conceituais que as fundamentam, observa-se que dedicam itens específicos para a gestão e manutenção de tesouros com uso de softwares. A evolução das tecnologias de informação na sociedade humana é notoriamente um fator de mudança e nas bibliotecas não foi diferente mesmo porque, o fluxo de produção científica tem-se intensificado cada vez mais e a busca por tecnologias que contribuam para a recuperação da informação criada eletronicamente é imprescindível.

O *software* TemaTres, cujas funcionalidades estão representadas na Figura 10, foi desenvolvido pelo bibliotecário argentino Diego Ferreyra, que atualmente exerce funções como docente adjunto regular na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (Gonzales-Aguilar et al., 2012, p.319).

Destacamos as principais funcionalidades deste *software*: possibilita a inserção de novos termos ou a aplicação de relações aos termos já existentes; permite realizar uma pesquisa simples ou avançada; existe a opção de se exportar o tesauro, disponibilizando vários formatos para o efeito; fornece opções quanto à organização a ser utilizada no tesauro (sistemática ou alfabética) (Ferreira & Sobrinho, 2019, pp. 258,259).

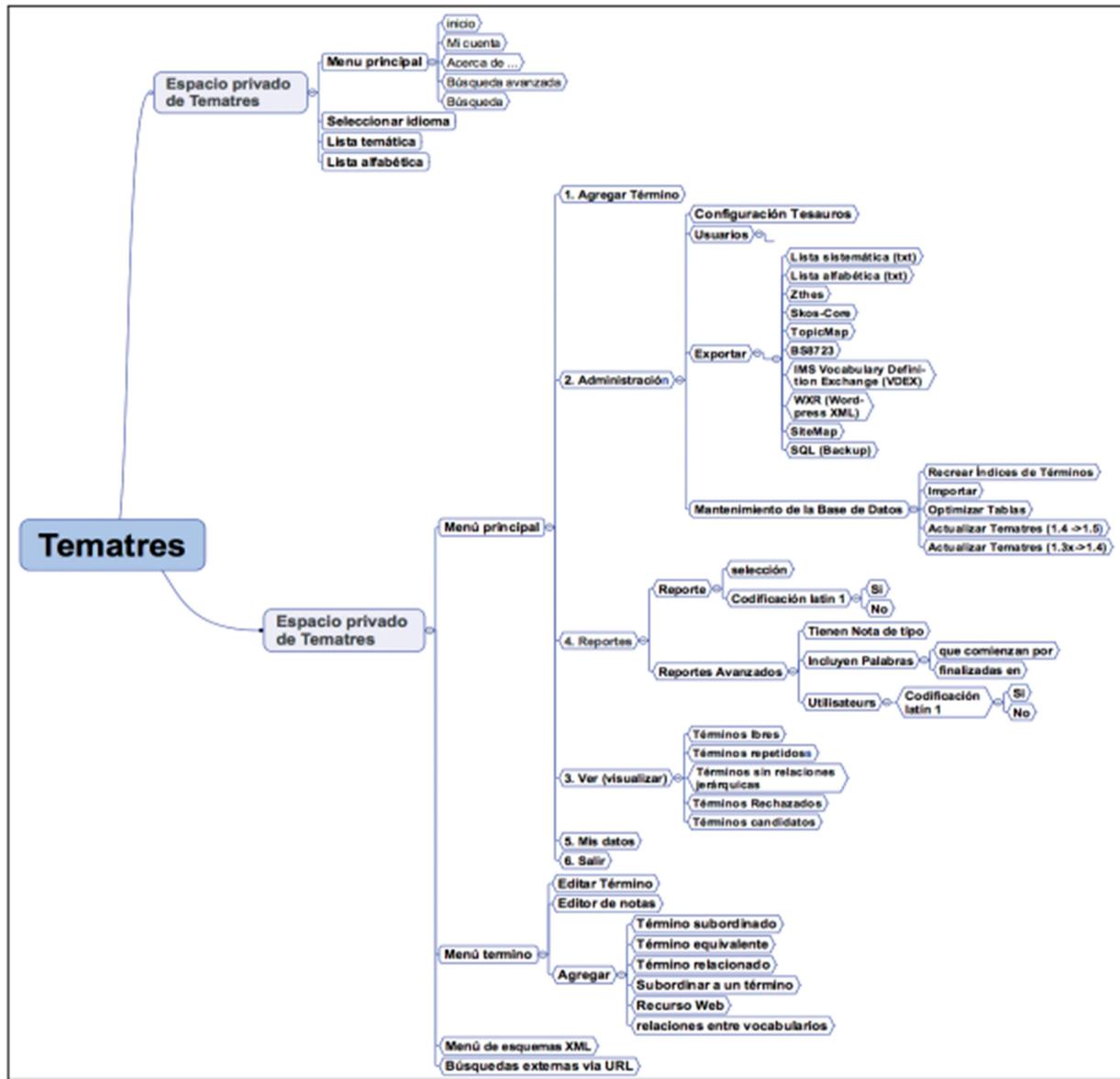


Figura 10 – Esquema das funcionalidades do *software* TemaTres
Fonte: Gonzales-Aguilar et al., 2012, p.321

Apesar de se tratar de um *software* gratuito, a sua instalação é pouco intuitiva e implica conhecimentos aprofundados de informática, o que limita a acessibilidade ao mesmo (Campos et al., 2006, p.76).

No entanto, este *software* apresenta como vantagens ser possível instalá-lo gratuitamente através do seu site oficial²¹ e ser multilíngue. Atualmente, encontra-se disponível em espanhol, alemão, francês, inglês, italiano e português o que permite a sua acessibilidade a uma maior amplitude de utilizadores (Campos et al., 2006, p.76; Fujita et al., 2017, p.69). Gonzales-Aguilar et al. (2012, p.2) acrescentam que o *software* cumpre as normas internacionais.

O TemaTres apresenta, ainda outras vantagens que se seguem:

Possui ferramenta de consistência que permite estabelecer termos equivalentes, não equivalentes e parcialmente equivalentes; atribuição de múltiplas notas aos termos (Notas de aplicação, escopo, explicativa, histórica, bibliográfica etc.); apresenta fluxos de situação termos (termo candidato, termo aceite, termo rejeitado) e possui suporte para vocabulários poli-hierárquicos. Permite também a navegação entre termos, com sugestão de termos de busca; navegação sistemática e hierárquica (TemaTres, 2017 citado por Fujita et al., 2017, pp. 69-70).

Muito embora se pretenda com o presente estudo a construção de um tesauro de reduzida dimensão, fica a ressalva de que o TemaTres está desaconselhado na construção de tesouros de maior dimensão, porque não permite controlar a atualização nem a importação de termos (Campos et al., 2006, p.77), tornando a informação nele contida obsoleta.

Apresenta também outras desvantagens assinaláveis, como o facto de não permitir referenciar as fontes dos termos utilizados, nem ser flexível impossibilitando o utilizador de criar uma nova relação entre os termos, como por exemplo uma relação partitiva, que não pertença às que estão previamente definidas (Campos et al. 2006, p.76).

No ponto de vista de Campos et al. (2006, p.80), existe ainda um abismo entre a parte metodológica da construção de um tesauro e a parte operacional que envolve a utilização do *software*:

²¹ Site oficial onde é possível obter o *software* TemaTres: <https://www.vocabularyserver.com/>
https://www.vocabularyserver.com/?fbclid=IwAR1CUNRawX1OPu_ci60vvDxnY2_6D5KtJIrteCKCJ2v5sFBOvXbAy8i98ck

Entretanto, quando se aborda a questão da concepção do tesauro, do seu pensar, então a realidade é outra: nenhuma ferramenta provê recursos para expressar a modelagem do domínio, para planejar suas relações em mais alto nível, ou para guiar a categorização dos termos com base em seu conceito, o que parece indicar uma visão dissociada entre a tecnologia e as metodologias.

As autoras creem que, futuramente, sejam desenvolvidos *softwares* inovadores e mais inteligentes, providos de ferramentas capazes de colmatar esta dissociação, facilitando a construção de tesouros (Campos et al., 2006, p.80).

Apesar do TemaTres possuir as diversas limitações supracitadas, as vantagens prevalecem quando comparadas com as de outros *softwares* de construção de VC, principalmente no que às despesas de instalação, facilidade de utilização e cumprimento de normas diz respeito. Conclui-se que para o tipo de VC que se pretende desenvolver, este é o *software* mais adequado. Não obstante, em virtude da limitação temporal, optou-se pela realização de um desenho metodológico em que o VC foi realizado manualmente, adiando a implementação do vocabulário no *software* para uma futura pesquisa ou estágio.

PARTE II – ESTUDO DE CASO: construção de um modelo de um vocabulário controlado no âmbito da violência doméstica contra crianças e adolescentes, com base nas relações semânticas descritas na ISO 25964-1:2011.

4. Resultados e Discussão

4.1. O processo de construção do modelo de vocabulário controlado sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes

Para construirmos um VC temos que primeiramente realizar uma revisão de literatura, para integrarmos o tema e o dominarmos. Seguidamente, temos que analisar e extrair dos documentos consultados, os termos representativos do tema e que pretendemos incluir no VC.

Durante o processo de escolha dos termos a incluir no VC, deve ter-se em consideração a disponibilização da informação adequada às necessidades do público-alvo (ANSI/NISO z39-19-2005, R2010, p.16). No caso do modelo de VC a ser proposto por esta dissertação, o público-alvo serão os profissionais especializados, sejam assistentes sociais, professores, bibliotecários, psicólogos, etc. que tenham interesse sobre o tema da violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Harpring (2016, p.37) apresenta a seguinte definição:

O vocabulário controlado é um arranjo organizado de palavras e frases usado para indexar e/ou recuperar conteúdo por meio de navegação ou busca. Geralmente ele inclui termos preferidos e variantes e possui um escopo definido ou descreve um domínio específico.

O domínio do presente VC é a violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes. A violência doméstica contra crianças e adolescentes é um crime público presente em todo o mundo. A denúncia é frequentemente realizada por profissionais da educação e da saúde, que devem estar despertos para comportamentos suspeitos e para danos físicos e psicológicos resultantes da agressão.

O modelo de VC sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes que foi construído encontra-se no Apêndice I e está organizado por ordem alfabética. Inclui uma amostra de 24 descritores e 64 não descritores apresentados sinteticamente no quadro do Apêndice II. Dos 24 descritores apenas 16 considerámos mais discutíveis, existindo portanto a necessidade de se estabelecer relações de equivalência para o controlo da ambiguidade, bem como de os justificar com base nas garantias literária, ética e cultural. Os restantes oito considerámos que são aceites e não deixam dúvida quanto à sua utilização dentro do domínio, motivo pelo qual omitimos a sua justificação na discussão teórica, adiando para um trabalho futuro.

Analisam-se no ponto seguinte cada um dos descritores selecionados, bem como os não descritores, numa visão crítica, mas fundamentada, guiada pelas garantias antes sequentemente descritas no capítulo 1 desta dissertação. Com a finalidade de comprovar a influência de cada descritor na literatura, são apresentadas citações de autores e entidades de referência nacional e internacional, que surgem nos quadros apresentados.

4.1.1. Descritores e Não Descritores

4.1.1.1. Descritor abuso

O termo **abuso** foi selecionado como **descritor** porque cumpre a garantia literária (Quadro 2) e em relação aos seus não descritores representa uma conotação mais vincada, ou seja, é mais expressivo na literatura, e abrangente.

Quando consultamos o dicionário online de Língua Portuguesa da Porto Editora²², as definições que são apresentadas para abuso são “mau uso”; “uso excessivo ou injusto”; “ultraje ao pudor”; “insulto”. A nosso ver o abuso é um comportamento que ultrapassa o limite do que seria aceitável culturalmente, por isso também se pode dizer que esse termo (abuso) cumpre a garantia cultural e a garantia ética, na medida em que só é considerado abuso porque existe uma moral que dita este limite.

Os **não descritores** representam comportamentos de abuso psicológico como é o caso da injúria, do insulto, da provocação, da depravação; o ataque representa um abuso físico; a negligência trata-se de um abuso por omissão ou por desleixo; enquanto que violação e pedofilia são não descritores que remetem para o descritor abuso sexual.

²²Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/abuso> Consultado em 02 Abril 2020.

Quadro 2 - Exemplificações da recorrência do descritor abuso na literatura sobre VD

DESCRITOR ABUSO	<p>“Uma em cada cinco mulheres assinala ter sido vítima de abuso sexual em criança” (DGS/ Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida [ASGVCV], 2016, p.29)²³.</p>
	<p>“As consequências do abuso infantil podem expressar-se na vida adulta, incluindo comportamentos violentos e uma probabilidade 4 a 12 vezes maior de ocorrência de problemas mentais” (DGS/ASGVCV, 2016, p.30).</p>
	<p>“As últimas estratégias referidas enquadram-se já nos domínios da ameaça e da intimidação, duas outras formas de violência frequentes que visam impedir a vítima de reagir aos abusos perpetrados pelo companheiro” (CEJ, 2016, p.31).</p>
	<p>“Dados de 30 países sugerem que 7 em cada 10 raparigas dos 15 aos 19 anos que foram vítimas de abuso físico e/ou sexual nunca procuraram ajuda: muitas afirmaram pensar que não se tratava de abuso ou não viam tal situação como um problema” (UNICEF, 2017).</p>
	<p>“As crianças podem ser consideradas vítimas de violência doméstica como (...) instrumentos de abuso: Um pai ou uma mãe agressor pode utilizar os filhos como uma forma de abuso e controlo; vítimas de abuso: As crianças podem ser física e/ou emocionalmente abusadas pelo agressor (ou mesmo, em alguns casos, pela própria vítima)” (APAV, 2012).</p>
	<p>“It is known that child abuse and DV often cooccur; that is, in families in which one form of violence is present, there is an increased risk for the other” (Appel & Holden, 1998; Fantuzzo et al., 1997; McCloskey et al., 1995; Moffitt & Caspi, 2003; Straus, 1990 citados por Herrenkohl et al., 2008, p.86).</p>

4.1.1.2. Descritores adolescentes e crianças

Os **descritores adolescentes e crianças** cumprem, sobretudo, a garantia literária (Quadro 3) na medida em que são os mais comumente utilizados no quadro de referência consultado e representam as faixas etárias mais baixas, sobre as quais se debruça o tema deste VC.

²³ “No âmbito da Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida, criada pelo Despacho n.º 6378/2013 de 16 de maio, foi elaborado o documento “Violência Interpessoal - Abordagem, Diagnóstico e Intervenção nos Serviços de Saúde”, que agora se divulga. Trata-se de uma publicação que visa não apenas melhorar o conhecimento acerca do fenómeno da violência interpessoal, nos múltiplos contextos e formas de que se reveste, mas também enunciar os princípios da ação preventiva nos serviços, os dispositivos institucionais e os fluxogramas de atuação na resposta ao problema através de boas práticas”. <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/violencia-interpessoal-abordagem-diagnostico-e-intervencao-nos-servicos-de-saude.aspx>

Os **não descritores** selecionados para o descritor crianças são bebês e infantes.

Os **não descritores** selecionados para o descritor adolescentes são jovens e puberdade.

Quadro 3 - Exemplificações da recorrência dos descritores adolescentes e crianças na literatura

DESCRITORES ADOLESCENTES E CRIANÇAS	<p>“A nível nacional, a Lei da Televisão proíbe os conteúdos suscetíveis de prejudicar manifesta e gravemente a livre formação da personalidade de crianças e adolescentes, como a pornografia e a violência gratuita” (DGS/ASGVCV, 2016, p.43).</p>
	<p>“Nos últimos anos, também a ARS²⁴ Lisboa e Vale do Tejo, IP, por iniciativa da Comissão Regional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente, atualmente com a colaboração da Ação da Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida, tem levado a cabo diversas ações de formação a propósito do tema da Violência Doméstica” (DGS/ASGVCV, 2016, p.17).</p>
	<p>“It is noteworthy that numerous children, including quite young children, were aware of the stigma associated with domestic violence and felt degraded and humiliated by it. There is a clear need for awareness raising and educational work with children and young people to correct the myths about domestic violence. Children who cope with the fear and restrictions of living with a violent man should not have to cope with the added pressure of social stigma, which serves to reinforce the impact of the domestic violence” (McGee C., 2000, pp. 222-223).</p>
	<p>“Hoje mantém um grande vínculo com a APAV, dedicando-se ao voluntariado na Casa de Abrigo constituindo um grande e imprescindível apoio a todas as mulheres e crianças que lá se encontram” (APAV, 2012).</p>
	<p>“Enfrentamos, de um lado, a ilusão de que se pode ter um polícia atrás de cada pessoa, e, de outro, o preconceito de que, por trás de cada situação levada aos tribunais, encontraremos sempre crianças complexadas, pais violentos e desinteresse do Estado” (CEJ, 2016, p.17).</p>

4.1.1.3. Descritor apoio

O **descritor apoio** considera-se muito importante no contexto do presente estudo, na medida em que desempenha um papel fundamental na resposta social ao flagelo que é a VD. Não é por acaso, uma das fontes de garantia literária (Quadro 4) do estudo é a APAV. Este descritor

²⁴ ARS – Administração Regional de Saúde

também é orientado pelas garantias cultural e ética, porque os membros pertencentes a uma determinada cultura entreadjudam-se e recriminam os que não o fazem.

Os **não descritores** selecionados para o descritor apoio são ajuda, amparo, assistência, proteção e suporte.

Quadro 4 - Exemplificações da recorrência do descritor apoio na literatura

DESCRITOR APOIO	“Quando o sujeito pode contar com uma rede de apoio efetiva, com reais possibilidades de mudanças, e adquire a percepção de que é capaz de superar as situações adversas vivenciadas, ampliam-se suas possibilidades de desenvolvimento emocional” (Hildebrand, 2015, p.220).
	“A APAV presta às vítimas apoio emocional e apoio especializado de forma gratuita e confidencial” (APAV, 2012).
	“Crianças que tenham sido vítimas de maus tratos ou de violência indireta devem beneficiar também de apoio psicoterapêutico” (CEJ, 2016, p.58).
	“A UNICEF apresenta seis estratégias que poderão permitir à sociedade como um todo, desde as famílias aos governos, prevenir e reduzir a violência contra as crianças. Estas incluem, entre outras: - Apoiar os pais e dotar as crianças de aptidões para a vida quotidiana;” (UNICEF, 2017).
	“É nesta fase que as vítimas mais denunciam a situação e procuram apoio .” (DGS/ASGVCV, 2016, p.53).

4.1.1.4. Descritor crença

O **descritor crença** pode gerar ambiguidade na medida em que é algo em que se acredita, mas que é dependente das vivências do indivíduo. No enquadramento do tema, a crença é a convicção que leva a legitimação de atitudes violentas. Para além de ser um conceito amplamente debatido na literatura (Quadro 5), trata-se também de conceito dependente de um contexto, na medida em que é no seio de uma determinada cultura que são desenvolvidas as percepções éticas do que se pode considerar como um acto violento. Há, portanto, uma predisposição cultural para a aceitação ou não da violência. Tanto a garantia literária quanto a garantia cultural e a garantia ética justificam, assim, a escolha deste descritor.

Os **não descritores** correspondentes ao descritor crença são conduta, confiança, dogma e fé.

Quadro 5 - Exemplificações da recorrência do descritor crença na literatura

DESCRITOR CRENÇA	“ Crença de que é melhor para os filhos crescerem junto do casal, ignorando ou minimizando o impacto da violência direta ou indireta (vicariante) sobre estes;” (DGS/ASGVCV, 2016, p.126).
	“A segunda crença enraíza-se na legitimidade social que durante décadas foi atribuída à violência exercida pelo homem com uma função de “educação/correção” dos filhos e esposa e num conjunto de estereótipos sobre os papéis de género, o papel da mulher e do homem no casamento, os deveres de obediência e serviço das mulheres aos maridos, etc., ainda hoje presentes em diversos segmentos da nossa sociedade” (CEJ, 2016, p.35).
	“The growth of male-oriented societies promoted the widely accepted belief in male superiority that in turn formed the basis for women’s subordination” (Doak, 2007, p.2).

4.1.1.5. Descritor ambiente doméstico

O descritor **ambiente doméstico** significa não só um espaço, mas também um conjunto de pessoas próximas à vítima. Consideramos que este termo cumpre, sobretudo, a garantia literária (Quadro 6).

Os **não descritores** selecionados para o descritor ambiente doméstico são agregado, familiar, intimidade e progenitores.

Quadro 6 - Exemplificações da recorrência do descritor ambiente doméstico na literatura

DESCRITOR AMBIENTE DOMÉSTICO	“A maior parte deste tipo de vitimização foi relatado como ocorrendo maioritariamente no espaço doméstico (casa-família), sendo seguido pelo espaço público e local de trabalho” (DGS/ASGVCV,2016, p.31).
	“Diga-se ainda que a sentença imposta num caso de violência doméstica se deverá mais determinar pela seriedade e gravidade da ofensa do que pela vontade expressa da vítima, partindo sempre da ideia de que estas ofensas cometidas em ambiente doméstico não são menos sérias do que as praticadas em contexto mais público” (DGS/ASGVCV,2016, p.244).

4.1.1.6. Descritores medo, vergonha, tristeza e isolamento

Os descritores **medo, vergonha, tristeza e isolamento** referem-se a sentimentos. A VD desperta na vítima uma série de sentimentos, consideramos que os referidos são os mais comuns e os que são mais frequentemente descritos na literatura de base (Quadro 7), justificando-se, deste modo, a sua seleção com a garantia literária.

Os **não descritores** selecionados para o descritor medo são ameaça, intimidação, pânico, perigo, temor e terror.

Relativamente ao descritor vergonha, os **não descritores** correspondentes são constrangimento e descrédito.

Os **não descritores** selecionados para o descritor tristeza são desânimo e infelicidade.

No caso do descritor isolamento, **os não descritores** correspondentes são abandono, desaconchego, desamparo e solidão.

No nosso entender, os sentimentos são pessoais e emocionais, mas seguem um código inculcado pela sociedade, por exemplo, a vítima sente vergonha porque existe uma sociedade que a pode sancionar e criticar com base em valores éticos. Os sentimentos formam-se no seio de um grupo social, por conseguinte transferem-se entre elementos desse mesmo grupo, através de uma aprendizagem cultural. Os referidos elementos têm tendência a perceber e sentir a realidade, moldados pelo grupo a que pertencem. Portanto, os descritores supracitados seguem também a garantia cultural e a garantia ética.

Quadro 7 - Exemplificações da recorrência dos descritores medo, vergonha, tristeza e isolamento na literatura

DESCRITORES MEDO, VERGONHA, TRISTEZA E ISOLAMENTO	<p>“Para as vítimas de VD/VC [Violência conjugal], a casa não é um lugar de paz e de segurança, mas um espaço de medo onde são quotidianamente confrontadas com a violência e a destruição pessoal” (CEJ, 2016, p.25).</p>
	<p>“Podemos elencar as seguintes circunstâncias que dificultam a revelação do mau trato e a procura de ajuda (APAV, 2011): - Ausência de capacidade e de autonomia por parte da vítima para procurar ajuda ou denunciar, limitações normalmente associadas à sua menor idade; - Medo das consequências associadas à possibilidade de revelação da sua experiência de vitimação: medo de represálias; medo que a severidade do mau trato seja agravada; medo de ser separada da sua família de origem; medo de ser culpabilizada e estigmatizada pela própria família e pela comunidade; medo de ser desacreditada” (APAV/ Equipa Multidisciplinar de Apoio à Vítima [EMAV], s.d., p.33-34)²⁵.</p>
	<p>“The children also make it clear that they feel very strongly about the violence that they have heard, witnessed or experienced personally. They struggle to express intense feelings of fear, sadness, anger, shame, guilt, confusion and despair – feelings which inevitably affect their self-esteem, their behaviour, their education, their health, their ability to make friends and their relationship with their mother” (McGee, 2000, p.7).</p>
	<p>“Domestic violence can have significant impacts on children’s social development. Most strikingly, their ability to form and maintain friendships was curtailed both directly and indirectly by the domestic violence, thereby increasing children’s isolation” (McGee, 2000, p.90).</p>
	<p>“For child abuse, the evidence is particularly strong: Young victims of physical abuse routinely experience feelings of isolation, shame, fear, and guilt following the disclosure of one or more forms of abuse” (Osgood & Chambers, 2000 e Widom, 2000 citados por Herrenkohl et al., 2008, p. 88).</p>
	<p>“A investigação nesta área salienta três grandes categorias de problemas na infância associados à exposição a contextos de violência doméstica (Carlson, 2000; Edleson, 1999; Huges et al, 2001; Stocker & Youngblade, 1999): Problemas comportamentais, emocionais e sociais - níveis mais elevados de agressividade, hostilidade, comportamentos de oposição e desobediência, dificuldades na resolução de conflitos e gestão da frustração, aceitação do recurso a comportamentos e atitudes violentas, crenças em estereótipos rígidos de género e à “supremacia/poder” masculino; ansiedade, medo, isolamento, depressão” (DGS/ASGVCCV, 2016, p.64).</p>

²⁵ https://www.apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Manual_EMAV.pdf

4.1.1.7. Descritor perturbação

O **descritor perturbação** está vinculado a um significado médico, a definição que o dicionário online de Língua Portuguesa da Porto Editora apresenta é “desarranjo que ocorre numa função orgânica ou psíquica”. Qualquer acto de violência origina uma perturbação na vítima. Os tipos de perturbações que podem surgir estão relacionados com o ambiente sociocultural do indivíduo, na medida em que o mesmo reage de forma diferente à perturbação que lhe é causada. Há uma gestão das emoções de acordo com o que é o referencial cultural que nos é inculcado. O termo perturbação é frequentemente utilizado na literatura (Quadro 8). A preferência por este descritor segue, portanto, as garantias literária, cultural e ética.

Os **não descritores** seleccionados para o descritor perturbação são ansia e crise.

Quadro 8 - Exemplificações da recorrência do descritor perturbação na literatura

DESCRITOR PERTURBAÇÃO	“ Perturbações do sono, incluindo medo de dormir sozinho/a, pesadelos, insónias (DGS/Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida [ASGVCV], 2016, p.64).
	“Consequently, it is not surprising that adjustment problems may emerge in reaction to the traumas observed and/or experienced in the form of disrespectful, disturbing , and disruptive actingout behaviors at home, school, or in the neighborhood. Often mistakenly attributed to other motives and reasons, these forms of conduct disorders should initiate an investigation into the child’s possible exposure to domestic violence (Jackson, 2007, p.157).

4.1.1.8. Descritor violência

O descritor **violência** remete imediatamente para um acto que inflige a integridade física ou psicológica de alguém, desrespeitando os seus direitos enquanto pessoa. É um dos termos fulcrais de construção do presente VC. Relativamente aos seus não descritores tem um significado mais marcado e é utilizado com frequência por muitos autores que se dedicam ao estudo deste tema, corroborando o emprego da garantia literária. (Quadro 9)

Como anteriormente já foi referido, a violência é um conceito que ganha diferentes interpretações de acordo com o referencial cultural e ético que está enraizado em cada indivíduo. No entanto, considera-se que a violência acontece, quando é ultrapassada a ténue linha que delimita onde acabam os direitos de uma pessoa e onde começam os direitos da

outra pessoa, causando danos. Conclui-se que o descritor violência foi escolhido de acordo com a garantia cultural e ética.

Os **não descritores** correspondentes ao descritor violência são agressão, controlo, crueldade, empurrões, força, hostilidade, maldade e ofensa

Quadro 9 - Exemplificações da recorrência do descritor violência na literatura

DESCRITOR VIOLÊNCIA	<p>“Acresce ainda destacar que, não obstante ocorrerem fenómenos de “transmissão intergeracional da violência”, a maioria das crianças abusadas não se torna abusadora/agressora e apenas uma minoria dos agressores foi alguma vez vítima no passado” (Manita, 2004 citado por CEJ, 2016, p.26).</p>
	<p>“Ideia determinista e presente também na noção de “transmissão intergeracional” da violência – à semelhança do que acontece com o álcool/outras drogas, é correto afirmar que uma criança vítima direta ou indireta de violência poderá ter maior probabilidade de vir a ser maltratante no futuro, mas é incorreto afirmar que as vítimas se tornarão maltratantes ou que os maltratantes o são porque foram vítimas” (CEJ, 2016, p.36).</p>
	<p>“A cultura ocidental está cheia de exemplos que nos recordam o direito dos pais empregarem a força física sobre os filhos. Os contos infantis, as cantigas de embalar, o próprio folclore, veiculam a mensagem de que o uso da violência sobre as crianças não só é adequado, como necessário (Straus, Gelles e Steinmetz, 1988:52). A ideologia religiosa em muito contribuiu para a reprodução da cultura de violência sobre as crianças” (Dias, 2010, p. 251).</p>

4.1.1.9. Descritor manipulação

Consideramos que o **descritor manipulação** tem uma importância relevante no contexto do presente estudo, porque representa um acto que pode encobrir a violência, através da mistificação da própria vítima ou de outras testemunhas do acto. Manipular é obrigar alguém de forma subtil, sem que a pessoa se aperceba, a fazer, dizer, ou pensar algo contrário ao que quer. Segundo o dicionário online de Língua Portuguesa da Porto Editora, a palavra manipulação significa, num sentido figurado, “influência nefasta e sub-reptícia exercida sobre um grupo ou um indivíduo, visando predispô-lo a determinado fim”. Infelizmente, este tipo de influência negativa é transversal a todas as culturas e obviamente adultera a liberdade de ser e de estar. A escolha recaiu sobre o descritor manipulação, porque vai ao encontro das determinações das garantias literária (Quadro 10), cultural e ética.

Os **não descritores** selecionados para o descritor manipulação são chantagem, coação, inibição, opressão, persuasão, privação, proibição e tirania

Quadro 10 - Exemplificações da recorrência do descritor manipulação na literatura

DESCRITOR MANIPULAÇÃO	Através desta forma de manipulação , estabelece maior cumplicidade com a vítima, preparando-a para uma abordagem ainda mais íntima, acentuando a conotação sexual das suas expectativas (DGS/ASGVCCV, 2016, p.90).
	“Manipulation of family members is a tactic employed effectively by the family bully. Pitting family members against one another, the bully is able to keep everyone off balance, which gives the bully the control they continually seek. The bully derives satisfaction and even pleasure starting arguments which lead to hostility and other forms of destructive behaviour while at the same time doing his best to remove himself from the conflict. Emotional manipulation —making people feel guilty about their actions, opinions, or beliefs—is employed as well. Elderly family members as well as the very young are quite vulnerable to this form of exploitation (Jackson, 2007, p.104).”

4.1.1.10. Descritor dependência

No seguimento do que foi mencionado relativamente ao descritor manipulação, coloco enfoque no **descritor dependência**, porque quando um indivíduo depende de outro indivíduo, é muito mais fácil deixar-se manipular. No caso concreto das crianças, elas são sempre dependentes de um adulto, pelo simples facto de não terem autonomia. Esta dependência pode ser propícia a silêncios convenientes para o agressor. Mas tanto a questão da dependência quanto a questão dos silêncios são culturais, porque há povos que fomentam desde cedo o desenvolvimento da autonomia e incutem nas crianças o valor da liberdade de expressão.

Relativamente aos seus **não descritores**, designadamente obediência, subordinação e sujeição, o descritor dependência é mais frequentemente utilizado na literatura (Quadro 11) e também segue as diretrizes das garantias cultural e ética.

Quadro 11 - Exemplificações da recorrência do descritor dependência na literatura

DESCRITOR DEPENDÊNCIA	<p>“Pedophilia is not about “having sex” with a child. It is about a parent’s sexualized assault of his/her child. It is about a parent’s abuse of the position of power and the responsibilities entrusted to him/her to care for a child within the parent–child relationship, by exploiting the dependency needs of the child. It is about abusing adult superior size and knowledge. Depending on the age of the child, pedophilic parents can use grooming methods, such as tickling play, to break down the healthy physical touch boundaries of their children, gradually initiating sexualized touch and assaults. Threats, intimidation, coercion, mental-emotional manipulation, physical force, torture, or threatening to harm others or pets are tactics parents can use to hold their children silent captives. Neighborhoods, communities, and society at large embrace the role of parents to care for children; when the abuse of parental power is revealed, they too suffer, as their worldview is challenged, and they too experience a loss of trust and a sense of violation and vulnerability” (Jackson, 2007, p.603).</p>
	<p>“A alínea d), do nº 1, do citado artigo 152º, alarga o âmbito de proteção a outras relações familiares ou para-familiares, desde que a vítima coabite com o agressor e seja pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica” (CEJ, 2016, p.93).</p>

4.1.1.11. Descritor delinquência

O **descritor delinquência** aponta para um comportamento comum na sociedade atual, que tanto pode ser um fator motivador, uma causa, como pode ser uma consequência da concretização de actos violentos. Consultando o dicionário online de Língua Portuguesa da Porto Editora, surgem as seguintes definições para este termo: “acto de cometer delitos, desobedecer a leis ou a padrões morais” e “conjunto de infrações penais cometidas numa sociedade, durante determinado período”. A delinquência é influenciada por múltiplos fatores socioculturais. Trata-se de um descritor que cumpre as garantias literária (Quadro 12), cultural e ética.

Os **não descritores** selecionados para o descritor delinquência são criminalidade e marginalidade.

Quadro 12 - Exemplificações da recorrência do descritor delinquência na literatura

DESCRITOR DELINQUÊNCIA	“- Behavioral consequences include eating disorders, teen pregnancy, school dropout, suicide attempts, delinquency, violence, and substance use” (Herrenkohl et al., 2008, p.85).
	“As noções idealizadas da família, não só têm conduzido à ocultação das suas dimensões mais problemáticas (e.g., violência, delinquência, toxicodependência), como à negação, por parte dos ditos profissionais, que a família pode ser para muitas pessoas um lugar de opressão, de violência e de infelicidade” (Dias, 2010, p.247).
	“As consequências são conhecidas nas cifras negras das vítimas, na ocupação do sistema judicial, em números elevados de reclusão, em indemnizações não pagas pelos agressores, nas famílias desfeitas e, frequentemente, na reprodução de comportamentos delinquentes nas gerações seguintes dos carrascos e das vítimas” (CEJ, 2016, p.17).
	“Carlson and Lehman (1998) reported that 60 to 75 percent of youths growing up in violent homes suffered from depressive and anxiety disorders and manifested aggression and antisocial behaviour, delinquency, and violent acts” (Jackson, 2007, p. 61).

4.1.1.12. Descritor hematomas

Constatou-se que a VD é um fenómeno transversal às diversas classes sociais, graus académicos, faixas etárias, etnias, localização geográfica, género, sexo, etc. Portanto, é legítimo ter uma preocupação acrescida na seleção de termos que abarquem essas diferenças, o que justifica, por exemplo, a seleção do termo **descritor hematomas**, que se trata de um termo científico utilizado com frequência pelo público-alvo deste VC, sendo o seu não descritor o termo nódoa negra, por se tratar de um termo do senso comum. O descritor hematomas cumpre, essencialmente, a garantia literária (Quadro 13).

Os **não descritores** selecionados para o descritor hematomas são nodoas negras e pisaduras

Quadro 13 - Exemplificações da recorrência do descritor hematomas na literatura

DESCRITOR HEMATOMAS	“As early as 1946, John Caffey, a pioneering pediatric radiologist in New York, noted the associated injuries of long bone fractures and hemorrhages on the surface of the brain (subdural hematomas) in infants” (Jackson, 2007, p.629).
	“Dever-se-á distinguir entre maus tratos físicos, quer dizer, qualquer agressão ou acto de acometimento físico que provoque lesão ou doença (hematomas , feridas, fraturas, queimaduras, etc.)” (CEJ, 2016, p.239).

4.1.2. Termos Genéricos e Termos Específicos

As relações de hierarquia só se podem estabelecer entre descritores, por isso, considerámos perseguição, violência emocional, violência sexual, violência social e violência financeira como sendo descritores do tesauro construído.

Os termos específicos estão subordinados aos termos genéricos. No VC sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes construído, os termos genéricos estão antecidos do operador TG, enquanto os termos específicos estão antecidos do operador TE.

A violência, que é um termo genérico, contra crianças e adolescentes pode ser subdividida nos seguintes termos específicos: violência emocional, violência financeira, violência física, violência sexual, violência social e perseguição (APAV, 2012).

A violência emocional é um termo genérico, ao qual correspondem os termos específicos abuso, manipulação, medo e perturbação (Quadro 14).

Quadro 14 - Exemplificações da relação de hierarquia entre violência emocional e abuso, manipulação, medo e perturbação

VIOLÊNCIA EMOCIONAL	“violência emocional: qualquer comportamento do(a) companheiro(a) que visa fazer o outro sentir medo ou inútil. Usualmente inclui comportamentos como: ameaçar os filhos; magoar os animais de estimação; humilhar o outro na presença de amigos, familiares ou em público, entre outros” (APAV, 2012).
	“Abuso psicológico infantil inclui atos verbais ou simbólicos não acidentais cometidos por um dos pais ou cuidador da criança que resultam, ou têm potencial razoável para resultar, em dano psicológico significativo à criança. (Atos abusivos físicos e sexuais não fazem parte desta categoria.) Exemplos de abuso psicológico de uma criança incluem repreender, depreciar ou humilhar a criança; ameaçar a criança; prejudicar/abandonar - ou indicar que o suposto ofensor irá prejudicar/ abandonar - pessoas ou coisas de que a criança gosta; confinar a criança (atos de amarrar braços ou pernas ou prender em peça do mobiliário ou outro objeto, ou confinar em área fechada pequena [p. ex., armário]); culpar vulgarmente a criança; coagir a criança a causar dor em si mesma; disciplinar excessivamente a criança (i.e., com frequência ou duração extremamente altas, mesmo que não configure abuso físico) por meio de recursos físicos ou não físicos” (Cordioli et al., 2014, p.718).
	“Intimate partner violence (IPV) can be understood as intentional, ongoing, systematic abuse intended to exercise power and control over an intimate partner. This can take the form of physical, sexual, emotional, and/or economic abuse, and can also include emotional manipulation of children, threats related to deportation or child custody, and outing a partner’s

	gender identity or sexual orientation, in addition to coercion around reproduction, substance use, and mental health. When we say partner, we mean someone with whom a person has an intimate relationship including current or former spouses, sexual partners, someone a person is dating, or someone with whom a person has a significant emotional connection” (Warshaw & Tinnon, 2018, p.4).
	“Symptoms may include eating problems, sleep disturbances, lack of normal responsiveness to adults, mood disturbances and problems interacting with peers and adults. Clinical reports indicate these babies often have poor health, poor sleeping habits or irritability, and exhibit high rates of screaming and crying” (Cuthbert, Rayns, Stanley, 2011, p.29).

A violência física é um termo genérico, ao qual corresponde o termo específico abuso (Quadro 15).

Quadro 15 - Exemplificações da relação de hierarquia entre violência física e abuso

VIOLÊNCIA FÍSICA	“violência física: qualquer forma de violência física que um agressor(a) inflige ao companheiro(a). Pode traduzir-se em comportamentos como: esmurrar, pontapear, estrangular, queimar, induzir ou impedir que o(a) companheiro(a) obtenha medicação ou tratamentos.” (APAV, 2012).
	“Abuso físico tem sido comumente descrito no âmbito da violência familiar ou em outros ambientes comunitários e sociais. O conceito traz embutida a noção de poder e controle em que uma pessoa mais velha, mais forte ou mais influente tenta obter o que deseja, impingindo tortura, terror e dor.” (Lima, et al., 2006, p. 47)
	As noções tratadas acima são abordadas no presente capítulo sob o enfoque do abuso físico, no sentido de caracterizar o uso da força física contra crianças e adolescentes, como forma de ensinar algum comportamento, como meio de resolução de conflitos e como mecanismo de estabelecimento de relações de subordinação. Apenas quando o foco é a comunidade, optou-se pela utilização do termo violência. (Lima, et al., 2006, p. 47)

A violência financeira é um termo genérico, ao qual corresponde o termo específico dependência (Quadro 16).

Quadro 16 - Exemplificações da relação de hierarquia entre violência financeira e dependência

VIOLÊNCIA FINANCEIRA	“violência financeira: qualquer comportamento que intente controlar o dinheiro do(a) companheiro(a) sem que este o deseje. Alguns destes comportamentos podem ser: controlar o ordenado do outro; recusar dar dinheiro ao outro ou forçá-lo a justificar qualquer gasto; ameaçar retirar o apoio financeiro como forma de controlo” (APAV, 2012).
	“Destarte, a violência contra a criança e o adolescente é tão arraigada no âmbito das relações sociais que dificulta a denúncia e a implantação de processos preventivos que possam erradicá-la. Por se constituir em submissão das vítimas aos agressores, aquelas encontram dificuldades de romper o silêncio, por serem coagidas pelos agressores, por medo, insegurança ou até mesmo pela dependência financeira” (Silva et. al, 2009, p.57).

A violência sexual é um termo genérico, ao qual corresponde o termo específico abuso (Quadro 17).

Quadro 17 - Exemplificações da relação de hierarquia entre violência sexual e abuso

VIOLÊNCIA SEXUAL	“violência sexual: qualquer comportamento em que o(a) companheiro(a) força o outro a protagonizar actos sexuais que não deseja. Alguns exemplos: pressionar ou forçar o companheiro para ter relações sexuais quando este não quer; pressionar, forçar ou tentar que o(a) companheiro(a) mantenha relações sexuais desprotegidas; forçar o outro a ter relações com outras pessoas.” (APAV, 2012)
	“O abuso sexual infantil é uma forma de violência que envolve poder, coação e/ou sedução. É uma violência que envolve duas desigualdades básicas: de género e geração. O abuso sexual infantil é frequentemente praticado sem o uso da força física e não deixa marcas visíveis, o que dificulta a sua comprovação, principalmente quando se trata de crianças pequenas. O abuso sexual pode variar de atos que envolvem contato sexual com ou sem penetração a atos em que não há contato sexual, como o voyeurismo e o exibicionismo” (Araújo, 2002, pp.5-6).

A perseguição é um termo genérico, ao qual corresponde o termo específico medo (Quadro 18).

Quadro 18 - Exemplificações da relação de hierarquia entre perseguição e medo

PERSEGUIÇÃO	“perseguição: qualquer comportamento que visa intimidar ou atemorizar o outro. Por exemplo: seguir o(a) companheiro(a) para o seu local de trabalho ou quando este(a) sai sozinho(a); controlar constantemente os movimentos do outro, quer esteja ou não em casa” (APAV, 2012).
--------------------	--

4.1.3. Termos Relacionados

No vocabulário controlado construído, o operador TR (termo relacionado) antecede os termos envolvidos nas relações associativas.

À semelhança das relações hierárquicas, as relações associativas também só se podem estabelecer entre descritores. Deste modo, considerámos nesta parte alguns novos termos como sendo também descritores, na medida em que se relacionam intimamente com os descritores já existentes, complementando o seu significado.

A violência social é “qualquer tipo de violência cometida por indivíduos ou pela comunidade, com uma finalidade social” (Tremblay, 2012, p.1). Lima (2006, p.66) explicam a relação entre a violência emocional e a violência social:

“Certamente que as formas de violência psicológica aqui apresentadas apenas tangenciam o universo relacional de muitas famílias e escolas que socializam crianças e adolescentes em ambientes marcados pelo desrespeito à individualidade de cada um. Pode-se perceber o abuso psicológico como importante potencializador da violência social. Pessoas que crescem em ambientes onde não há respeito à própria individualidade estão mais facilmente em situação de repetirem relações desrespeitosas na comunidade em que vivem”.

Considerámos também que o descritor apoio se relaciona com os descritores violência emocional e violência social na medida em que o apoio por parte das instituições sociais pode ajudar a combater este tipo de violência.

A delinquência relaciona-se com a violência física e o medo, na medida em que:

Vários autores vêm associando (obviamente de forma não-linear) punição física com delinquência, por causa de sentimentos ambíguos, confusos ou vingativos que ela gera, como angústia, raiva, ansiedade, medo, terror, ódio e hostilidade (Lima, 2006, p.34).

O descritor hematomas representa uma lesão consequente da violência física portanto estes dois descritores também estão ligados associativamente.

O estudo realizado por Garbin et. al (2012, p.115) permitiu compreender as relações entre violência física, emocional e sexual:

No mesmo sentido, os achados deste estudo permitem afirmar que a violência física esteve significativamente associada à emocional, à sexual e à negligência emocional. Os casos de abuso sexual relacionaram-se também à violência emocional. Da mesma forma, violência e negligência emocionais.

Uma criança que seja vítima de violência física, emocional ou sexual desenvolverá, certamente, um sentimento de tristeza e tenderá a isolar-se das outras pessoas. Concluimos que é legítimo relacionar associativamente os descritores violência física, violência emocional, violência sexual, tristeza e isolamento.

O termo casamento infantil relaciona-se com os termos abuso, adolescentes, ambiente doméstico, crianças, dependência, crença e tristeza. O casamento infantil é a união formal ou informal, na qual um dos elementos do casal é menor que 18 anos. Trata-se de um abuso dos Direitos Humanos, na medida em que a criança fica privada de ter infância e perde a sua liberdade. Importa esclarecer que:

Marriages in which a child under the age of 18 years is involved occur worldwide, but are mainly seen in South Asia, Africa, and Latin America. A human rights violation, child marriage directly impacts girls' education, health, psychologic well-being, and the health of their offspring (Nour, 2009, p.51).

Fala-se de violência estrutural, quando nos referimos às desigualdades, sobretudo económicas e políticas, existentes na estrutura da sociedade e que têm impacto na vida das crianças e adolescentes em todo o mundo. Kent (2016, p.24) ilustra esta relação nos dois parágrafos que se seguem:

With direct violence there is a specific event, an identifiable victim, and an identifiable perpetrator. In contrast, structural violence is not visible in specific events. Its effects are most clearly

observable at the societal level, as systematic shortfalls in the quality of life of certain groups of people. In direct violence there is physical damage to the human body occurring in a distinct timebound event, and individual victims and perpetrators can be identified. In structural violence, however, people suffer harm indirectly, often through a slow and steady process, with no clearly identifiable perpetrators. Structural violence cannot be photographed; only its patterned effects show it. Most victims of homelessness or chronic malnutrition, for example, are victims of structural violence (p.55).

For most children the immediate cause of death is a combination of malnutrition and ordinary diseases such as diarrhoea, malaria and measles. Given adequate resources, such diseases are easily managed (p.136).

4.2. Reflexão sobre a utilidade do modelo de vocabulário controlado construído

O modelo de VC construído no presente estudo trata-se de um instrumento que permite organizar a informação relativa ao tema da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Esta informação a que nos referimos foi conseguida através de uma pesquisa bibliográfica e documental. Inteirarmo-nos sobre um tema é a primeira condição para que consigamos ter legitimidade para extrairmos os conceitos subordinados. A ambiguidade dos conceitos, própria da linguagem natural, é transformada em objetividade, quando os traduzimos em termos e restringimos os seus significados através do estabelecimento de relações semânticas entre eles. O nosso modelo de VC inclui 24 descritores, que foram selecionados mediante as garantias literária, cultural e ética e que conferem um grau de especificidade suficiente para a representação do tema. Desta forma, o modelo de VC construído serve o propósito de facilitar a indexação e a procura de informação sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes, tratando-se de um esboço inicial do trabalho de construção de um tesouro.

Obviamente que, como a própria definição de modelo indica, trata-se de um VC de pequena dimensão e que pretende servir de referência para investigações futuras, nas quais se poderia aumentar o número de termos e de relações entre eles. Temos que ter em atenção que os descritores selecionados no presente estudo poderão cair em desuso, portanto fica a salvaguarda que em estudos posteriores, poderá haver a necessidade de se rever a literatura de base e atualizar o VC proposto. A utilização de um software de GI, nessa altura, poderá ser muito útil.

Um VC sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes poderá ser utilizado pelos profissionais de Ciência da Informação em bibliotecas e arquivos como um instrumento de padronização de termos relativos ao tema, cujo objetivo principal é ajudar no processo de indexação e de recuperação da informação.

O VC construído pode, ainda, ser utilizado por qualquer pessoa que pretenda conferir quais os termos que são mais apropriados, caso queira escrever algo sobre o tema em questão. Nesta situação, pode optar pelo uso de um descritor sobre um não descritor, segundo o critério e a autoridade estabelecida no nosso estudo.

CONCLUSÃO

As crianças deveriam ser seres intocáveis, pelo simples facto de terem uma pureza e ingenuidade intrínsecas. Salientamos a admiração por todos os profissionais que dedicam o seu trabalho à compreensão do que motiva os agressores a praticarem violência doméstica contra crianças e adolescentes e que lutam afincadamente pela defesa dos direitos humanos das crianças em todo o mundo.

Este tema é por si só motivador, na medida em que aumenta a frequência com que somos confrontados e alertados pela comunicação social para a existência de casos extremos que culminam, infelizmente, com a morte da vítima. O choque que provoca esta brutalidade repercute-se numa consciencialização e numa preocupação crescente com o envolvimento de toda a comunidade, porque se trata de um crime público.

No nosso entender, para um grande flagelo contemporâneo como é a violência doméstica contra crianças e adolescentes, uma solução, ou pelo menos uma ajuda, passa por facilitar o acesso à informação sobre o tema. O grande contributo dos VC é, precisamente, fornecer um conjunto organizado de termos sobre determinado assunto e restringir os seus significados. Se por um lado, é importante este controlo da ambiguidade da terminologia para os utilizadores que pretendem explorar o tema, é de salvaguardar a preciosa utilidade que os VC têm para os profissionais que realizam a indexação documental.

Os objetivos traçados no presente estudo foram alcançados.

Para o cumprimento do objetivo específico a) traçar os contornos do tema da violência doméstica contra crianças e adolescentes, realizámos uma pesquisa documental e bibliográfica que resultou numa revisão sobre o tema que se encontra na fundamentação teórica. Destacamos o contributo de alguns autores de referência, como Melissa J. Doak, que publicou o livro “Child Abuse and Domestic Violence”, em 2006, onde resume as pesquisas mais atuais acompanhadas por informações estatísticas relativas ao tema. Enfatizamos o trabalho de Nicky Jackson que na “Encyclopedia of Domestic Violence”, publicada em 2007, expõe a VD seguindo uma abordagem inovadora que inclui uma análise do tema sob o ponto de vista de diversas idades, condições psíquicas ou físicas e fatores culturais religiosos, entre outros. Salientamos também o contributo de Natália Amaral Hildebrand que tem vindo a dedicar o seu percurso de investigação na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes e nas consequentes alterações de saúde mental. A APAV, a DGS e o CEJ, que disponibilizam

nos seus sites oficiais informação detalhada sobre a VD são referências nacionais nas quais se colocou enfoque para a realização deste estudo. Ressaltamos também o artigo científico de Bárbara Figueiredo publicado em 2004, “History of childhood abuse in Portuguese parents”, que se trata do primeiro estudo retrospectivo em Portugal no qual se avaliou a prevalência de abuso físico e sexual infantil numa amostra de 1000 pais portugueses. Este estudo é um marco significativo na história da violência doméstica contra crianças e adolescentes em Portugal, porque, até então, havia escassa informação publicada relativa a estas faixas etárias mais baixas.

No decorrer da pesquisa para a obtenção da fundamentação teórica sobre o tema, deparamo-nos com uma abundância de documentos sobre VD no geral e uma menor quantidade de documentação sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes. Esta foi a primeira dificuldade que tivemos que ultrapassar. É relativamente recente o reconhecimento da VD na infância e na adolescência, uma vez que os padrões sociais do passado defendiam que os pais poderiam recorrer à sua mercê ao uso da força e de castigos com a licitude de estarem a educar os seus filhos. Para o enquadramento do tema recorreu-se a literatura nacional e internacional, sobretudo na área da psicologia, da saúde e da justiça.

Com o propósito de alcançar o objetivo b) apresentar uma revisão sobre os tipos de VC usados para a organização do conhecimento, recorreremos a uma pesquisa bibliográfica e documental da qual resultou uma revisão de literatura relativa ao tema. Neste contexto, ressaltamos as obras de três autores, designadamente Vanda Broughton (2006), Pierre de Keyser (2012) e Patricia Harpring (2016) que refletem o referencial teórico de excelência relativo ao tema do papel dos VC na organização da informação e do conhecimento.

O cumprimento do objetivo c) compreender os tipos de relações semânticas que se podem estabelecer entre termos de um VC, foi efetivado através de uma pesquisa bibliográfica e documental que implicou a consulta de diversas obras de autores de referência, dos quais destaque Mehrad & Ahmadasab (2012), Bean & Green (2001), Will (2012) e Gavilán (2009).

Conseguimos, desta forma, ter uma maior perceção dos domínios de aplicação e do grau de complexidade de cada VC e a sua interação com as relações semânticas.

O processo de elaboração de um VC obedece a regras e princípios previamente estabelecidos, que se encontram descritos em normas. O objetivo d) conhecer as orientações *standard* voltadas para a construção de um VC foi atingido, na medida em que consultamos a norma

ISO 25964, escolhida como referência para a realização do estudo de caso, a qual refere a existência de garantias que legitimam a seleção dos descritores e dos não descritores e de relações semânticas, que conferem uma elevada coesão ao VC. Estas orientações *standard* foram implementadas na construção do VC.

O objetivo e) perceber a utilidade do software TemaTres na construção de tesouros foi cumprido, na medida em que a pesquisa realizada permitiu concluir que este *software* seria o mais aconselhado na construção de tesouros de menor dimensão, como o que desenvolvemos no presente estudo de caso, porque permite gerir, importar e exportar dados de forma gratuita.

O objetivo f) selecionar os termos a incluir no VC a construir, com base nas garantias, nomeadamente, a literária, a cultural e a ética foi alcançado através da realização de uma revisão da literatura científica localizada e relativa às garantias. Depois de enquadrarmos o tema das garantias tivemos legitimidade para selecionar os termos e construir o vocabulário controlado que foi apresentado na parte II da presente dissertação. Constatámos que construir um VC é muito mais do que meramente selecionar termos, é ter consciência que esses termos em última instância traduzem relações, representam e mediam a informação numa sociedade, na medida em que encontram o seu significado apenas quando contextualizados num tempo e num espaço. É de frisar que quando se trata de selecionar a terminologia a incluir num VC, as garantias não são mandatórias, apenas influenciam a escolha do responsável pela elaboração do VC que deve ser uma pessoa provida de um grau suficiente de conhecimento do tema, no entanto deve também ser dotado de bom senso, sensibilidade e alteridade.

O objetivo g) estabelecer relações de equivalência, de hierarquia e associativas entre os termos selecionados para compor o VC a construir, segundo a ISO 25964:2011 foi conseguido através da utilização de operadores que antecedem os termos constituintes do tesouro sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes construído. No caso das relações de equivalência, os operadores são USE e o UP (Usado por). As relações hierárquicas envolvem os operadores TG (termo geral) e TE (termo específico), enquanto as relações associativas envolvem o operador TR (termo relacionado). Para que o VC cumpra a sua finalidade é essencial que os termos se estruturem e se estabeleçam relações entre eles. Enquanto as relações hierárquicas desempenham um papel fundamental na organização desta estrutura de termos, as relações de equivalência controlam a ambiguidade da terminologia e as relações associativas conferem um grau superior de coesão.

Um VC deve ser pensado e construído em função daquele que será o seu público-alvo. Neste sentido, a escolha dos descritores e não descritores deste estudo não foi de todo aleatória, dado que todos os termos foram cuidadosamente selecionados com o intuito de inequivocamente funcionarem como ponto de partida na difícil tarefa de facilitar o processo de acesso e recuperação de informação sobre o tema da violência doméstica contra crianças e adolescentes, por parte dos profissionais interessados em indexar publicações sobre a temática.

Acreditamos que o estudo de caso desenvolvido é um instrumento incremental, tratando-se de um ponto de partida para investigações futuras na área, nas quais deve ser ampliado e aprofundado. Contudo, existem algumas recomendações que devem ser referidas. Primeiro, deixar a ressalva de que em virtude da limitação temporal e técnica, o VC não foi construído num *software* de gestão de informação. No entanto, em investigações futuras, caso se queira desenvolver o VC num *software*, recomendamos a utilização do TemaTres, dado a dimensão e finalidade do vocabulário. A instalação do *software* TemaTres implica conhecimentos avançados de informática, motivo pelo qual não conseguimos utilizá-lo. Segundo, em virtude da limitação temporal, poder-se-iam ter estabelecido mais relações semânticas entre os termos, que iriam aumentar o grau de coesão e coerência do VC, e mais justificativas para o processo de seleção dos termos, nomeadamente as garantias do usuário e de uso. A terceira recomendação que deixamos é que, futuramente, caso se queira formalizar este modelo de VC construído como um tesouro, deve ser desenvolvido um glossário de definições.

Concluimos que é legítimo afirmar que os VC vieram padronizar o vocabulário técnico e científico, ajudando na organização da informação e ultrapassando a questão da ambiguidade dos termos. O profissional da área da CI é confrontado diariamente com o desafio imenso de dar resposta às necessidades dos utilizadores, sendo-lhe exigida a destreza de compreender o tema da pesquisa, expresso em linguagem natural, e transformá-lo em linguagem documental, facilitando o acesso à informação.

A informação gera conhecimento e este tem o poder de mudar comportamentos sociais e culturais, como é o caso da VD. O acesso e recuperação da informação são a finalidade dos VC. Portanto, fica a esperança de que o presente estudo possa contribuir para a árdua tarefa social de intervir na recuperação de informação relevante para o estudo da VD e que esse conhecimento possa ser benéfico no combate e na mitigação da transmissão inter-geracional da VD.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aitchison, J., Gilchrist, A., & Bawden, E. (2005). *Thesaurus construction and use: A practical manual*. (4ª ed.), London: Aslib IMI.
- Albuquerque, L. M., Carvalho, C. M. G., Apostólico, M. R., Sakata, K. N., Cubas, M. R., & Egry, E. Y. (2015). Terminologia da Enfermagem caracterizadora da violência doméstica contra crianças e adolescentes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 68(3), 452-459.
- Algeri, S., Souza, L. M. de (2006) Violence against children and adolescents: a challenge in the daily work of the nursing team. *Revista Latino-am Enfermagem*, 14(4), 625-631. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000400023
- Andrade, E. M., Nakamura, E., Paula, C. S. de, Nascimento, R. do, Bordin, I. A., & Martin, D. (2011). A visão dos profissionais de saúde em relação à violência doméstica contra crianças e adolescentes: um estudo qualitativo. *Saúde e Sociedade*, 20(1), 147-155.
- ANSI/NISO Z 39.19-2005 (R2010). *Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies*. Bethesda: NISO Press. Disponível em: <https://www.niso.org/publications/ansiniso-z3919-2005-r2010>
- Araujo, M. (2002). *Violência e abuso sexual na família*. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000200002
- Arrimar, J. (2010). Análise, Indexação e Recuperação da Informação. *Newsletter* 6. (Rede de Bibliotecas Escolares).
- Associação Portuguesa De Apoio À Vítima [APAV] (2011). *Manual Crianças e Jovens Vítimas de Violência: compreender, intervir e prevenir*. Lisboa: APAV. Disponível em: https://www.apav.pt/pdf/Manual_Crianças_Jovens_PT.pdf

Associação Portuguesa De Apoio À Vítima [APAV] (2012). *Violência Doméstica*. Disponível em: <https://apav.pt/vd/index.php/features2>

Associação Portuguesa De Apoio À Vítima [APAV]. (2017). *Estatísticas APAV: Vítimas de Violência Doméstica 2013-2016*. Lisboa: APAV. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Criancas_Jovens_2013-2016.pdf

Associação Portuguesa De Apoio À Vítima [APAV]/ Equipa Multidisciplinar de Apoio à Vítima [EMAV] (s.d.). *Manual EMAV. Atendimento e encaminhamento de vítimas de violência doméstica e de género. Procedimentos e roteiro de recursos*. Santarém. Disponível em: https://www.apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Manual_EMAV.pdf

Barbosa, A. P. (1969). *Teoria e Prática dos Sistemas de Classificação Bibliográfica*. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, Brasil: Rio de Janeiro.

Barité, M. (2011). La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. *Palabra Clave (La Plata)*, 1(1) [2]-11. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/16751/1/PCLP%25202011%2520v1n1a2.pdf>

Bean, A., & Green, R. (Eds.) (2001). *Relationships in the Organization of Knowledge* (Vol. 2). Boston: Kluwer Academic Publishers.

Beghtol, C. (2002). A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *Journal of Documentation*, 58(5), 507-532.

Benson, S. (2016). Assisting rural domestic violence victims: The local librarian's role. *Law Library Journal*, 108(2), 237-250.

Black, D. S., Sussman, S., & Unger, J. B. (2010). A Further Look at the Intergenerational Transmission of Violence: Witnessing Interparental Violence in Emerging Adulthood. *Journal of Interpersonal Violence*, 25(6), 1022–1042.

- Borges, J. L., & Zingler, V. T. (2013). Fatores de risco e de proteção em adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, 18(3), 453-463. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287130095007>
- Brandau, R., Monteiro, R., & Braile, D. M. (2005). Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos. *Rev Bras Cir Cardiovasc*, 20(1), VII-IX. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-76382005000100004
- Brasil. Ministério da Saúde. (2001). *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília: O Ministério. [Cadernos de Atenção Básica Nº 8 Série A – Normas e Manuais Técnicos; nº 131], Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf
- Broughton, V. (2006). *Essential thesaurus construction*. London: Facet Publishing.
- Campos, M. L. de A., Campos, M. L. M., Gomes, H. E., Campos L. M., Martins A. E., & Sales L. F., (2006). Estudo comparativo de softwares de construção de tesouros. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 11(1). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362006000100006&script=sci_abstract&tlng=pt
- Carmo, H., & Ferreira, M. M., (2008). *Metodologia da Investigação. Guia para Auto-Aprendizagem*. (2ª Ed.) Lisboa: Universidade Aberta.
- Centro de Estudos Judiciários [CEJ]. (2016). *Violência Doméstica: implicações sociológicas, e jurídicas do fenómeno. Manual pluridisciplinar*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários. Disponível em: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ_p02_rev2c-EBOOK_ver_final.pdf
- Cesarino, M. A. da N., & Pinto, M. C. M. F. (1978). Cabeçalho de assunto como linguagem de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 7(2), 268-288. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/71210>

- Chatterjee, A., (2016). *Elements of Information Organization and Dissemination*. Chandos Publishing. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=4Uu0DAAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Elements+of+Information+Organization+and+Dissemination&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiX5fX-pKnpAhUOnxQKHRo2D-EQ6AEIJzAA#v=onepage&q=Elements%20of%20Information%20Organization%20and%20Dissemination&f=false>
- Código Penal Português* [CP] (2007). Lei nº 59/2007, Artigo 152º. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/640142/details/maximized>
- Cooper, J., & Vetere, A. (2005). *Domestic violence and family safety: A systemic approach to working with violence in families*. London: Whurr Publishers.
- Cordioli, A. V. (Coord.), et al. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora. Disponível em: http://dislex.co.pt/images/pdfs/DSM_V.pdf
- Costa, A. C. C., & Neto, J. A. S. (2016). Brinquedotecas e ludotecas: ambientes para a mediação da leitura no Paraná. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, 21(2), 359-380. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6486379>
- Crosson-Tower, C. (2013). *Understanding Child Abuse and Neglect*. (9th ed.). Hoboken, NJ: Pearson.
- Cuthbert, C., Rayns G., Stanley, K. (2011). *All babies count. Prevention and protection for vulnerable babies*. Disponível em: http://childhub.org/sites/default/files/library/attachments/1346_NSPPC-All-babies-count-research_original.pdf
- Day, V. P., Telles, L. E. De B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F. De, Machado, D. A., Silveira, M. B., Dibiaggi M., Reis M. da G., Cardoso R. G., & Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio*

Grande do Sul, 25 (Suppl. 1), 9-21. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-81082003000400003>

Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XX,245-262.

Direção Geral da Saúde [DGS] (ed.). / Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida [ASGVCV] (2016). *Violência Interpessoal: Abordagem, Diagnóstico e Intervenção nos Serviços de Saúde*. (2ª ed.) Lisboa: Direção Geral de Saúde. Fanha, S.S. Disponível em: https://www.dgs.pt/accao-de-saude-para-criancas-e-jovens-em-risco/ficheiros-externos/violencia_interpessoal-pdf.aspx

Doak, M. J. (2007). *Child abuse and domestic violence*. London: Thomson Gale.

Fernández, L. M. M., Alonso, M. I., López, A. M., & Valenzuela, J. V. (2013) Consistency between indexers in the LILAC database (Latin American and Caribbean Health Science Literature), *Information Research*, 18(4). Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/18-4/paper601#.X33rQmhKjIW>

Ferreira, R. E. S., Sobrinho, H. C. (2019). *TemaTres: uma análise acerca de suas funcionalidades*, pp. 255-262. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/125256>

Figueiredo, B., Bifulco, A., Paiva, C., Maia, A., Fernandes, E., & Matos, R. (2004). History of childhood abuse in Portuguese parents. *Child Abuse & Neglect*, 28(6), 669-682.

Franzin, L.C. da S., Moysés, S. J., Vetorazzi, M. L. T., Franzin, F. M., & Moysés, S. T. (2013). Violência e maus-tratos na infância e adolescência. *Revista Uningá Review*, 16(3). 5-14. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1481/1095>

Fujita, M. S. L., Boccato, V. R. C., Rubi, M. P., & Gonçalves, M. C. (2009). *A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais*. São Paulo: Cultura Acadêmica. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/wcvbc/pdf/boccato-9788579830150.pdf>

- Fujita, M. S. L., Santos, L. B. P. dos, Cruz, M. C. A., & Moreira, W. (2017). Avaliação das características do TemaTres e Multites para o controle de autoridades nas bibliotecas universitárias. *Scire*, 23(2), 63-73. Disponível em: <https://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4430/3901>
- Gabriel, R. F., Jr., & Laipelt, R. do C. F. (2017). Thesa: ferramenta para construção de tesauro semântico aplicado interoperável. *P2P & Inovação*, 3(2), 124-145. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/3815>
- Gardin, C., Queiroz, A., Rovida T., Saliba, O. (2012) A violência familiar sofrida na infância: uma investigação com adolescentes. *Psicologia em Revista* 18(1), 107-118. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/3846>
- Gavilán, C. M., (2009). *Temas de Biblioteconomía: Lenguajes documentales Principales tipos de clasificación. Encabezamientos de materia, descriptores y tesauros*. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/14817/1/lendoc.pdf>
- Gil Leiva, I., & Fujita, M S. L. (editores) (2012). *Política de indexação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf
- Golub, K., Schmiede, R., Tudhope, D. (2019). Recent applications of Knowledge Organization Systems: introduction to a special issue. *International Journal on Digital Libraries* 20, 205–207. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s00799-018-0264-8.pdf>
- Gonzales-Aguilar A., Ramírez-Posada, M., & Ferreyra, D. (2012). TemaTres: software para gestionar tesauros. *El Profesional de la Información*, 21(3), 319-325. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2012.may.14>
- Harpring, P. (2016). *Introdução aos vocabulários controlados: terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais*. São Paulo: ACAM Portinari; Pinacoteca do Estado.

- Harris, R., Stickney, J., Grasley, C., Hutchinson, G., Greaves, L., & Boyd, T. (2001). Searching for help and information: Abused women speak out. *Library & Information Science Research*, 23(2), 123-141.
- Herrenkohl, T. I., Sousa, C., Tajima, E. A., Herrenkohl, R. C., & Moylan, C. A. (2008). Intersection of child abuse and children's exposure to domestic violence. *Trauma, Violence, & Abuse*, 9(2), 84-99.
- Hildebrand, N. A., Celeri, E. H. R. V., Morcillo, A. M., & Zanolli, M. de L. (2015). Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 213-221.
- Hjørland, B. (2009). Concept theory. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 60(8), 1519-1536.
- Hjørland, B., & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, 46(6), 400-425.
- Instituto Sabin & Instituto Aliança (2017). *Projeto Ludotecas. Sistematização da Experiência*. Disponível em: <https://institutosabin.org.br/site/wp-content/uploads/2017/12/PROJETO-LUDOTECAS-SISTEMATIZA%C3%87%C3%83O-DA-EXPERI%C3%8ANCIA.pdf>
- ISO 25964-1. (2011). *Information and documentation - thesauri and interoperability with other vocabularies - part 1: thesauri for information retrieval*. Geneva: ISO.
- Jackson, N. A. (2007). *Encyclopedia of Domestic Violence*. New York: Routledge Taylor and Francis Group.
- Jorge, N., Medeiros, F., Alves, J. R., & Medina, S. (2017). *Os vocabulários controlados na organização e gestão do património cultural: orientações práticas*. pp. 1071-1085. Disponível em: https://www.bad.pt/noticia/wp-content/uploads/2017/04/Guia_VocabulariosControlados_final-1.pdf

- Kalmuss, D. (1984). The Intergenerational Transmission of Marital Aggression. *Journal of Marriage and Family*, 46(1), 11-19.
- Kempe, C.H., Silverman, F.-N., Steele, B.F., Droegemueller, W., Silver, H.K. (1962). The battered child syndrome. *Journal of the American Medical Association*, 18(1), 17-24.
- Kent, G. (2016). *Ending Hunger Worldwide*. New York: Routledge. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=ijEeCwAAQBAJ&pg=PA24&lpg=PA24&dq=%22With+direct+violence+there+is+a+specific+event,+an+identifiable+victim,+and+a+n+identifiable+perpetrator.+In+contrast,+structural+violence+%22&source=bl&ots=ZZcX6aTdsY&sig=ACfU3U0jE9ZZYFqaTb6lYwiefIOjPvUg&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwib0bTP0YrsAhUIqxoKHfciCeEQ6AEwAnoECAEQAQ#v=onepage&q&f=false>
- Keyser, P. (2012). *Indexing. From thesauri to the semantic web*. Oxford: Chandos publishing.
- Khoo, C. S. G. & Na, J. (2006). Semantic relations in information science. *Annual Review of Information Science and Technology*, 40, 157-228. Disponível em: <http://mba.eci.ufmg.br/downloads/pos/SemanticRelations-KhooNa.pdf>
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>
- Leite, J. T., Beserra, M. A., Scatena, L., Silva, L. M. P. D., & Ferriani, M. D. G. C. (2016). Enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes na perspectiva de enfermeiros da atenção básica. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(2). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472016000200415&lng=pt&tlng=pt
- Lima, C. (Coord.), et al. (2006). *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde (MS). Editora Ms. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_faz_mal.pdf

- Lobato, G. R., Moraes, C. L., & Nascimento, M. C. do. (2012). Desafios da atenção à violência doméstica contra crianças e adolescentes no Programa Saúde da Família em cidade de médio porte do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 28(9), 1749-1758.
- Machado, L. M. O., Martínez-Ávila, D. & Simões, M. G. M. (2019) Concept theory in library and information science: an epistemological analysis. *Journal of Documentation*, 75 (4), 876-891.
- McGee, C. (2000). *Childhood experiences of domestic violence*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- McKie, L. (2005). *Families, Violence and Social Change*. New York: Open University Press. Disponível em: https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=5Y7zaDGB-EYC&oi=fnd&pg=PP1&dq=Families,+Violence+and+Social+Change&ots=phf6dOdAvh&sig=gASZQSqzWyqfZ-VhhUi5F76Ylvc&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false
- Mehrad, J., & Ahmadasab, F. (2012). The Study of Thesaural Relationships from a Semantic Point of View. *International Journal of Information Science and Management (IJISM)*, 10(2), 135-147. Disponível em: <https://5.190.58.17/index.php/ijism/article/viewFile/149/135>
- Minayo, M. C. S. (1994). A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 10 (Sup.1), 7-18. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/1994.v10suppl1/S7-S18/pt/>
- Norma Portuguesa 3715. (1989). *Método para a Análise de Documentos, Determinação do Seu Conteúdo e Selecção de Termos de Indexação*. Lisboa. IPQ.
- Nour, N. (2009) *Child Marriage: A Silent Health and Human Rights Issue*. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2672998/>
- Ohly, Peter (2020). Ingetraut Dahlberg (1927-2017). *Knowledge Organization*, 47(2), 173-182. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/dahlberg>

- Patrian, A. C. de A., Rios, K. de S. A., & Williams, L. C. de A. (2013). Validade de Critério do Inventário de Potencial para Abuso Infantil (CAP). *Paidéia*, 23(54), 43-51.
- Pontes, J. de, Jr., Carvalho, R. A. de, & Azevedo, A. W. (2013). Da recuperação da informação à recuperação do conhecimento: reflexões e propostas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 18(4), 2-17. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/3815>
- Porto Editora. (2020). «Violência doméstica» eleita pelos portugueses palavra do ano 2019. Disponível em: <https://www.portoeditora.pt/noticias/violencia-domestica-eleita-pelos-portugueses-palavra-do-ano-reg-2019/159107>
- Rosas, P. (2001). Instruções redatoriais e a indexação em publicação periódica. In: S. Goldenberg, A. A. Guimarães, A. A. Castro. *Elaboração e apresentação de comunicação científica*. São Paulo: Metodologia.org. Disponível em: <http://www.usinadepesquisa.com/metodologia/wp-content/uploads/2010/08/divulgacao01.pdf>
- Rubi, M. P., & Fujita, M. S. L. (2003). Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 8(1), 66-77. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_01027eb55a_0012889.pdf
- Sabbag, D. M. A., & Galdino, R., (2017). TemaTres e a Construção de Tesouros: aspectos de aplicabilidade para o profissional da informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13(esp.), 2566-2579. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1040>
- Saracevic, T. (1996). Information science: origin, evolution and relations. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 1(1), 41-62. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/39385>
- Sarkhel, J. (2017). *Unit-10 Indexing languages*. IGNOU, pp. 33-77 Disponível em: <http://www.egyankosh.ac.in/bitstream/123456789/35770/6/Unit-10.pdf>

- Silva, P., Lunardi V., Silva, M. & Filho, W. (2009). *Notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde no Brasil*. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-45002015000100016
- Simões, M. d. G. (2008). *Da abstracção à complexidade formal: relações conceptuais num tesouro*. Coimbra: Almedina.
- Smith, M. (2001). Global Information Justice: Rights, Responsibilities, and Caring Connections. *Library Trends*, 49(3), 519-537. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/8348/librarytrendsv49i3k_opt.pdf?sequence=1
- Szyndrowski, D. (2000). The impact of domestic violence on adolescent aggression in the schools. *Preventing School Failure: Alternative Education for Children and Youth*, 44(1), 9-11.
- Tremblay, R. E. (2012) *Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância*. Disponível em: <http://www.encyclopedia-crianca.com/sites/default/files/syntheses/pt-pt/2676/violencia-social-sintese.pdf>
- United Nations International Children's Emergency Fund [UNICEF]. (2017). *Hidden in Plain Sight*. Disponível em: <https://unicef.pt/actualidade/publicacoes/39-hidden-in-plain-sight-uma-analise-estatistica-sobre-violencia-contra-criancas/>
- Warshaw, C., & Tinnon, E. (2018). *Coercion Related to Mental Health and Substance Use in the Context of Intimate Partner Violence: A Toolkit for Screening, Assessment, and Brief Counseling in Primary Care and Behavioral Health Settings*. The National Center on Domestic Violence, Trauma & Mental Health. Disponível em: <http://www.nationalcenterdvtraumamh.org/publications-products/coercion-related-to-mental-health-and-substance-use-in-the-context-of-intimate-partner-violence-a-toolkit/>
- Westbrook, L. (2009). Crisis information concerns: Information needs of domestic violence survivors. *Information Processing & Management*, 45(1), 98-114.

Will, L. (2012). The ISO 25964 data model for the structure of an information retrieval thesaurus. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*, 38(4), 48-51. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/bult.2012.1720380413>

Zhonghong, W., Chaudhry, A. S., & Khoo, C. (2006). Potential and Prospects of Taxonomies for Content Organization. *Knowledge Organization*, 33(3), 160-169. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2006-3-160/potential-and-prospects-of-taxonomies-for-content-organization-volume-33-2006-issue-3>

APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice I – O vocabulário controlado construído sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes

Após a revisão da literatura realizada na Parte I correspondente à fundamentação teórica, construímos o seguinte VC sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes:

Abandono

USE: Isolamento

Abuso

TG: Violência emocional

TG: Violência sexual

TR: Adolescentes

TR: Ambiente Doméstico

TR: Casamento infantil

TR: Crença

TR: Crianças

TR: Dependência

TR: Tristeza

UP: Ataque

UP: Depravação

UP: Injúria

UP: Insulto

UP: Negligência

UP: Pedofilia

UP: Provocação

UP: Violação

Adolescentes

TR: Abuso

TR: Ambiente Doméstico

TR: Casamento infantil

TR: Crença

TR: Crianças

TR: Dependência

TR: Tristeza

TR: Violência estrutural

UP: Jovens

UP: Puberdade

Agregado

USE: Ambiente doméstico

Agressão

USE: Violência

Ajuda

USE: Apoio

Ambiente Doméstico

TR: Abuso

TR: Adolescentes

TR: Casamento infantil

TR: Crença

TR: Crianças

TR: Dependência

TR: Tristeza

UP: Agregado

UP: Familiar

UP: Intimidade

UP: Progenitores

Ameaça

USE: Medo

Amparo

USE: Apoio

Ânsia

USE: Perturbação

Apoio

TR: Violência emocional

TR: Violência social

UP: Ajuda

UP: Amparo

UP: Assistência

UP: Proteção

UP: Suporte

Assistência

USE: Apoio

Ataque

USE: Abuso

Bebés

USE: Crianças

Casamento Infantil

TR: Abuso

TR: Adolescentes

TR: Ambiente doméstico

TR: Crença

TR: Crianças

TR: Dependência

TR: Tristeza

Chantagem

USE: Manipulação

Coação

USE: Manipulação

Conduta

USE: Crença

Confiança

USE: Crença

Constrangimento

USE: Vergonha

Controlo

USE: Violência

Crença

TR: Abuso
TR: Adolescentes
TR: Ambiente Doméstico
TR: Casamento infantil
TR: Crianças
TR: Dependência
TR: Tristeza

UP: Conduta
UP: Confiança
UP: Dogma
UP: Fé

Crianças

TR: Abuso
TR: Adolescentes
TR: Ambiente Doméstico
TR: Casamento Infantil
TR: Crença
TR: Dependência
TR: Tristeza
TR: Violência estrutural

UP: Bebés
UP: Infantes

Criminalidade

USE: Delinquência

Crise

USE: Perturbação

Crueldade

USE: Violência

Delinquência

TR: Hematomas
TR: Medo
TR: Violência física

UP: Criminalidade
UP: Marginalidade

Dependência

TG: Violência financeira

TR: Abuso

TR: Adolescentes

TR: Ambiente Doméstico

TR: Casamento infantil

TR: Crença

TR: Crianças

TR: Tristeza

UP: Obediência

UP: Subordinação

UP: Sujeição

Depravação

USE: Abuso

Desaconchego

USE: Isolamento

Desânimo

USE: Tristeza

Desamparo

USE: Isolamento

Descrédito

USE: Vergonha

Dogma

USE: Crença

Empurrão

USE: Violência

Familiar

USE: Ambiente doméstico

Fé

USE: Crença

Força

USE: Violência

Hematomas

TR: Delinquência

TR: Medo

TR: Violência física

UP: Nódos negras

UP: Pisaduras

Hostilidade

USE: violência

Infantes

USE: Crianças

Infelicidade

USE: Tristeza

Inibição

USE: Manipulação

Injúria

USE: Abuso

Insulto

USE: Abuso

Intimidação

USE: Medo

Intimidade

USE: Ambiente doméstico

Isolamento

TR: Tristeza
TR: Violência emocional
TR: Violência física
TR: Violência sexual

UP: Abandono
UP: Desaconchego
UP: Desamparo
UP: Solidão

Jovens

USE: Adolescentes

Maldade

USE: Violência

Manipulação

TG: Violência emocional

UP: Chantagem
UP: Coação
UP: Inibição
UP: Opressão
UP: Persuasão
UP: Privação
UP: Proibição
UP: Tirania

Marginalidade

USE: Delinquência

Medo

TG: Perseguição
TG: Violência emocional

TR: Delinquência
TR: Hematomas
TR: Violência física

UP: Ameaça
UP: Intimidação
UP: Pânico
UP: Perigo

UP: Temor

UP: Terror

Negligência

USE: Abuso

Nódoas Negras

USE: Hematomas

Obediência

USE: Dependência

Ofensa

USE: Violência

Opressão

USE: Manipulação

Pânico

USE: Medo

Pedofilia

USE: Abuso

Perigo

USE: Medo

Perseguição

TE: Medo

Persuasão

USE: Manipulação

Perturbação

TG: Violência emocional

UP: Ânsia

UP: Crise

Pisaduras

USE: Hematomas

Privação

USE: Manipulação

Progenitores

USE: Ambiente doméstico

Proibição

USE: Manipulação

Proteção

USE: Apoio

Provocação

USE: Abuso

Puberdade

USE: Adolescente

Solidão

USE: Isolamento

Subordinação

USE: Dependência

Sujeição

USE: Dependência

Suporte

USE: Apoio

Temor

USE: Medo

Terror

USE: Medo

Tirania

USE: Manipulação

Tristeza

TR: Abuso

TR: Adolescentes

TR: Ambiente doméstico

TR: Casamento infantil

TR: Crença

TR: Crianças

TR: Dependência

TR: Isolamento

TR: Violência emocional

TR: Violência física

TR: Violência sexual

UP: Desânimo

UP: Infelicidade

Vergonha

TG: Violência social

UP: Constrangimento

UP: Descrédito

Violação

USE: Abuso

Violência

TE: Perseguição

TE: Violência emocional

TE: Violência financeira

TE: Violência física

TE: Violência sexual

TE: Violência social

UP: Agressão

UP: Controle

UP: Crueldade

UP: Empurrões

UP: Força
UP: Hostilidade
UP: Maldade
UP: Ofensa

Violência emocional

TG: Violência
TR: Apoio
TR: Isolamento
TR: Tristeza
TR: Violência física
TR: Violência sexual
TR: Violência social
TE: Abuso
TE: Manipulação
TE: Medo
TE: Perturbação

Violência estrutural

TR: Adolescentes
TR: Crianças

Violência financeira

TG: Violência
TE: Dependência

Violência física

TG: Violência
TE: Abuso
TR: Delinquência
TR: Hematomas
TR: Isolamento
TR: Medo
TR: Tristeza
TR: Violência emocional
TR: Violência sexual

Violência sexual

TG: Violência

TE: Abuso

TR: Isolamento

TR: Tristeza

TR: Violência emocional

TR: Violência física

Violência social

TG: Violência

TR: Apoio

TR: Violência emocional

Apêndice II – Quadro Sintético dos descritores

DESCRITORES	NÃO DESCRITORES
Abuso	Injúria, Insulto, Provocação, Depravação, Ataque, Negligência, Violação, Pedofilia
Adolescentes	Jovens, Puberdade
Ambiente doméstico	Agregado, Familiar, Intimidade, Progenitores
Apoio	Ajuda, Amparo, Assistência, Proteção, Suporte
Casamento infantil	
Crença	Conduta, Confiança, Dogma, Fé
Crianças	Bebés, Infantes
Delinquência	Criminalidade, Marginalidade
Dependência	Obediência, Subordinação, Sujeição
Hematomas	Nódoas negras, Pisaduras
Isolamento	Abandono, Desaconchego, Desamparo, Solidão
Manipulação	Chantagem, Coação, Inibição, Opressão, Persuasão, Privação, Proibição, Tirania
Medo	Ameaça, Intimidação, Pânico, Perigo, Temor, Terror
Perseguição	
Perturbação	Ânsia, Crise
Tristeza	Desânimo, Infelicidade
Vergonha	Constrangimento, Descrédito
Violência	Agressão, Controlo, Crueldade, Empurrões, Força, Hostilidade, Maldade, Ofensa
Violência emocional	
Violência estrutural	
Violência financeira	
Violência física	
Violência sexual	
Violência social	

Anexo I – Campanha publicitária contra a violência infantil

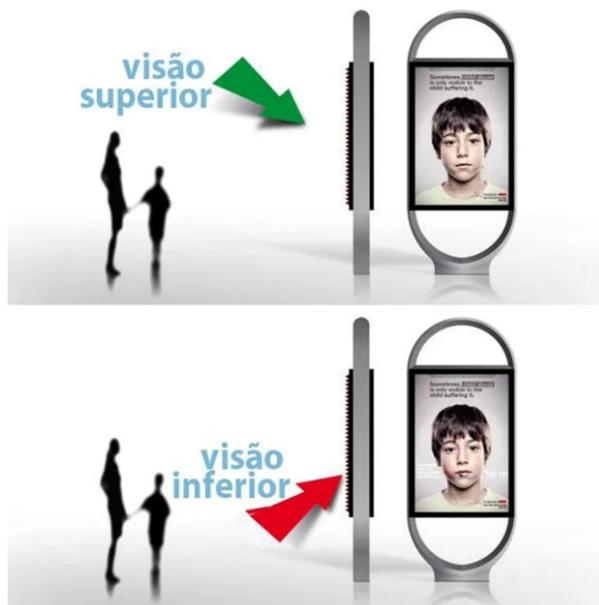


Figura 11 - Anúncio publicitário com mensagem secreta visível apenas para crianças
Fonte: <https://hypescience.com/mensagem-secreta-anuncio-contrabusos-infancia-pode-ser-lido-apesar-de-criancas/>



Figura 12 - Anúncio publicitário contra a violência infantil
Fonte: <https://www.publico.pt/2013/05/07/p3/noticia/violencia-infantil-so-as-criancas-conseguem-ver-esta-campanha-1817180>